



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**VICTOR HUGO LEMOS LIMA**

**A CRISE FEDERATIVA E OS USOS DOS ESPAÇOS POLÍTICOS NA PANDEMIA  
DA COVID-19: UM ESTUDO A PARTIR DA FEIRA DE SÃO BENTO EM  
CASCAVEL - CE**

**FORTALEZA**

**2024**

VICTOR HUGO LEMOS LIMA

A CRISE FEDERATIVA E OS USOS DOS ESPAÇOS POLÍTICOS NA PANDEMIA  
DA COVID-19: UM ESTUDO A PARTIR DA FEIRA DE SÃO BENTO EM CASCAVEL  
- CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Rogerio Cadena de Melo Filho.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

L711c Lima, Victor Hugo Lemos.

A crise federativa e os usos dos espaços políticos na pandemia da COVID-19: um estudo a partir da Feira de São Bento em Cascavel-CE / Victor Hugo Lemos Lima. – 2024.  
110 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Dirceu Rogerio Cadena de Melo Filho.

1. Crise federativa. 2. Pandemia da COVID-19. 3. Feira de São Bento. 4. Espaços políticos. I. Título.

CDD 910

---

VICTOR HUGO LEMOS LIMA

A CRISE FEDERATIVA E OS USOS DOS ESPAÇOS POLÍTICOS NA PANDEMIA  
DA COVID-19: UM ESTUDO A PARTIR DA FEIRA DE SÃO BENTO EM CASCAVEL  
- CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em: 25/09/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Dirceu Rogerio Cadena de Melo Filho (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Anselmo César Vasconcelos Bezerra (Examinador externo)  
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

---

Prof. Dr. Daniel Abreu de Azevedo (Examinador externo)  
Universidade de Brasília (UnB)

A Deus.

Aos meus pais, Marlir e Antonio.

Ao meu filho, Gael.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Marli e Antonio, pelo apoio incondicional na minha jornada acadêmica.

À minha esposa, Larissa, por permanecer comigo e caminhar junto a mim no amor e nas adversidades da vida.

Ao meu orientador Dirceu, pelas orientações, confiança e por ter me apresentado a Geografia Política. Os diálogos, discussões e parceria foram essenciais para o processo de construção desta pesquisa

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC, coordenação e professores pelos subsídios, contribuições e por corroborarem a importância da pesquisa científica em Geografia permitindo que fizesse parte deste processo.

Aos membros da banca. Daniel e Anselmo, pela disponibilidade em fazer parte desta etapa e pelas contribuições valiosas, necessárias a finalização da dissertação.

Ao LEGES-Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Estudos Simbólicos, mais especificamente ao GEOPOIESIS-Grupo de Estudos e Pesquisas de Poética e Política em Geografia, pelas discussões, reflexões empreendidas e trocas de experiências.

As lideranças políticas entrevistadas, organizadores, vereadores e feirantes pela disponibilidade em responder as perguntas, tornando possível a realização do trabalho de campo, etapa necessária no levantamento de informações desta pesquisa.

O autor agradece ao financiamento do PROEX/CAPES processo nº0348/2021/23038.008387/2021-53: Programa de Excelência Acadêmica.

A pesquisa foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

A pandemia da COVID-19 expôs uma crise federativa em que a descoordenação de ações de enfrentamento ao vírus se evidenciou por uma desarticulação de poderes entre a União, estados e municípios. Essa desarticulação se reproduziu por discursos, decretos, políticas de isolamento social e na restrição das atividades econômicas, como as feiras livres. Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação estabelecida entre a crise federativa na pandemia da COVID-19 e o uso dos espaços políticos frente à situação dos feirantes da Feira de São Bento em Cascavel-CE. A pesquisa mostra como a figura do município lidou com a crise pandêmica, política e federativa a partir da análise dos espaços políticos acionados por diferentes atores. A metodologia inicialmente se direcionou por pesquisas bibliográficas com enfoque nos seguintes eixos teóricos: crise federativa, pandemia da COVID-19, espaços políticos e Feira de São Bento. A segunda etapa foi realizada a partir de análises documentais como decretos municipais e estaduais, atas da Câmara Municipal de Cascavel, Projetos de leis direcionados aos feirantes e documentos do Consórcio Nordeste. Por fim, foi realizado um trabalho de campo para realização de entrevistas com as lideranças locais (políticos e feirantes). Dentre os resultados foi verificado um alinhamento de ações entre o Prefeito de Cascavel e o Governador do estado do Ceará, em oposição às propostas do Governo Federal, evidenciando uma confusão sobre quem detinha o poder de flexibilizar e/ou restringir as atividades econômicas. Diante dessas tensões foi possível identificar e analisar que a mobilização de espaços políticos exclusivos e abertos esteve ancorada em pautas deliberadas na Câmara Municipal e em manifestações nas ruas. As entrevistas permitiram ainda corroborar o papel atuante desses espaços políticos nas demandas dos feirantes na pandemia. Além disso, foi possível verificar um novo formato de feira de São Bento e sua transcendência para um lugar de prática política no período eleitoral.

**Palavras-chave:** crise federativa; pandemia da COVID-19; feira de São Bento; espaços políticos.

## ABSTRACT

The COVID-19 pandemic exposed a federative crisis in which the lack of coordination in actions to combat the virus was evidenced by a disarticulation of powers between the Union, states and municipalities. This disarticulation was reproduced by speeches, decrees, social isolation policies and restrictions on economic activities, such as street markets. In this perspective, this research aims to analyse the relationship established between the federative crisis in the COVID-19 pandemic and the use of political spaces in the face of the situation of the fairgrounds of the São Bento fair in Cascavel. The research shows how the municipality dealt with the pandemic, political and federative crisis based on the analysis of the political spaces activated by different actors. The methodology was initially guided by bibliographic research focusing on the following theoretical axes: federative crisis, COVID-19 pandemic, political spaces and the São Bento Fair. The second stage was carried out based on documentary analyses such as municipal and state decrees, Minutes of the Cascavel City Council, Bills aimed at market vendors, and documents from the Northeast Consortium. Finally, fieldwork was carried out to conduct interviews with local leaders (politicians and market vendors). Among the results, it was possible to verify an alignment of actions between the Mayor of Cascavel and the Governor of the State of Ceará, in opposition to the proposals of the Federal Government, evidencing confusion about who held the power to relax and/or restrict economic activities. In view of these tensions, it was possible to identify and analyze that the mobilization of exclusive and open political spaces was anchored in agendas deliberated in the City Council and in demonstrations in the streets. The interviews also allowed to corroborate the active role of these political spaces in the demands of market vendors during the pandemic. In addition, it was possible to verify a new format for the São Bento fair and its transcendence to a place of political practice during the electoral period.

**Keywords:** federative crisis; COVID-19 pandemic; São Bento fair; political spaces.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Óbitos por COVID-19 no Ceará - 2020-2023 .....	14
Figura 2 - Mapa de Localização do município de Cascavel na RMF.....	24
Figura 3 - Plano de Retomada da economia no Ceará, 2020 .....	25
Figura 4 - Feira de São Bento na Prefeito Vitoriano Antunes .....	27
Figura 5 - Feira de São Bento em frente ao Mercado Público .....	28
Figura 6 - Mercado de hortifruti, carne e peixe .....	28
Figura 7 - Rua da Tamarineira .....	29
Figura 8 - Evolução espacial da Feira de São Bento .....	30
Figura 9 - Chamada de realização de comício na Tamarineira (espaço da Feira de São Bento .....	40
Figura 10 - Candidato a Prefeito de Cascavel na Feira de São Bento em 2019 ....	41
Figura 11 - Candidatos em campanha eleitoral na Feira de São Bento em 2020 ...	42
Figura 12 - Campanha eleitoral na Feira de São Bento, 2022 .....	43
Figura 13 - Edificação utilizada como comitê eleitoral do PT paralela a Feira de São Bento para as eleições de 2020 .....	45
Figura 14 - Manifestação de servidores municipais na Feira de São Bento em 2023 .....	46
Figura 15 - Mapa político da Feira de São Bento em Cascavel - CE .....	47
Figura 16 - Novo Formato da Feira de São Bento .....	80
Figura 17 - Pequena manifestação de feirantes e comerciantes em Cascavel .....	89
Figura 18 - Manifestação de comerciantes em Cascavel, 2021 .....	90
Figura 19 - Decretos e seus impactos na Feira de São Bento .....	92
Figura 20 - Síntese conclusiva .....	102

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de Amarração. Fortaleza, 2024 .....	37
Quadro 2 - Decretos estaduais e municipais das feiras livres. Fortaleza, 2024 .....	70
Quadro 3 - Políticas públicas que se direcionaram aos feirantes. Fortaleza, 2024..	72
Quadro 4 - Produção Legislativa pautada na Feira de São Bento. Fortaleza, 2024.	83

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEM	Auxílio Emergencial Municipal
ADS	Áreas Descentralizadas da Saúde
BEM	Benefício Emergencial Municipal
CF	Constituição Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
LC	Lei Complementar
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEN	Partido Ecológico Nacional
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PP	Progressistas
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SESA	Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CONCEITUAÇÕES TEÓRICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>Espaço Político e sua tipologia</b> .....	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>A Feira de São Bento e sua relevância ao município de Cascavel-CE</b> ...	<b>23</b>
<b>2.3</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b> .....	<b>32</b>
<b>3</b>	<b>A FEIRA DE SÃO BENTO: UM ESPAÇO POLÍTICO ABERTO</b> .....	<b>39</b>
<b>4</b>	<b>CRISE PANDÊMICA, POLÍTICA E FEDERATIVA: EVIDÊNCIAS DE UMA DESCOORDENAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL</b> .....	<b>49</b>
<b>4.1</b>	<b>Modelo Federativo de Estado e a importância do município pequeno para o federalismo brasileiro</b> .....	<b>49</b>
<b>4.2</b>	<b>Indícios de uma descoordenação federativa na pandemia da COVID-19</b>	<b>56</b>
<b>4.3</b>	<b>Dissensos entre governos: expressões da crise federativa, pandêmica e política no Ceará</b> .....	<b>66</b>
<b>4.4</b>	<b>Alinhamento de ações entre o município e o estado: indicativos de um federalismo cooperativo?</b> .....	<b>69</b>
<b>5</b>	<b>IMPACTOS DAS TENSÕES FEDERATIVAS NA FEIRA DE SÃO BENTO..</b>	<b>74</b>
<b>5.1</b>	<b>Os Impactos da COVID-19 na Feira de São Bento</b> .....	<b>75</b>
<b>5.2</b>	<b>COVID-19 e Transformações espaciais na Feira de São Bento</b> .....	<b>78</b>
<b>5.3</b>	<b>A feira em pauta no Espaço Político Exclusivo: repercussões na Câmara Municipal de Cascavel-CE</b> .....	<b>81</b>
<b>5.4</b>	<b>“A culpa não é nossa” - metamorfoses de ruas em Espaços Políticos Abertos em Cascavel-CE</b> .....	<b>89</b>
<b>5.5</b>	<b>Indo ao encontro das lideranças políticas</b> .....	<b>92</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS FEIRANTES</b> .....	<b>108</b>
	<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO ORGANIZADOR DA MANIFESTAÇÃO DE FEIRANTES</b> .	<b>109</b>
	<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS POLÍTICOS LOCAIS</b> .....	<b>110</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação estabelecida entre a crise federativa na pandemia da COVID-19 e o uso dos espaços políticos frente a situação dos feirantes da Feira de São Bento em Cascavel-CE. Sob um viés geográfico, pretendendo inserir o federalismo como parte dos estudos da geografia política, direcionamos uma busca de apreensão dos impactos da crise federativa na Feira de São Bento e aos feirantes através da análise dos distintos espaços políticos mobilizados na escala municipal.

A pandemia da COVID-19 teve os primeiros casos reportados na China se estendendo em 2020 para outros países, como o Brasil. Nesse mesmo ano, a OMS declarou emergência internacional de saúde pública, o que fez com que as autoridades sanitárias estabelecessem medidas de mitigação do vírus. Bezerra et al (2020) destacam que diversas medidas de controle e prevenção da doença foram tomadas pelas autoridades sanitárias locais em diferentes esferas administrativas (governo federal, governos estaduais e municipais), sendo a prática do distanciamento social e restrição das atividades econômicas, como o fechamento dos comércios, como as medidas mais difundidas.

As medidas de contenção, ao suspender, por exemplo, as atividades nos espaços de consumo (feiras livres e estabelecimentos comerciais) notabilizaram decisões delimitadas nos espaços políticos de representação, refletindo na imposição de decretos, elaboração de políticas públicas, tensões e reivindicações da população com as esferas federativas. Partindo destas premissas cabe pensar como os espaços políticos legitimados no modelo federativo brasileiro e suas tensões federativas impactaram na tomada de decisões frente à paralisação da principal feira do município.

A crise pandêmica acentuou a imposição de mudanças espaciais partindo de uma necessidade de novas formas de fazer política por meio do estabelecimento de decretos e códigos sociais. O cenário se distingue diante de cada Estado-nação e sistema político de organização territorial. Esta distinção ainda se intensifica se considerar as escalas de governo e seus espaços de decisão. Diante de uma crise federativa, as posturas, os discursos e as imposições foram reproduzidos conforme dinâmicas singulares nos diferentes espaços.

O espaço geográfico cada vez mais mundializado no contexto de globalização (Santos, 2008) subsidia na compreensão da pandemia da COVID-19 como uma “doença de fluxos” em que a difusão espacial do vírus está associada à intensificação dos fluxos migratórios a partir da inserção de novos espaços de expulsão e atração decorrentes de crises políticas e econômicas (Rocha; Azevedo, 2021).

O contexto pandêmico desmascarou a crise federativa e expôs a necessidade de um federalismo cooperativo com atuação conjunta das três escalas de poder em setores comuns de intervenção e cooperação no processo de elaboração e gestão de políticas públicas (Rodrigues; Moscarelli, 2015). Afinal, o federalismo brasileiro ao conferir autonomia não somente à União e aos estados, mas aos municípios, funda seu pacto em torno de um federalismo cooperativo em que a intrínseca relação entre os poderes é essencial para a elaboração, transferência e aplicação de recursos e políticas públicas.

Contudo, o federalismo deve ser interpretado também como um campo de forças, um arranjo político, institucional e territorial, desarmônico e instável (Fonseca, 2013) e sob estes atributos se constitui o federalismo brasileiro, como forma de organização política e territorial em que a tensão e cooperação entre os poderes estão sobrepostas. As evidências de uma descoordenação federativa em curso no Brasil foram expressas também sob o governo de Bolsonaro (2019-2022), que se sobrepuseram no território nacional perante discursos muitas vezes contraditórios.

Desde o início do governo o ex-presidente Jair Bolsonaro manteve distanciamento de alguns governadores, gerando conflitos e discriminando grupos regionais supostamente opositores e/ou concorrentes (Rodrigues; Azevedo, 2020). No cenário pandêmico isto se intensificou, haja vista que semanalmente ocorreram tensões entre prefeitos, governadores e o presidente no tocante às ações de enfrentamento da COVID-19 no território nacional.

Para além de uma crise federativa em torno da confusão de competências e uma descoordenação intergovernamental, os desafios se seguiram perante os discursos anti-ciência proferidos pelo governo Bolsonaro, além do aumento do poder autoritário e distanciamento dos gestores estaduais. Logo, o cenário em que se desdobrou a crise pandêmica escancarou também uma crise federativa e política sob faces de um agravamento de casos e mortes de COVID-19 pelo país.

O caso do Brasil foi destaque em revistas científicas internacionais de grande impacto que salientaram o significativo número de casos e mortes, sendo o país com a maior taxa de transmissão do mundo e apontando ainda o Presidente Jair Bolsonaro como a maior ameaça à resposta do Brasil no combate à COVID-19.<sup>1</sup> O aumento da letalidade do vírus no país se seguiu perante uma relação conflituosa em que o ex-presidente, sob uma “preocupação econômica” constante, proferia discursos a favor da abertura das atividades econômicas, ao mesmo tempo em que assumia uma postura de repúdio às medidas restritivas e políticas de isolamento adotadas por estados e municípios.

No estado do Ceará estas tensões políticas e federativas se tornaram visíveis entre o governador e o Presidente da República, tendo em vista a rigidez nas políticas de isolamento e restrição das atividades econômicas promovidas por Camilo Santana (PT). Quanto a isto, é importante pontuar que a rigidez adotada no estado decorre do fato de que o Ceará figurou entre os estados com maiores números de casos notificados pela pandemia. Fernandes, Silva e Muniz (2021) salientam que em meados de 2020 o número de casos de COVID-19 crescia em progressão geométrica, colocando o Ceará nas primeiras posições de maiores incidências e óbitos no país (79 462 casos e 4999 óbitos), atrás apenas do Rio de Janeiro (80 946 casos e 7728 óbitos) e São Paulo (181 460 casos e 10767 óbitos).

Em 12 de fevereiro de 2021 o Consórcio Nordeste demonstrou preocupação quanto ao estado, salientando que o Ceará estava com o maior número de leitos de UTI ocupados, o que poderia causar superlotação e impossibilidade de atender à demanda nas unidades caso o número de casos aumentasse (Consórcio Nordeste, 2021).

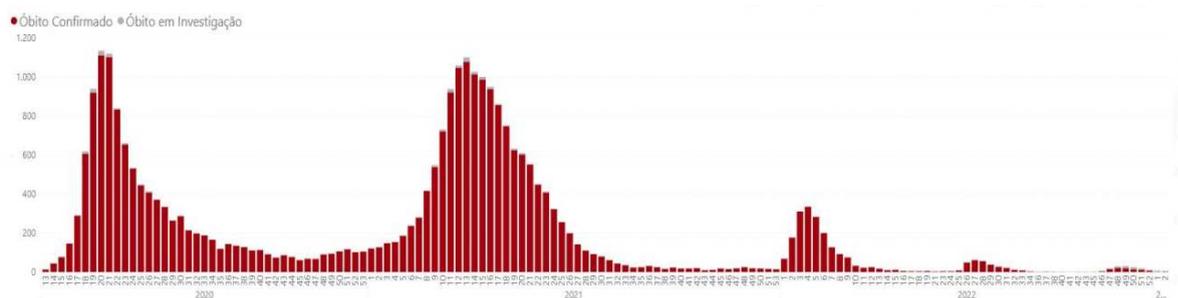
Em 2020, o Ceará estava com 335.091 casos acumulados; em 2021 subiu para 955.325 casos e em 2022 para 1.437.171 casos<sup>2</sup>. Podemos constatar a evolução da taxa de óbitos na figura 01 a seguir, ao qual teve uma maior incidência entre meados de 2020 e início de 2021.

---

<sup>1</sup> Conforme publicação da revista The Lancet, o Brasil era em 04 de Maio de 2020 o país que continha o maior número de casos e mortes da América Latina (105 222 casos e 7288 mortes). Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2931095-3>

<sup>2</sup> Com base em dados do Painel Interativo do Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

**Figura 1 - Óbitos por COVID-19 no Ceará - 2020-2023**



Fonte: SESA. Governo do Estado do Ceará. 2023.<sup>3</sup>

Fato é que a proliferação do vírus no território cearense impôs a necessidade do estabelecimento de medidas rígidas, principalmente relacionadas à restrição do comércio local e das feiras livres, atividades de grande impacto nas economias dos municípios de médio e pequeno porte cearenses.

Em Cascavel, os primeiros decretos em março de 2020 impactaram uma das principais atividades econômicas locais, a Feira de São Bento. Respeitando as atribuições federativas em seguir com as restrições econômicas e o isolamento rígido, o cenário pandêmico no município se seguiu em meio a discussões quanto a emergência de medidas econômicas que mitigassem os impactos causados pela pandemia, principalmente no que se refere aos feirantes da Feira de São Bento.

Centenária, efêmera e solidificada no centro municipal, a Feira de São Bento foi acometida pelos recorrentes decretos impostos em meio a uma crise federativa em que os discursos e imposições confundiam a população sobre a qual ente federativo se deveria seguir. A quem detinha responsabilidade de abrir/fechar os comércios e feiras livres? Perante este questionamento e diante das adversidades da pandemia, os feirantes se viam sob uma estagnação econômica e incertezas quanto à volta das atividades da feira. Logo, o que seguiu no município foi uma tomada de discussões, estratégias e movimentos entre as lideranças locais e políticas a fim de lidar com os acometimentos da pandemia.

Esta inviabilização das atividades da feira livre de São Bento sob decretos produzidos no contexto de uma crise federativa apontou para a necessidade de perceber os impactos sobre os feirantes e como estes se organizaram no município

<sup>3</sup> Boletim epidemiológico. Doença pelo coronavírus COVID-19 n° 02 - 24/03/2023. Disponível em: [https://www.saude.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/9/2020/02/Boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_No2\\_2023-final.pdf](https://www.saude.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/9/2020/02/Boletim_epidemiologico_covid_No2_2023-final.pdf). Acesso em: Agosto de 2023.

de Cascavel para garantir seu sustento a partir dos espaços ocupados para deliberar suas reivindicações.

Diante desse quadro anteriormente exposto se seguiu um questionamento central e subsequentes questões norteadoras: Como as tensões entre a União e os entes federativos na pandemia da COVID-19 impactaram a Feira de São Bento e a mobilização de espaços políticos no município de Cascavel-CE? Como se evidenciou a crise federativa entre o Presidente, Governador do Estado do Ceará e Prefeito de Cascavel e como isso impactou a mobilização de espaços políticos nas demandas dos feirantes da Feira Livre no município? Que espaços políticos foram delineados como palco de reivindicações dos feirantes e como tais espaços deram visibilidade a distintos discursos? Como se deu a organização e articulação desses espaços políticos? O combate à pandemia da COVID-19 e o período eleitoral geraram transformações espaciais e políticas na feira?

Partindo da necessidade de investigar as questões norteadoras a presente pesquisa tem como objetivo geral:

- 1) Analisar a relação estabelecida entre a crise federativa na pandemia da COVID-19 e o uso dos espaços políticos frente à situação dos feirantes da Feira de São Bento em Cascavel-CE.

E como subsequentes objetivos específicos:

- 1) Compreender a relação entre Federalismo, espaços políticos e a Feira de São Bento;
- 2) Identificar a articulação de espaços políticos no município de Cascavel frente à atuação de feirantes e do poder político local;
- 3) Analisar as transformações espaciais da Feira de São Bento geradas no combate ao COVID-19 e como lugar de prática política no município.

A justificativa do presente estudo se encaminha em perceber o panorama da pandemia da COVID-19 a partir das relações do federalismo brasileiro sob gestão de Bolsonaro, em que a descoordenação e embates de poderes revelaram uma crise federativa. A partir de um estudo de caso - a situação dos feirantes do município de Cascavel-CE - será analisado como a imposição de decretos, medidas e emissão de discursos voltados a conter a proliferação do vírus paralisaram a principal feira livre do município e mobilizaram os espaços políticos locais.

A paralisação revelou a necessidade de entendimento da delimitação destes espaços políticos, suas atuações e articulações. Isto a considerar a relevância das feiras livres para a dinâmica espacial e socioeconômica e neste caso, dinâmica também política para a escala federativa municipal (como veremos no capítulo 3).

Por conseguinte, a pesquisa viabiliza o entendimento do papel do município no federalismo brasileiro como ente federativo autônomo e espaço mais próximo do cidadão na percepção de suas dificuldades e lutas. Os apontamentos se seguem na afirmativa de que as relações de poder e de interesses se organizam e são percebidos nesta escala local com efeitos para a sociedade e outras escalas da federação (Castro, 2005). Logo, em um contexto de crise federativa, a escala municipal pode revelar com maior clareza a aplicação dos decretos e políticas públicas engendradas no período pandêmico, bem como, a percepção da articulação e notoriedade dos espaços políticos exclusivos, abertos e limitados (Castro, 2018a).

Partindo da estruturação dos objetivos e etapas metodológicas, a pesquisa se divide em cinco partes, a começar por esta introdução com a contextualização e problematização da pesquisa.

O segundo capítulo se constitui por uma discussão teórica e metodológica acerca do conceito de espaço político e seus tipos, entendendo-as no modelo federativo de estado como legitimadoras de ações políticas e como se dá o poder de atuação dos sujeitos nestes espaços. Por conseguinte, há uma descrição metodológica das etapas que subsidiaram esta pesquisa e a caracterização da Feira Livre de São Bento e sua relevância para a dinâmica econômica local de Cascavel-CE.

O terceiro capítulo busca revelar a Feira de São Bento como local estratégico para angariar votos no período de eleições. Será apresentada a feira como lugar de prática política a partir de evidências e características de um espaço de dinâmica econômica que também se metamorfoseia em espaço político aberto em cenários eleitorais.

O quarto capítulo traz uma caracterização do Federalismo Brasileiro, as evidências de uma crise federativa em curso no país e como isto se apresentou e se avolumou na pandemia.

O quinto capítulo evidencia como as tensões federativas impactaram o município de Cascavel, notadamente a partir da situação dos feirantes e da Feira de São Bento. Será apresentado ainda o poder de organização, atuação e manifestações dos sujeitos, particularmente dos feirantes e do poder político local, a fim de compreender a partir de vídeos e entrevistas como se deu a materialização de suas ações na mobilização de espaços políticos no município.

A última parte será dedicada às considerações finais que revelará as sínteses conclusivas da pesquisa, evidências dos objetivos alcançados e notoriedade quanto aos impactos e discussões que a pesquisa pode inculcar nas inter-relações entre pandemia, federalismo, espaço político e feira.

## 2 CONCEITUAÇÕES TEÓRICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 2.1 Espaço Político e sua tipologia

Das questões em torno da conceituação de espaço político, duas serão destacadas neste estudo. A primeira é a necessidade de considerar o espaço geográfico nas discussões em torno das formas de governo. A segunda, o entendimento de como o espaço se metamorfoseia em espaço político.

Castro (2018) aponta que os debates em torno do espaço político não estão restritos à geografia, tendo em vista o empreendimento de pesquisas em torno desse conceito nas ciências sociais. Nas reflexões da autora voltadas para o debate geográfico, salienta-se a necessidade e importância de considerar a materialidade do espaço como um aspecto central.

No tocante à ciência política, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) ao definirem o espaço político não remetem à especificidade de sua materialidade, assim considerando o conceito como uma área de conflito que constitui a base da relação entre eleitores e partidos, em determinado sistema político e momento histórico.

Contudo, consideramos que essa materialidade é um aspecto central para pensar sobre política. Quanto à relação entre espaço e política, Arendt (1993) acentua que:

A política surge não no homem, mas sim entre os homens, que a liberdade e a espontaneidade dos diferentes homens são pressupostos necessários para o surgimento de um espaço entre homens, onde só então se torna possível a política, a verdadeira política (Arendt, 1993, p. 2).

Neste sentido, a materialidade de manifestação da política se torna essencial, visto que ela confere o suporte necessário para a realização do “encontro entre os diferentes”, que sob a ótica da geografia envolve compreender as diferentes dimensões do espaço e os diferentes espaços onde a política ocorre (Silva et al., 2022).

Para além deste espaço onde se realiza a política, no âmbito de uma geografia política, se exprime a necessidade de refletir quanto ao uso dos espaços

políticos e as decisões proferidas nesses espaços com consequências à sociedade e ao espaço geográfico, identificando os agentes que executam a ação política.

Elaborando uma definição que se ancore na personificação da materialidade intrínseca à ação política, Castro (2018a, p. 123) pensa o espaço político como:

Um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo. Há, pois na ação no espaço político uma dimensão instituinte, ou seja, uma conexão com o poder decisório governamental, qualquer que seja a sua escala.

Silva et al (2022, p. 334) ao tratarem da importância da espacialidade para a democracia, definem os espaços políticos como “aqueles materialmente construídos, dotados de intencionalidade para o debate e deliberação e são utilizados como elo intermediador das relações entre Estado e sociedade”. Assim, ao serem dotados de uma intencionalidade, o espaço é metamorfoseado em espaço político, possibilitando à sociedade um contato direto com as instituições políticas, podendo influenciar ou até mesmo intervir, visto a pressão da copresença ou mesmo pela possibilidade de atuar ativamente (Azevedo, 2018).

Como a ciência geográfica busca investigar metodologias que subsidiem o entendimento das dinâmicas dos espaços, consideramos que os espaços políticos apresentam características distintas definidas em escalas diversas. Levy (1999) *apud* Castro (2018a) assinala que os espaços políticos devem ser pensados e investigados segundo os critérios de escala, (visibilidade e reconhecimento), da métrica (abrangência das ações) e substância (efeitos desejados). Por conseguinte, Castro (2018a), identifica três tipos de espaços políticos: exclusivos, limitados e abertos.

Os espaços políticos exclusivos são construídos e organizados essencialmente para o debate e deliberação política, como os Parlamentos, as Assembleias e Câmaras Legislativas (Castro, 2018a). Possuem escalas e métricas amplas, o que impacta diretamente os cidadãos que vivem no recorte territorial de sua jurisdição.

Os espaços políticos limitados correspondem aos diversos espaços de debates e representação de interesses específicos da sociedade, o que remete a uma demarcação temática e decisória com resultados efetivos de suas ações em

diferentes escalas (Castro, 2018a). Para Azevedo (2023) os espaços políticos limitados correspondem a uma rede de espaços de participação e representação que estabelecem uma democracia para além das instituições formais (espaços exclusivos), caso de diferentes tipos de conselhos, fóruns temáticos e associativismos.

Os espaços políticos abertos se expressam pelos lugares do cotidiano social que se metamorfoseiam em arenas de demandas, conflitos e ações, como as ruas e praças (Castro, 2018). Historicamente, ruas e praças possuem uma preponderância entre os espaços públicos associados ao ato de se fazer política. Entre os anos 1983 e 1984, por exemplo, o movimento popular Diretas Já mobilizou a população brasileira a realizar inúmeras manifestações em ruas e comícios em praças, reivindicando a abertura política nos últimos anos do período ditatorial. Os atos pró-impeachment como o movimento estudantil dos caras-pintadas (1992) e do processo de impeachment de Dilma Rousseff (2015-2016) impuseram também às ruas um caráter efêmero político. Fato é que em momentos de crise institucional, ruas e praças desempenham o lugar por excelência do instituinte, escolhida como o lugar da política, para a política e, até mesmo, da não política (Machado Filho, 2018).

De modo mais recente, a crise institucional que se encaminhou em concomitância a pandemia e a imposição de medidas de contenção ao vírus trouxeram impactos profundos ao funcionamento político das instituições, notadamente nas dinâmicas envoltas dos espaços políticos e com repercussões na democracia (Azevedo, 2023).

A exemplificar cenários do funcionamento político destes espaços, trazemos Silva et al (2022) que evidenciam no município de Cavalcante-GO que as políticas de isolamento social na pandemia da COVID-19 ocasionaram em uma limitação do uso do espaço exclusivo (Câmara Municipal) em que a internet se tornou um dos principais meios de expressão de demandas públicas.

Quanto ao espaço político limitado, Azevedo (2023) a partir de análises sobre as superquadras no Distrito Federal, pontuou que a permanência dos moradores nesses espaços em função das medidas de contenção ao vírus propiciou um senso de coletividade na resolução de demandas, o que gerou um contato ativo entre os moradores e o poder público.

No tocante aos espaços políticos abertos no cenário pandêmico, podemos também constatar que muitos destes espaços públicos não deixaram de ser ocupados para o uso político. Azevedo (2023) salienta que apesar dos decretos para contenção do vírus suspenderem seus usos, as forças políticas do governo não deixaram de se apresentar nesses espaços, haja vista a ação dos opositores que insistiam em negar a gravidade da doença e as ações eleitorais de 2020. Este tipo de espaço político a partir da manifestação e voz das sociedades em espaços públicos se torna mecanismo de oposição, podendo também se transfigurar em espaços estratégicos de ação política por candidatos ao pleito em períodos de campanha eleitoral.

Antes de trazermos essa constatação referente ao espaço político aberto na pandemia e para além dessa, cabe inicialmente pontuar o debate estabelecido por Castro (2018b) em apresentar a distinção entre espaço público e espaço político. Enquanto o primeiro se refere ao espaço de sociabilidade e do cotidiano, o segundo se metamorfoseia em espaço político a partir do momento em que o espaço público é invadido pelos fenômenos da política. Assim, todo espaço político é um espaço público, mas o contrário não é verdade (Azevedo, 2018). Na transformação de ruas e praças em espaços políticos abertos, Machado Filho (2018) aponta seu caráter de efemeridade como mais um meio de se fazer política e influenciar as instituições desse campo, reiterando a necessidade de analisar o poder instituinte observado em ruas e praças a partir dos elementos que condicionam a ação decisória, como a organização espacial e a visibilidade.

Sobre as possibilidades de ação e visibilidades nos espaços políticos abertos, Castro (2018a) assinala que:

Estes são espaços de ação abertos a toda a sociedade, qualidade intrínseca aos espaços escolhidos para manifestações, protestos, passeatas, ocupações e tudo mais que a imaginação dos ativistas sociais decidir criar para alcançar seus objetivos políticos. Nunca é demais lembrar que quanto mais livres, numerosos e reconhecidos pela sociedade esses espaços, maior será o vigor da sua participação política na organização e defesa dos seus interesses (Castro, 2018a, p. 123).

O que convém adicionar a esta reflexão é que para além de ruas e praças, outros espaços públicos podem vir a se transfigurar como espaço político aberto, afinal, sob a demarcação de uma efemeridade, motivação e circunstância de atos políticos que poderão qualificar determinado espaço, é possível caracterizar novas formas espaciais e estratégicas de se fazer política.

Para além da organização de coletividades, protestos e manifestações, os espaços políticos abertos podem ser revelados sob ações de barganha eleitoral em espaços públicos, particularmente aqueles que localmente adquirem uma centralidade nos municípios pequenos, como as feiras livres.

Nesse sentido, a Feira de São Bento em Cascavel (CE) sob uma temporalidade específica tem seus espaços econômicos metamorfoseados para um local público que também circunscreve deliberações políticas.

O que se pretende demonstrar são as novas dinâmicas destes espaços políticos em um quadro de crise institucional e pandêmica em uma feira livre que em uma temporalidade específica revelou atributos também de ação política. Ademais, cabe pensar como se deu a articulação entre os tipos de espaços políticos manifestados na resolução de demandas dos feirantes da Feira de São Bento.

Quanto a articulação destas relações entre os tipos de espaços políticos, Azevedo (2023) pontua que:

Apesar das importâncias particulares de cada tipo de espaço político para a democracia, é evidente a hierarquização existente entre eles em um mundo organizado politicamente em Estado-nação, já que é no espaço político exclusivo onde regras erga omnes são produzidas, diferentemente dos outros, seja pelo caráter limitado da pauta de atuação e/ou de público-alvo (espaços políticos limitados), seja pelo seu importante papel de pressão (espaços políticos abertos) (Azevedo, 2023, p. 5).

Ademais, é necessário estabelecer a relação entre federalismo e espaço político, entendendo que o funcionamento dos espaços políticos é legitimado pelo poder autônomo conferido aos entes federativos sob uma Constituição Federal. É a partir desses mecanismos e instituições que será averiguado o exercício de autonomia dos entes federativos e a União, diante de suas atribuições e ação política perante as demandas da sociedade.

Estes espaços voltados à ação coletiva e política possuem mecanismos circunscritos à representação de atores que por meio de debates e imposições direcionam medidas com impacto na sociedade. É necessário assinalar que, embora estes espaços políticos estejam distribuídos pelo território de acordo com cada esfera de governo, suas atuações/decisões podem se dar em um modelo de cooperação ou se sobrepor.

O federalismo traz legitimidade à atuação dos distintos espaços políticos nas escalas federativas, enquanto espacialização no território, bem como confere

validade às decisões proferidas nesses espaços. Importante salientar que apesar do exercício do poder político formal estar diretamente relacionada com apenas um tipo de espaço político, o exclusivo, nada impede que possamos traçar associações com os outros espaços políticos, tendo em vista que as demandas locais e sociais são mais bem organizadas e sentidas nos espaços políticos limitados e abertos, espaços voltados à sociedade. Logo, tais demandas e reivindicações irão (ou deveriam) direcionar debates e medidas a serem discutidas nos espaços políticos exclusivos.

É nessa delimitação que podemos refletir sobre o federalismo enquanto conceito a ser explorado pela geografia, tendo em vista que o sistema federativo impõe dinâmicas particulares ao espaço geográfico. A Geografia Política se insere em entender as especificidades da tipologia destes espaços políticos sob diferentes contextos e métodos de análise. Nos delineamentos desta pesquisa, os espaços políticos foram percebidos sob um cenário pandêmico em que a suspensão das atividades impôs novas dinâmicas a estes espaços e se notabilizou por novas formas espaciais, como na Feira de São Bento.

## **2.2 A Feira de São Bento e sua relevância ao município de Cascavel-CE**

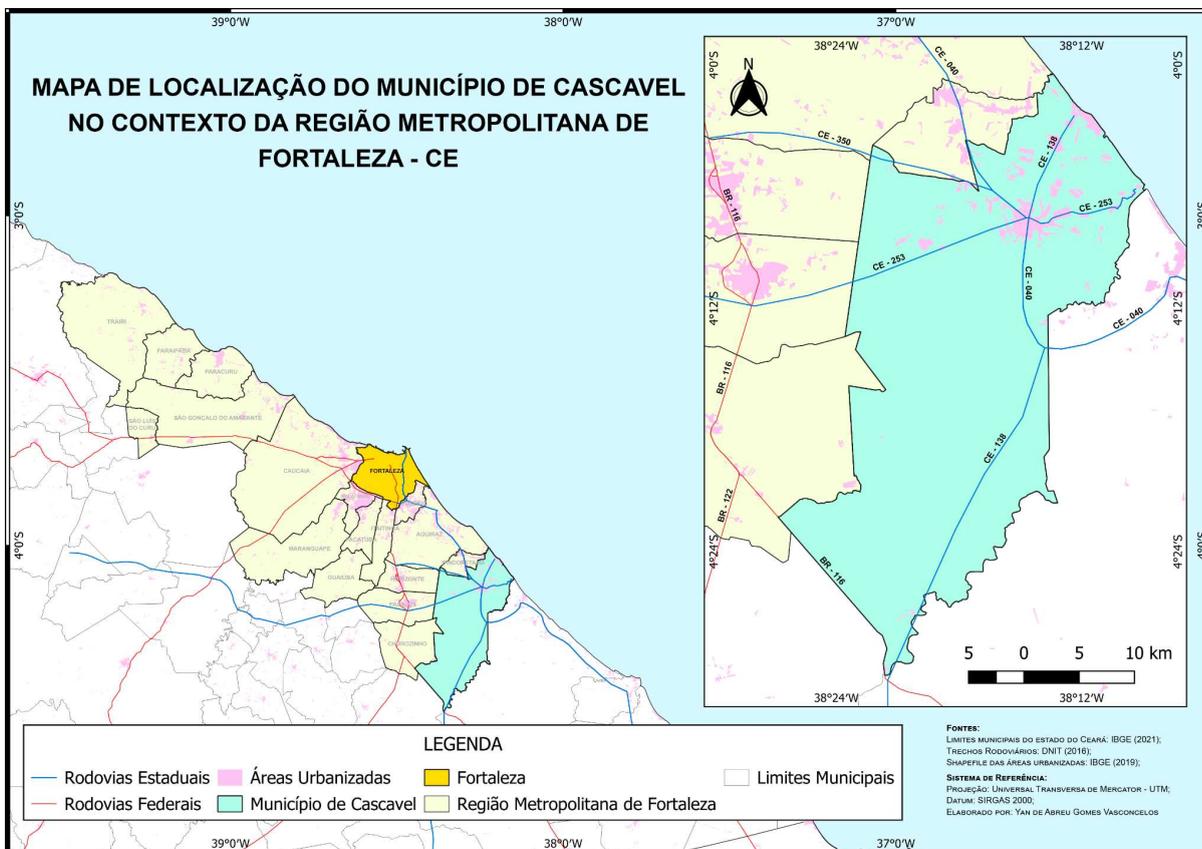
O município de Cascavel-CE apresenta uma extensão territorial de aproximadamente 838,115 km<sup>2</sup> e população de 72 620 habitantes (IBGE, 2022). Com influência restrita ao contexto local, está classificado segundo o REGIC 2018 como Centro local<sup>4</sup> com atividades econômicas ligadas principalmente à agropecuária, aos pequenos comércios e às feiras livres.

Destaca-se, contudo, que esse município encontra-se inserido na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), apresentando vínculos com a principal centralidade do Ceará (figura 2). Ao contrário de municípios pequenos distantes da metrópole, os Centros Locais em contexto metropolitano apresentam articulações para a viabilização de políticas públicas, de saúde, transporte e infraestrutura em seu solo metropolitano, visando um planejamento integrado ao desenvolvimento econômico e social, estabelecendo outras centralidades e relevâncias para seus espaços de trocas econômicas e sociais, como as feiras livres.

---

<sup>4</sup> De acordo com a denominação divulgada pelo IBGE, neste nível hierárquico se definem as cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, apresentando fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública.

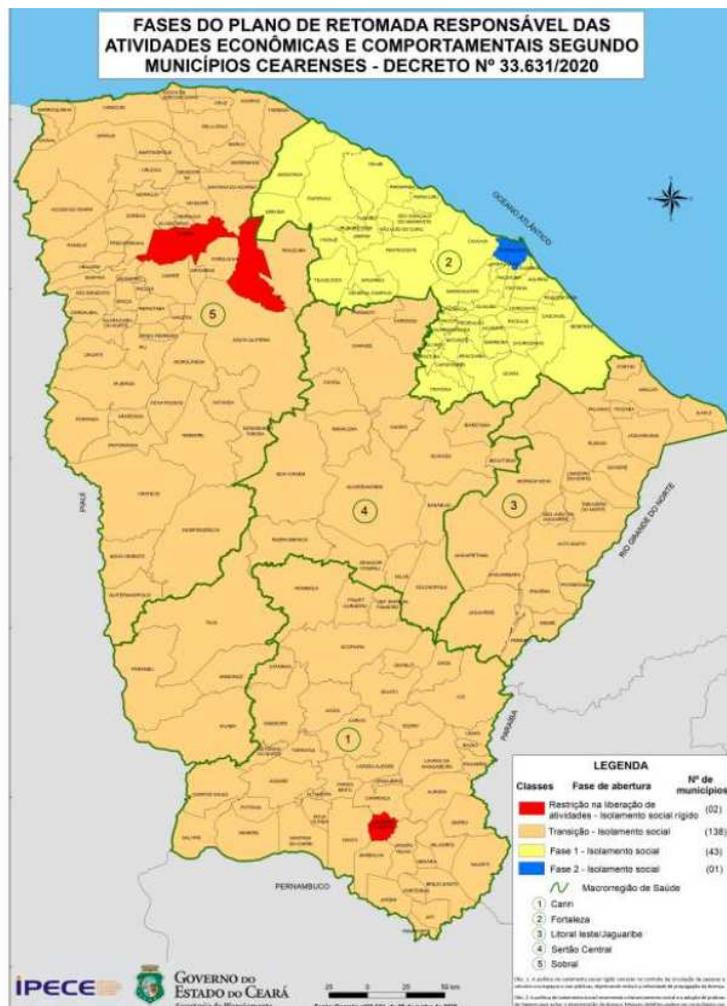
**Figura 2 - Mapa de Localização do município de Cascavel na RMF.**



Fonte: Elaborado por Abreu, Yan

Podemos verificar na figura 03 a seguir a aplicação destas políticas de gestão a partir do plano de retomadas econômicas no estado do Ceará na pandemia que considerou as regiões metropolitanas em distintas fases de abertura econômica.

**Figura 3 - Plano de Retomada da economia no Ceará, 2020.**



Disponível

em:

[https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Mapa\\_Decreto\\_33631\\_Ipece1-1-1.pdf](https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Mapa_Decreto_33631_Ipece1-1-1.pdf). Acesso em: Março de 2024.

Podemos verificar no mapa que o início de retomada das atividades econômicas e serviços se deu inicialmente pela capital (Fortaleza) e sua região metropolitana, abarcando também municípios limítrofes, como no caso de Cascavel. Posteriormente, em função da letalidade e diminuição de casos, o processo de flexibilização das atividades econômicas foi se ampliando para o interior do estado.

Podemos ainda citar o compartilhamento de um transporte metropolitano com distâncias relativamente curtas entre os municípios que o integram, possibilitando maior acesso e rapidez no deslocamento das pessoas, seja para o usufruto de atividades de lazer ou para utilização de serviços de saúde, aspecto bem

evidente na pandemia com a urgência no deslocamento de pacientes por COVID-19, seja por falta ou sobrecarregamento de leitos de UTI nos municípios.

Isto pode ser explicado pela composição da rede urbana cearense que apresenta, em sua maioria, pequenas cidades em que a rede hospitalar de baixa e média complexidade é deficiente, o que provoca expressivos deslocamentos na rede urbana. Ressalta-se que o caráter metropolitano apresenta maior concentração de serviços se compararmos com outros municípios pequenos. Porém, é importante destacar que o município de Cascavel, apesar de integrar a rede metropolitana, apresenta disparidades se compararmos com outros municípios do estado do Ceará.

Quanto a isto, Fernandes, Silva e Muniz (2020) destacam que o desequilíbrio da rede urbana no Ceará é marcado pela distribuição regional dos equipamentos de saúde em que há o domínio da capital Fortaleza e a presença de poucos núcleos urbanos intermediários no interior, especificamente dividido em 05 macrorregiões da saúde (Fortaleza, Sobral, Cariri, Sertão Central e Litoral Leste/Jaguaribe) e 22 microrregiões, onde os fluxos convergem para as principais cidades do estado.

Quanto à definição de sua economia, o município se apresenta pelo circuito inferior local, manifestado, sobretudo, a partir da maior feira livre do Estado do Ceará, a chamada Feira de São Bento (Costa; Santos, 2016). Cascavel, estando a 60 km de Fortaleza, tem na feira livre um importante meio de subsistir, isto a considerar a quantidade de feirantes que residem no município e localidades próximas que têm nas atividades da feira um modo de prover suas necessidades<sup>5</sup>. Daí, se nota a importância para a população e economia local.

Dos aportes históricos, a Feira de São Bento é datada desde as primeiras décadas do século XIX. A priori, em 1909, se localizava na chamada Praça 'Feira Velha' (atual Esaú Benício), sendo posteriormente deslocada para o centro municipal. Inicialmente conhecida como feira de gêneros, a designação de seu nome se insere sobre uma lenda em torno do município, de que os comboieiros e viajantes, nas travessias para Aracati, Aquiraz e Fortaleza, encontravam sobre os cajueiros cobras cascavéis, tornando-se, assim, conhecida como "passagem da cascavel" (Bessa et al., 2021).

---

<sup>5</sup> De acordo com Silva (2011) a Feira de São Bento apresenta feirantes vindos de diversos municípios como Aquiraz, Aracati, Beberibe, Quixadá, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas e Pacajus.

O dia de realização da feira também foi alterado com o passar dos anos, até ter sua realização consolidada aos sábados. Silva (2011) aponta que desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, a Feira de São Bento chegou a transcorrer em diferentes dias e por diversos motivos, desde às quintas-feiras até os domingos.<sup>6</sup>

Realizada aos sábados, a Feira de São Bento adquire papel constitutivo na centralidade do município, sobretudo porque sua localização se solidificou no principal centro comercial, especificamente nas ruas Coronel Biá Coelho, Padre Valdevino e Prefeito Vitoriano Antunes nos entornos da Avenida Chanceler Edson Queiroz.

**Figura 4 – Feira de São Bento na Prefeito Vitoriano Antunes**



Fonte: Autor, 2024.

Nos entornos de sua realização, além dos estabelecimentos comerciais (lojas de roupas e móveis, farmácias, pastelaria, salões, supermercados, padarias e bancos), as atividades da feira não se restringem apenas aos espaços ocupados nas ruas, mas também as atividades no Mercado Público Municipal, edificação onde se encaminha a venda de peixes, carnes e hortifruti (como podemos verificar nas figuras 5 e 6).

---

<sup>6</sup> Em 1925, dentre várias razões, a Câmara Municipal de Cascavel opta por transferir a feira de São Bento, do domingo para os sábados, em vista do domingo ser um dia dedicado ao descanso; ser indicado por várias religiões, como um dia dedicado para o repouso; de que a realização da feira aos domingos seria um entrave ao descanso; o fato de que em diversas partes do Brasil não se trabalhava aos domingos; e por fim, a excelente adaptação da feira ao dia de sábado (Silva, 2011, p.22).

**Figura 5 - Feira de São Bento em frente ao Mercado Público**



Fonte: Autor, 2024

**Figura 6 - Mercado de hortifruti, carne e peixe**



Fonte: Autor, 2024

Dantas (2008) ressalta que os mercados têm sua origem diretamente ligada às feiras livres que se realizavam nas cidades e se configuram como espaços presentes tanto em grandes metrópoles como em pequenas cidades, ao qual desempenham a função de ser um espaço em que se realiza a comercialização dos mais variados produtos.

Ainda é possível verificar uma expansão desta feira em ruas próximas, especificamente nas ruas Coronel Biá Coelho, onde há venda de produtos de

diferentes ramos; como também na rua da Tamarineira<sup>7</sup>, voltada à venda de frutas e verduras<sup>8</sup> (figura 7).

**Figura 7- Rua da Tamarineira**



Fonte: Autor, 2024.

Apesar da realização de vendas no Mercado Público Municipal ocorrer cotidianamente e diversas bancas serem fixadas em suas proximidades, a concretude da feira se dá impreterivelmente aos sábados, sob a atuação de fiscais da prefeitura e de feirantes na montagem das tendas que geralmente ocorre nas noites de sexta-feira.

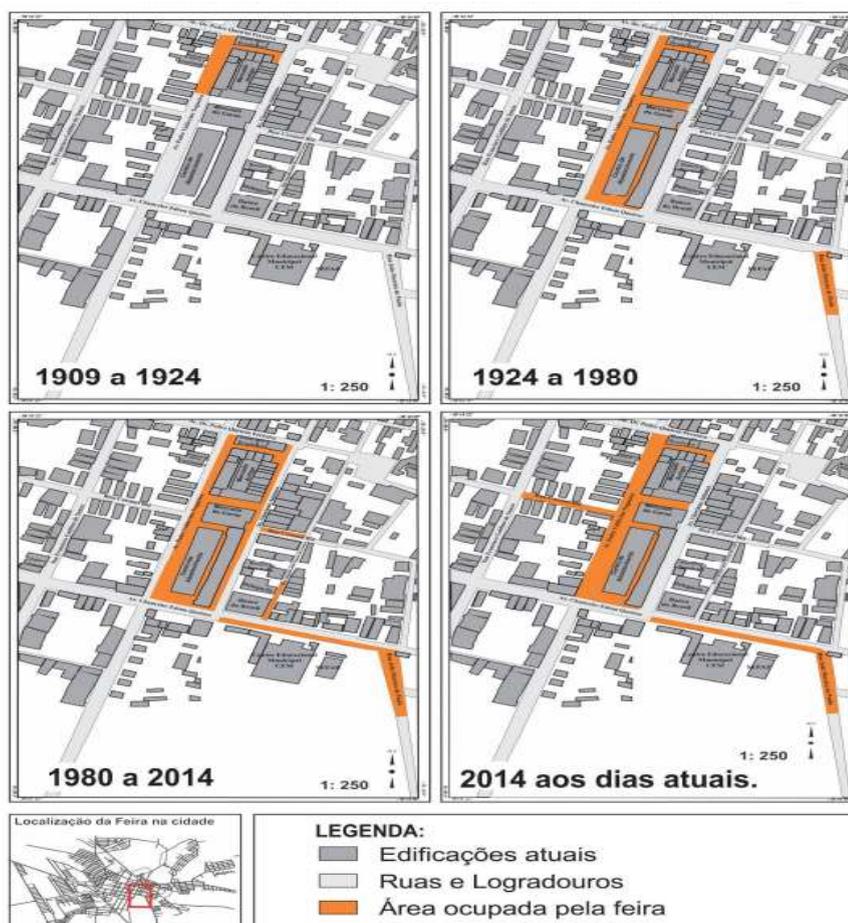
Costa e Santos (2016) destacam um caráter peculiar na espacialização da Feira de São Bento, a sua solidez no centro comercial da cidade, sendo verificado ao longo dos anos, apenas a sua expansão por vias próximas (figura 08). Os autores ainda reiteram que a ocupação da Feira de São Bento em Cascavel contrasta com outros municípios nordestinos que têm em suas respectivas feiras conflitos pelos seus espaços de realização, muitas vezes, refletida em disputas com a apropriação destes espaços pelas novas formas de comércio e consumo.

---

<sup>7</sup> A árvore centenária que dá referência a este espaço da feira é tombada pela Lei n° 961/99, fazendo parte do patrimônio público de Cascavel - CE.

<sup>8</sup> A prefeitura municipal é responsável pela delimitação dos setores (organização da feira).

**Figura 8 - Evolução espacial da Feira de São Bento.**



Fonte: Costa, 2016.

Em contrapartida, a feira de São Bento se insere de forma semelhante ao contexto de formação e desenvolvimento das feiras livres no Nordeste, haja vista seu papel como atividade econômica de relevância no contexto local, estando envolta de dinâmicas relativas ao território regional. Quanto a este aspecto, Dantas (2008) destaca que o êxito das feiras no Nordeste está associado, principalmente, à formação socioespacial, às condições socioeconômicas da população, aos meios de comunicação e pelos tipos de agricultura e pecuária praticadas.

Nota-se que a manifestação da feira livre está associada a espaços metamorfoseados em espaços econômicos, que sob o papel do governo e dos feirantes organizam os espaços públicos para que as vendas sejam produtivas economicamente e facilitem maior acesso da população ao local.

Associada a este caráter efêmero da feira, cabe ainda pontuar outros aspectos a fim de compreender o quão significativo é a feira para os habitantes de

Cascavel. Nesse sentido, a Feira de São Bento tem sido compreendida como definidora de uma memória coletiva e manifestação cultural no município, onde coletividades se encontram em uma festa à céu aberto (Silva, 2008); ou a partir de o seu caráter pedagógico, compreendendo-a como espaço de sociabilidade e detentora de conhecimento a partir das experiências, saberes e vivências cotidianas dos feirantes (Silva, 2014).

Coelho (2008) ao encaminhar sua pesquisa em torno da Feira de São Bento, inferiu algumas pontuações quanto ao ordenamento e estruturação do espaço que se aproxima das discussões de uma geografia política: a primeira diz respeito à governança da feira, apontando a não existência de associações de feirantes que os representassem e o desinteresse e pouco conhecimento dos feirantes quanto aos objetivos de uma associação; e o segundo aspecto seria a reflexão em torno da inexistência de uma política nas esferas federal e estadual voltadas para as feiras livres, cabendo aos municípios a elaboração de políticas públicas para as suas feiras.

Nos propósitos desta pesquisa, é necessário corroborar o quanto as feiras livres adquirem magnitude nos pequenos municípios e estão envoltas de diferentes aspectos, sejam culturais, educacionais e cotidianos. É inegável que para os feirantes a sua importância se incorpora à vulnerabilidade social e econômica, como fonte de renda única ou extra ao sustento de suas famílias. Nesse sentido, quanto menor a cidade em termos de centralidade, maior será a importância da feira semanal para a vida urbana, logo, para pequenas cidades nordestinas, o dia em que a feira ocorre é um dia em que o núcleo de realização passa a exercer alguma centralidade (Côrrea, 1997).

No que tange à situação socioeconômica local da população dos municípios, classificados como centros locais e sua relação com a dinâmica produtiva do estado do Ceará, Fernandes, Silva e Muniz (2021) ressaltam que:

As condições de vulnerabilidade socioeconômica da população residente no interior refletem a dinâmica da estrutura produtiva do estado do Ceará, com a concentração das atividades econômicas na capital Fortaleza e sua região metropolitana. Assim, a fonte de renda das famílias está ligada, sobretudo, ao pequeno comércio, com destaque para as feiras livres, a agricultura de subsistência e ao setor de serviços, especialmente, o funcionalismo público, o que provoca uma baixa quantidade de empregos formais (Fernandes, Silva e Muniz, 2021, p.12).

É necessário pontuar que as singularidades locais das feiras livres estão associadas com o governo dos municípios, logo, indo ao encontro das análises a serem empreendidas nesta pesquisa. Assim, devemos considerar a dinâmica efêmera concernente à feira, a partir também da política, de maneira relacional, inserida no campo da geografia, tendo em vista que a manifestação e organização da feira se delimita por imposições e leis municipais a tornarem legítimos os espaços de atuações dos feirantes.

### **2.3 Procedimentos metodológicos**

De modo a abarcar a especificidade de um contexto de crise pandêmica, federativa e política no Brasil e compreendendo que as múltiplas facetas desta calamidade pública se deram de modo desigual nos diferentes municípios brasileiros, a presente pesquisa se direcionou a analisar a especificidade deste cenário no município de Cascavel-CE a partir da efemeridade da Feira de São Bento enquanto atividade econômica e indícios interpretativos de um espaço de manifestação política.

Para tanto, o estudo faz uso da pesquisa qualitativa, nos cabendo perceber, interpretar e analisar as possíveis relações, dinâmicas e tensões entre as instituições políticas e sujeitos envolvidos neste cenário de crises. Adota-se uma postura interpretativa, assim entendendo que este tipo de abordagem se constitui como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas a serem analisadas (Ramires, Pessôa, 2013). Afinal, diferente de uma abordagem quantitativa, a pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa, fazendo-nos situar em um momento sociopolítico e histórico específico (Creswell, 2007) caracterizado pelas relações federativas na pandemia da COVID-19 sob o cenário da feira livre.

A pesquisa se vale de um estudo de caso, no intuito de observar, investigar e analisar as relações conflituosas estabelecidas dos entes federativos no contexto pandêmico a partir da escala local (município) e os impactos sobre a feira livre de São Bento. O método se justifica enquanto representativo de possíveis casos análogos a ele relacionados (Severino, 2017), neste estudo, sob a ótica de um município pequeno, porém, membro da RMF.

Os métodos dessa pesquisa qualitativa foram compostos por três pilares: pesquisas bibliográficas, pesquisa documental e trabalho de campo.

A primeira etapa se direcionou pela pesquisa bibliográfica que consistiu em realizar um apanhado geral sobre os principais trabalhos relacionados ao tema de pesquisa. Fonte indispensável para informações e proposição de indagações, esta fase se deu por fontes secundárias e com base nos seguintes termos: crise federativa, pandemia da COVID-19, espaços políticos e Feira de São Bento.

A pesquisa foi realizada em repositórios acadêmicos de universidades públicas com o uso de monografias, dissertações e teses vinculadas as bases teóricas da pesquisa, artigos publicados em revistas acadêmicas, livros ligados ao tema do federalismo, especificamente a organização federativa brasileira, além de gráficos e materiais cartográficos publicados pelo Consórcio Nordeste, Governo Estadual do Ceará e Prefeitura Municipal de Cascavel no cenário de pandemia da COVID-19. Concomitante a este levantamento de literatura, foram realizados fichamentos dos textos com destaque para as principais reflexões quanto à temática em estudo, assim encaminhando para a análise interpretativa da bibliografia, debate e sustentação teórica desta dissertação. Esta etapa permitiu evidenciar o cenário de calamidade pública, não somente pandêmica, mas também federativa e política, assim como, estabelecer amarrações teóricas indispensáveis entre o federalismo e a legitimação dos espaços políticos para assim pensar na sua relevância no tocante à situação dos feirantes na Feira Livre de São Bento.

Na segunda etapa se fez uso da pesquisa documental que se refere à coleta de dados restritos a fontes primárias e/ou documentos oficiais (Marconi, Lakatos, 2003). Nesta etapa foi feito um levantamento de dados e informações quanto à produção legislativa e institucional do período pandêmico, como decretos, atas, boletins, requerimentos oficiais, projetos de lei, carta pública e vídeos.

Do total de 106 decretos delimitados pelo município de Cascavel na pandemia, foram escolhidos e analisados especificamente 34 decretos municipais, tendo em vista que este quantitativo faz referência às medidas de restrições e flexibilizações das atividades econômicas e da Feira de São Bento.

No que tange à produção parlamentar da Câmara Municipal de Cascavel foram analisados onze atas e três requerimentos oficiais das sessões que ocorreram no cenário da COVID-19 (2021-2022). Este total de documentos se refere ao quantitativo em que a situação dos feirantes da Feira de São Bento foi posta à

discussão no plenário. Esta etapa subsidia o entendimento de como ocorreu o funcionamento do espaço político exclusivo, permitindo ainda identificar os principais atores e suas atuações no empreendimento de medidas quanto ao contexto da Feira de São Bento, como a delimitação de requerimentos oficiais e projetos de leis relacionados.

Ainda numa verificação da produção parlamentar foram também analisados 19 decretos da Assembleia Legislativa do Ceará (2020-2022) que se referiam à restrição das atividades econômicas no estado. A análise permitiu verificar como foi construída a relação federativa e alinhamento de ações entre o Governo do Estado do Ceará e o município de Cascavel quanto às medidas, restrições e políticas públicas impostas pelo estado e suas repercussões no município.

Ademais, foi verificado a aplicação de três projetos de leis a nível municipal, estadual e federal direcionados diretamente e indiretamente aos feirantes, cabendo analisar como se deu a coordenação federativa de políticas públicas neste setor econômico.

De forma indispensável, e não podendo excluir seu papel na coordenação de ações na Região Nordeste na pandemia, principalmente no que tange aos setores econômicos e da saúde, foram verificados a produção da documentação institucional do Consórcio Nordeste em um total de onze boletins informativos que continham orientações quanto às políticas de isolamento e restrições das atividades econômicas; treze atas de sessões realizadas entre os nove governadores em que as discussões também se direcionaram ao setor econômico e da saúde; uma carta pública como repúdio às ações do Presidente da República e um documento de protocolo que legitima sua atuação. Este ponto buscou discutir como ocorreu a atuação do Consórcio Nordeste como coordenador de ações entre os estados e uma evidente descoordenação federativa frente às ações do Presidente.

Além destes documentos, foram analisados cinco vídeos coletados via *Youtube* que incluem atos oficiais realizados por Bolsonaro no Ceará, uma entrevista do Governador do estado do Ceará - Camilo Santana e de uma manifestação de feirantes e comerciantes realizada em Cascavel, a fim de perceber através dos discursos, divergências políticas e federativas quanto às restrições impostas às atividades econômicas no Ceará e que de certo modo, impactaram diretamente os feirantes da Feira de São Bento.

Com base nesta análise documental foi possível fazer um cruzamento de informações quanto à coordenação federativa entre o município, estado e União a partir dos decretos, políticas públicas e discursos que estiveram relacionados às atividades econômicas, notadamente que impactaram a Feira de São Bento.

A partir disto, foi possível verificar como se deu a atuação dos feirantes e vereadores nos espaços políticos do município, como a Câmara Municipal de Cascavel-CE, através dos representantes municipais eleitos, manifestações de feirantes em ruas e praças no município e evidências da Feira de São Bento como lugar de prática política. Isto também foi possível através de registros fotográficos e imagens deste período coletadas nas redes sociais dos envolvidos com as ações.

Interessante ressaltar que o recorte temporal da pesquisa se dá no cenário da Pandemia da COVID-19, entre a produção documental de 11 março de 2020 a 05 de maio de 2023. Porém, como identificamos indícios da feira como espaço político aberto (como veremos no capítulo 03) expandimos o recorte temporal para um antes e pós-pandemia, tornando possível visualizar que a efemeridade econômica da feira também transcende para uma efemeridade política no período de eleições.

A etapa final se encaminhou pelo trabalho de campo com a coleta de dados através da elaboração e aplicação de entrevistas semiestruturadas pela rede social *WhatsApp* com lideranças locais (organizador da manifestação, feirantes e políticos) do município de Cascavel.

As entrevistas semiestruturadas consistem na aplicação de um roteiro prévio de perguntas, podendo, no decorrer da entrevista trazer outros questionamentos. No que se refere à escolha das lideranças locais, com base na etapa documental, optamos por entrevistar líderes dos feirantes que estiveram à frente ou participando das manifestações no contexto pandêmico. Quanto aos políticos locais, foi possível depreender através das produções legislativas da Câmara Municipal de Cascavel-CE que de 11 vereadores na legislatura analisada três estiveram envolvidos em discussões quanto à situação dos feirantes da Feira de São Bento: o vereador Augusto Filho (PSL), Flávio Cascavelense (PTB) e Freitas (PDT). São especificamente estes a quem as entrevistas serão direcionadas.

As entrevistas buscam investigar como ocorreu a atuação dos vereadores durante a pandemia, entre medidas restritivas e políticas públicas aplicadas. As entrevistas sustentam a importância política da Feira de São Bento e sua

metamorfose em espaço político aberto antes, durante e pós-pandemia, além de permitir verificar se houve/há uma articulação entre os espaços políticos abertos e exclusivos, visto que a feira possui localização estratégica no centro do município e paralela à Câmara Municipal de Cascavel-CE (figura 15).

Portanto, com enfoque em uma pesquisa não somente exploratória, mas também explicativa, buscamos não apenas fazer um levantamento de informações, mas também analisar o fenômeno através de interpretações possibilitadas pelos métodos qualitativos (Severino, 2017). Logo, fazer análises interpretativas quanto ao fenômeno político e pandêmico em um contexto local requer métodos qualitativos específicos necessários ao alcance dos objetivos pretendidos apresentados no quadro 1 a seguir.

**Quadro 1 - Matriz de Amarração<sup>9</sup>. Fortaleza, 2024.**

<b>Questões secundárias</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Base teórica</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Operacionalização</b>
Como se evidenciou a crise federativa entre o Presidente, Governador do Estado do Ceará e Prefeito de Cascavel? E como a crise federativa impactou a mobilização de espaços políticos nas demandas dos feirantes da Feira Livre de Cascavel- CE?	Analisar a relação estabelecida entre Federalismo, espaços políticos e a Feira de São Bento	Crise Federativa e Pandemia da COVID-19: Arretche (2012); Bobbio, Matteucci, Pasquino (1998); Souza (2008); Rodrigues, Azevedo (2020)  Espaços políticos Castro (2018a); Silva et al (2020); Machado Filho (2018)  Feira e espaço político Azevedo, Bezerra, Xavier (2022); (Costa (2016).	Leitura bibliográfica e documental de Decretos Municipais e Estaduais; Atas municipais; Documentos do Consórcio Nordeste; Discursos dos entes federativos; Leis (federal, estadual e municipal); vídeos via <i>Youtube</i> .	Traçar análises e reflexões quanto à des/coordenação de ações na pandemia (linearidade e divergência de discursos e ações na saúde e atividades econômicas - Feiras Livres). Analisar as proposições legislativas a nível municipal no tocante a Feira de São Bento.
Que espaços políticos foram delineados como palco de reivindicações dos feirantes e como tais espaços deram visibilidade a distintos	Identificar a articulação de espaços políticos no município de Cascavel, frente a atuação de feirantes e do poder político local.	Tipologias de espaços políticos: Castro (2018a, 2018b); Machado Filho (2018); Silva et al (2020)	Leitura bibliográfica e documental da produção legislativa na pandemia (Atas, requerimentos e projetos de leis); registros	Analisar como se deu a atuação dos espaços políticos (exclusivos e abertos) nas demandas dos feirantes partindo também

<sup>9</sup> Com base em Mazzon (1981).

discursos? Como se deu a organização e articulação destes espaços políticos?			fotográficos e imagens das reivindicações; Trabalho de campo (entrevistas com líderes locais).	de entrevistas com os líderes dos feirantes e políticos locais.
O combate a pandemia da COVID-19 e o período eleitoral geraram transformações espaciais e políticas na feira?	Analisar as transformações espaciais da Feira de São Bento geradas no combate ao COVID-19 e como lugar de prática política no município.	Evolução da Feira de São Bento  Costa (2016); Bessa, Sousa e Maia (2021);	Leitura bibliográfica; Leitura documental (Atas; decretos municipais e estaduais; requerimentos; projetos de leis; croquis; mapas); Trabalho de campo (fotografias e entrevistas com os líderes locais).	Evidenciar transformações na Feira de São Bento através da análise de croquis, mapas e fotografias, bem como, medidas aplicadas aos feirantes através da leitura documental e entrevistas com os líderes dos feirantes e vereadores.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

### 3 A FEIRA DE SÃO BENTO: UM ESPAÇO POLÍTICO ABERTO

Para além de uma dinâmica envolta de fluxos econômicos, a Feira de São Bento também mostra indicativos de um lugar voltado para a prática política. Neste capítulo, discutiremos a feira livre de Cascavel-CE sob uma temporalidade específica e a partir de estratégias de arregimentação postas em prática pelos líderes políticos locais é um espaço metamorfoseado enquanto espaço político.

Esse aspecto metamorfoseado dos espaços da feira já foi observado a partir de um viés econômico. Dantas (2008) salienta que as feiras livres para além de um espaço voltado à comercialização de produtos destinados ao abastecimento da população restritos a um centro urbano ou ainda a um conjunto de municípios também apresenta uma efervescência social, caracterizada por uma multiplicidade de eventos, o que modifica, ainda que por um curto período, a temporalidade da cidade, imprimindo um dinamismo diferente do habitual.

A temporalidade não restrita a pandemia, mas abarcando o antes e uma pós-crise pandêmica permite justificar as temporalidades aqui expostas. De modo particular, a verificação dos anos eleitorais de 2019, 2020 e 2022 comprovam movimentos de ação política no interior da feira livre de São Bento.

Dos antecedentes, as denúncias recorrentes do uso de barganhas nas eleições de 2016 em Cascavel por parte da ex-prefeita, Ivonete Pereira<sup>10</sup> e do vice-prefeito Waltemar Matias, ambos do PDT, culminaram em ações de investigações ao longo do mandato. Em 2019, sob o julgamento da corte eleitoral, os gestores tiveram seus mandatos cassados por abuso de poder político e com inelegibilidade de 8 anos (TRE-CE, 2019). Seguindo-se a esta decisão, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), estabeleceu em resolução a deliberação de uma eleição suplementar<sup>11</sup> para o dia 05 de maio de 2019, tendo como candidato

---

<sup>10</sup> A candidatura está ligada à força política dos “Queiroz”. Na cronologia, temos a eleição de Juarez de Queiroz Ferreira nos anos de (1947- 1951; 1955 -1959; 1973-1977), o seu sobrinho Genaro Facó de Queiroz Ferreira (1951-1954), José Queiroz (1967-1971;), Carlos Tadeu Queiróz (1994 -1996), Paulo César Queiroz (1989 - 1992;1997 - 2000) e Ivonete Queiroz, sua esposa (2013 - 2016; 2017 - 2019). (CASCAVEL, 2021)

<sup>11</sup> As eleições suplementares ocorrem quando há nulidade dos votos válidos para presidente, governador e prefeito que venham a ter o indeferimento de suas candidaturas, após decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (TRE - CE, 2023)

eleito, Tiago Ribeiro<sup>12</sup> (PPS)<sup>13</sup> e Lurdenis de Alencar (PATRIOTA) que exerceriam seus mandatos até 31 de dezembro de 2020.

Neste cenário de crise política local foi possível observar, através das campanhas eleitorais, a transitoriedade dos políticos locais nos momentos de manifestação da feira. As figuras abaixo mostram evidências de uma campanha eleitoral pautada na Feira de São Bento no ano de 2019. A figura 09 revela um convite aos eleitores para se fazerem presentes em um comício que seria realizado na Rua da Tamarineira, espaço da Feira de São Bento onde são vendidos hortifrutis; e a Figura 10 mostra o candidato dialogando com os feirantes na Feira de São Bento.

**Figura 9 - Chamada de realização de comício na Tamarineira (espaço da Feira de São Bento).**



Fonte: Rede social do candidato, 2024.

<sup>12</sup> O atual prefeito (2019-2024) é representante também da força política local, com o mandato de seu pai, Eduardo Florentino Ribeiro, nos anos (2001-2004; 2005-2008) e de sua esposa, Luana Ribeiro, como deputada estadual (2023 - em exercício) (Cascavel, 2021; TRE -CE, 2023).

<sup>13</sup> Nas eleições suplementares o candidato estava ligado PPS (atual cidadania); nas eleições de 2020 ao partido Cidadania e em 2023 se filiou ao PT.

**Figura 10 - Candidato a Prefeito de Cascavel na Feira de São Bento em 2019.**



Fonte: Rede social do candidato, 2019.

O ano de 2020, pandêmico e de amplificação de uma crise federativa em curso no país, trouxe indagações quanto ao ano eleitoral, afinal, os candidatos teriam de lidar com os desafios em torno da organização de campanhas eleitorais e a delimitação de estratégias para angariar votos em um cenário de letalidade do vírus.

Quanto a realização das eleições municipais de 2020 na pandemia, Cervi e Borba (2022) ressaltam que naquele período da expansão da doença, a falta de vacinas e seus efeitos ainda pouco conhecidos por especialistas e pela comunidade médica arrefeceram o ânimo das campanhas, assim impactando a dinâmica das eleições, como a mudança no adiamento das datas para contenção do avanço da doença e as abstenções eleitorais. Apesar dessas incertezas, segundo os autores, a Região Nordeste, juntamente com outros micromunicípios de até cinco mil eleitores apresentaram os menores índices de abstenções.

No que se refere ao município de Cascavel, constatamos que há uma relação de proximidade entre o período de campanha eleitoral em 2020 e a abertura das atividades da Feira de São Bento, particularmente dois meses antes do dia de votação no 1º turno<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Em 15 de setembro de 2020 foi delimitado o Decreto Municipal 065/2020 que permitia a abertura da Feira de São Bento e foi suspensa apenas em 01 de Março de 2021 com o Decreto Municipal 011/2021. As eleições municipais de 2020 se deram no dia 15 de novembro de 2020 (TSE, 2020).

Com enfoque na feira, foi possível atentar que nos momentos de flexibilização das atividades houve em seus espaços a promoção de campanhas eleitorais e caminhadas entre as vias de realização da feira. A figura 11 mostra os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador sob o uso de máscaras, dialogando com os feirantes e promovendo caminhadas na Feira.

**Figura 11 - Candidatos em campanha eleitoral na Feira de São Bento em 2020.**



Fonte: Google, 2020.

Neste cenário eleitoral e de tentativa de demarcar as estratégias políticas utilizadas nas eleições foi possível novamente verificar o uso do espaço da Feira de São Bento como espaço de ação política utilizada pelos candidatos para angariar votos.

Averiguando as eleições citadas percebemos que concomitante à manifestação da Feira de São Bento, os políticos locais fizeram uso deste espaço para promoção de suas campanhas políticas, através da realização de discursos e como local de encontro não somente com os feirantes, mas também com a população local que ali transita. Afinal, como já pontuado, a Feira de São Bento se constitui como importante local de encontros dos municípios de Cascavel.

Nas eleições de 2022 foi possível verificar a instalação de um palanque no entorno da feira para a realização de um comício em que estiveram presentes o Prefeito de Cascavel, Tiago Ribeiro (PPS), o candidato ao Senado Federal, Camilo Santana (PT) e o candidato ao Governo do Estado do Ceará, Elmano de Freitas (PT). O encontro reforçou as alianças e parcerias na gestão do município e do Estado do Ceará, notadamente sentidas nas ações coordenadas no combate à pandemia

**Figura 12 - Campanha eleitoral na Feira de São Bento, 2022.**



Fonte: Prints retirados de vídeo via Facebook, 2023.

Na figura 12 podemos observar Camilo Santana, candidato ao Senado Federal, ao lado do candidato ao Governo do Estado do Ceará, Elmano de Freitas e o Prefeito de Cascavel, Tiago Ribeiro em palanque instalado na rua da Tamarineira. A campanha eleitoral se deu por caminhada na feira e posteriormente com um comício na rua da Tamarineira.

As exemplificações permitem inferir que o espaço destinado à realização da feira transcorre também para deliberações políticas e pautas locais. Os anos eleitorais, especificamente em uma temporalidade de 2 em 2 anos, ou até mesmo no contexto de eleições extraordinárias, configuraram como o período em que a transitoriedade de candidatos e suas ações de arregimentação nos espaços da feira ganham mais destaque.

Mesmo no contexto de pandemia, nas eleições de 2020, as ações políticas não deixaram de ocorrer. Apesar de no período de reabertura da feira, os números de casos e óbitos estivessem baixos, ainda não havia iniciado o processo de vacinação no município, o que conferia riscos de contaminação e aumento de casos. O uso de máscaras pelos candidatos nos espaços da feira, o posterior aumento de casos de COVID-19 e a restrição total das atividades da feira nos primeiros meses de 2021 comprovam este fato<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Neste período de reabertura da feira, o município de Cascavel - CE apresentava uma média de 22 novos casos de COVID-19; 1530 casos acumulados e 86 óbitos já confirmados (13/09/2020 - 19/09/2020) (Painel Da Covid-19, 2020). Vale ainda ressaltar que o processo de vacinação no Brasil apenas se iniciou no dia 17 de Janeiro de 2021 (Butantan, 2022), o que corrobora que a abertura da feira se deu sem o processo de vacinação.

As deliberações políticas nos remetem a depreender que a situação dos feirantes na pandemia pode ter sido ancorada a discursos políticos e promessas eleitorais. A ausência de uma representação formal fruto da inexistência de uma Associação dos feirantes e a feira como espaço estratégico político, nos possibilita perceber a feira como espaço de centralidade da ação política, em que as demandas, reclamações, imposições e reivindicações são apresentadas, principalmente se considerarmos o período eleitoral em que candidatos mostram “as caras” a seu eleitorado adentrando os mais diversos espaços.

Tais evidências de ações eleitorais na feira nos viabilizam a estabelecer uma reflexão quanto a possibilidade de delimitação deste espaço de dinâmica econômica como um dos tipos de espaço político, notadamente o espaço político aberto, isto é, o espaço público mobilizado para a ação política.

Importante salientar os elementos políticos que estão adentrados neste espaço público para que possamos traçar um paralelo com a caracterização da feira como espaço político aberto. O que foi possível observar nestes cenários eleitorais foram práticas de ação política pelos candidatos para a conquista de eleitorado.

Distinta de um espaço mobilizado por manifestações e passeatas em ruas e praças em que há uma maior concentração da sociedade civil (Castro, 2018a), a feira de São Bento apresenta uma metamorfose política particular em que a mobilização de seus espaços é posta em usos pelos candidatos e líderes políticos responsáveis pelas ações decisórias no município. Logo, não cabe apenas pensarmos em metamorfoses de ruas e praças como únicos atrelados aos espaços políticos abertos, mas também outros espaços públicos em que os fenômenos da política são manifestados.

A Feira Agroecológica da Ponta Norte de Brasília (DF), criada como reação à eleição de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, nos mostra um claro exemplo de ressignificação espacial de uma feira que assume contornos de ampla ação política. Pautada principalmente em temas como reforma agrária e agroecologia, a criação desta feira se configura como uma espacialidade estratégica para se pensar a ação política desde a sua localização à maximização de suas demandas (Azevedo, Bezerra, Xavier, 2022).

Assim, indo ao encontro também da espacialização de uma feira livre em uma temporalidade específica iremos nos deter a uma reflexão quanto ao uso e ressignificação de outros espaços públicos postos à ação política. Nas tramas de

uma geografia política, refletir o uso de outros espaços geográficos é repensar outros espaços políticos em potencial.

No período de eleições municipais, estaduais e federais os candidatos ao pleito se utilizam de estratégias políticas para angariar votos. Dentre as ações podemos citar a promoção de caminhadas pelos espaços da feira em que trabalhadores de campanha eleitoral, muitas vezes com os candidatos, buscam atrair eleitores com suas propostas. Há ainda a distribuição dos planos de governo, panfletos (santinhos), adesivos e finalmente ocorrem comícios eleitorais, principalmente realizados na rua da Tamarineira, espaço da Feira de São Bento.

Outro elemento desta metamorfose política está na localização dos comitês eleitorais. Neste período, os comitês de determinados candidatos são fixados nas proximidades da Feira de São Bento, o que poderia estar ancorado no valor médio de aluguel das bancas pelos feirantes: em torno de 153 reais mensais por barraca instalada (33,00 de aluguel semanal + 30,00 de taxa paga à prefeitura); caso o feirante deseje adquirir permanentemente o espaço da barraca, o valor da compra pode chegar a 5 mil reais, a depender da localização. Interessante pontuar que este valor está associado à visibilidade de sua localização perante o principal centro comercial do município, como podemos ver na figura abaixo, o que corrobora a posição estratégica deste espaço público no município.

**Figura 13 - Edificação utilizada como comitê eleitoral do PT paralela a Feira de São Bento para as eleições de 2020.**



Fonte: Autor, 2024.

A localização da Câmara Municipal de Cascavel-CE paralela a Feira de São Bento também requer atenção. Este fato nos fornece breves considerações de

que toda ação política de populares e candidatos políticos serão avistados pelos representantes em exercício neste espaço político exclusivo.

Logo, podemos pensar em possíveis articulações relacionadas às decisões proferidas neste tipo de espaço político. O que podemos trazer como complemento a esta reflexão da feira como espaço político aberto seria a possibilidade de sua articulação com o espaço político exclusivo, considerando especificamente as demandas dos feirantes, o espaço estratégico da feira e a legitimidade de uso de seus espaços para o fazer político no município. Afinal, a proximidade da Câmara Municipal com o espaço de maior fluxo de pessoas do município é um ponto locacional que pode servir de uso estratégico pelos políticos locais e pela população, especificamente feirantes para reivindicar possíveis demandas.

Quanto a isto, podemos observar na figura 14 uma manifestação de servidores municipais em prol da aprovação do orçamento de 2023. Aqui, salientamos outra evidência de manifestação realizada na tamarineira, o que também reforça que, para além de um período eleitoral, a feira é um espaço político consolidado no município, lugar de protestos, reivindicações e pressões.

**Figura 14 - Manifestação de servidores municipais na Feira de São Bento em 2023.**

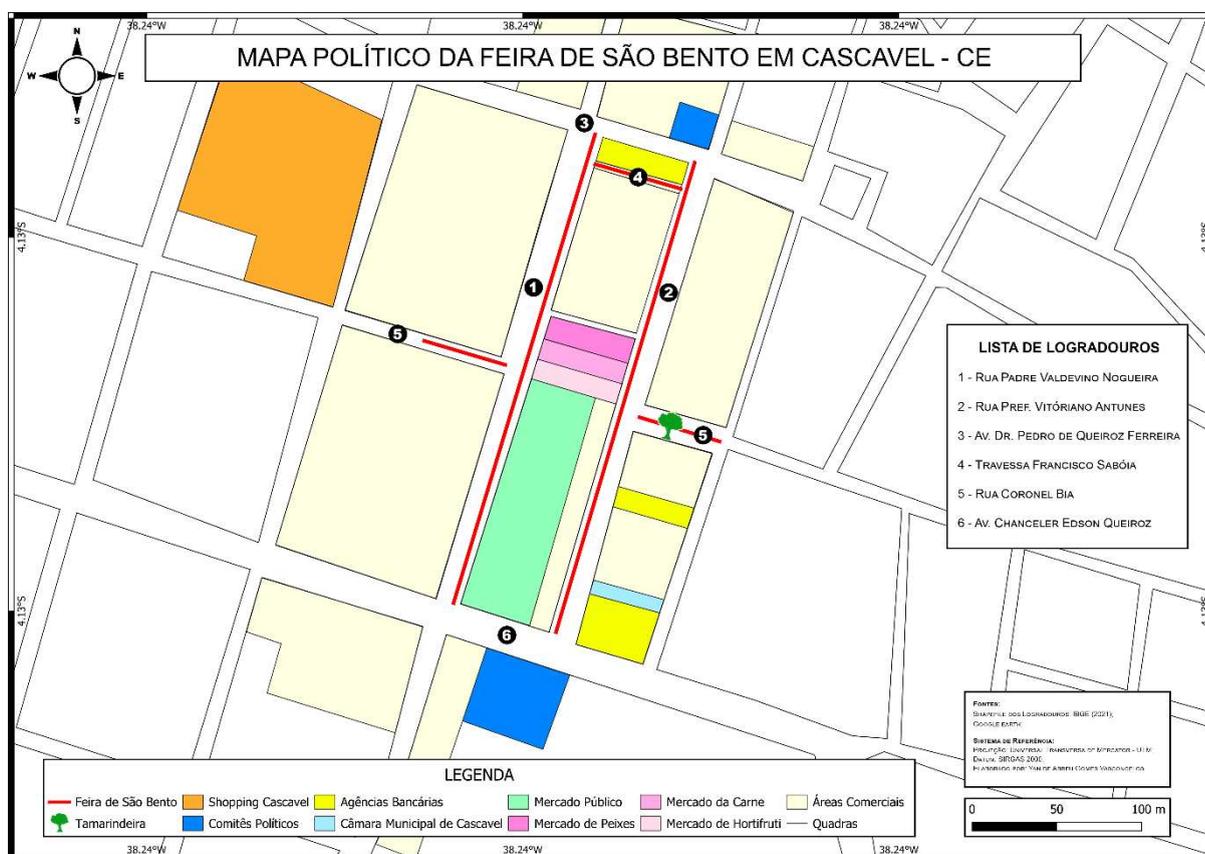


Fonte: Autor, 2023.

Diante destes aspectos, podemos afirmar que a Feira de São Bento, para além de um espaço econômico e de sociabilidades, reflete um lugar estratégico de prática política não apenas para feirantes e pela população local, mas também indivíduos de outros municípios, o que justifica a vinda de candidatos de representação Estadual e do Senado ao município nas eleições de 2022.

Na figura 15 podemos verificar a espacialidade econômica envolta de elementos que também a circunscrevem como uma espacialidade política. É possível observar que há uma localização estratégica vinculada a instalação dos comitês em lados opostos da feira, assim como, a proximidade da Câmara Municipal em frente à Rua Prefeito Vitoriano Antunes (uma das vias onde ocorre a feira). No mapa podemos observar também a localização da tamarineira, espaço da feira onde se realiza os comícios. As entrevistas com os políticos locais, como veremos no capítulo 05, irão dar respaldo à existência sólida de uma prática política na feira.

**Figura 15 - Mapa político da Feira de São Bento em Cascavel - CE**



Fonte: Elaborado por Abreu, Yan, 2024.

Estes indicativos revelam o papel estratégico que a Feira de São Bento possui para Cascavel-CE, vide sua centralidade comercial e ser um dos espaços de maiores fluxos econômicos e de pessoas no município. Assim, podemos inferir a importância estratégica deste espaço para o fazer político, principalmente pelo seu ponto locacional na mesma rua da Câmara Municipal de Cascavel e pela efemeridade das eleições em que há a promoção de campanhas eleitorais, afinal, onde há feira, há público, logo, eleitores.

## **4 CRISE PANDÊMICA, POLÍTICA E FEDERATIVA: EVIDÊNCIAS DE UMA DESCOORDENAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL**

Este capítulo tem como base contextualizar as “crises” que se avolumaram na pandemia frente ao modelo federativo brasileiro, especificando as características desta forma de governo, o papel do município e a descoordenação intergovernamental em curso no país.

### **4.1 Modelo Federativo de Estado e a importância do município pequeno para o federalismo brasileiro**

De início, cabe pontuar que o federalismo deve ser entendido como forma de organização do poder em que a tensão e a desarmonia entre as partes são imanentes (Cataia, 2013), ao mesmo tempo, estes poderes soberanos devem estar coordenados e equilibrados por uma constituição (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998).

Este sistema organizacional do federalismo e suas implicações no contorno das sociedades e territórios já são tema de estudo da Ciências Sociais. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), por exemplo, já destacaram a importância do federalismo, apontando ser um instrumento político essencial para instaurar relações pacíficas entre as nações.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) salientam que o federalismo:

vem a se configurar por uma distribuição de competências entre uma pluralidade de centros de poder independentes e coordenados, ao qual, cada parte do território e cada indivíduo estão submetidos a dois centros de poder: ao Governo federal e ao de um Estado federado, sem que por isso seja prejudicado o princípio da unicidade de decisão sobre cada problema (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998, p.481).

A dispersão destes poderes no interior do território levanta debates acerca de como deveria se dar esta espacialização do poder político, o que deve considerar: os encargos de cada esfera do governo, os limites de autonomia; os mecanismos institucionais atuantes no equilíbrio de atuação; e por fim, a descentralização do poder político como aporte ao exercício de uma democracia.

No entanto, é preciso ter cautela em estabelecer esta discussão que associa federalismo, descentralização e democracia como uma relação sólida, inerente e exclusiva. Souza (2008) destaca que a descentralização não está somente vinculada ao sistema federativo, haja vista que, Estados unitários podem optar por políticas descentralizadas e possuem sofisticados e complexos sistemas de relações intergovernamentais. Ao mesmo tempo, Estados federados podem optar por políticas onde a centralização ganhe destaque.

Ademais, nem todo federalismo vem a se caracterizar por uma relação inerente entre descentralização e autonomia. Arretche (2012) discute estudos que mostram a centralização como uma tendência entre as federações, e reitera citando os Estados Unidos e o Brasil como exemplos de repúblicas federativas em que o centralismo se apresenta frente a um aumento da autoridade regulatória da União para com os entes subnacionais.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p.481) destacam o federalismo como “o freio mais eficaz contra o abuso de poderes por parte do governo central e a mais sólida garantia contra os perigos da ditadura”. Porém, é necessário compreender que esta forma de organização territorial pode estar associada a governos ditatoriais, como é o caso do federalismo brasileiro entre os anos de 1964-1985.

Diante disto, é importante refletir que o federalismo pode se aproximar da democracia não somente porque há uma distribuição e organização espacial do poder político em um território, mas também porque existem instituições e mecanismos reguladores do exercício deste poder político, como a presença de uma constituição e efetiva legitimidade dos espaços políticos, notadamente exclusivos (Senado Federal, Assembleia Legislativa e Câmara Municipal).

Embora sejam características presentes no unitarismo, o modelo federativo apresenta entre seus estados membros autonomia perante a União, o que é bem distinto de um modelo unitário em que não há uma legítima autonomia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no qual, as decisões partem de um único centro de poder (Oliveira, 2018).

Além disso, os mecanismos institucionais podem estabelecer freios às ações dos governos que possam culminar em uma instabilidade na democracia. Arretche (2012) reitera a importância destes freios institucionais como formas de

controlar os excessos de autoridade de um governo central, considerando que, sem isto, o governo ensejaria o risco de uma tirania.

A organização territorial e política do Estado, incluindo a atuação da União e dos entes federativos e a consolidação do modelo federalista enquanto modelo associado à democracia, se encontra diretamente relacionado ao funcionamento dos espaços políticos exclusivos e ao equilíbrio constitucional que possui o papel de organizar o Estado e assegurar no sistema político as atribuições e os equilíbrios de cada esfera de governo.

A atribuição de responsabilidades pode ser analisada a partir de uma perspectiva territorial das relações de poderes estabelecidas em um sistema federativo em que a sobreposição destes poderes em um contexto pandêmico culminou em uma crise federativa com reflexos na área da saúde.

No que tange a universalização do acesso à saúde, o desenho do SUS buscou promover a articulação, divisão de recursos e responsabilidades entre os entes da federação na atenção básica, oferta de serviços e equipamentos para atendimento de média e alta complexidade (Rodrigues; Azevedo, 2020).

De acordo com informações do Ministério da Saúde<sup>16</sup>, o Governo Federal é o principal financiador da saúde, aplicando metade dos recursos gastos na saúde pública brasileira, sendo a outra metade responsabilidade dos estados e municípios. Os estados e o Distrito Federal possuem secretarias específicas para a gestão estadual da saúde e dependem dos repasses federais para a aplicação da política nacional em seu território e nos municípios. Estes dependem quase que exclusivamente dos repasses dos Governos Federais e Estaduais e tem uma função diretamente relacionada à execução de ações e serviços de saúde a nível local.

Ademais, cabe destacar que no desenho federativo, os mecanismos institucionais e as competências das esferas de poder se distinguem entre as nações que adotam o federalismo. Arretche (2012) evidencia que há vários tipos de federalismo<sup>17</sup> dependendo, de um lado, da distribuição de competências ou

---

<sup>16</sup> Responsabilidades dos entes que compõem o SUS. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus/responsabilidades-dos-entes-que-compoem-o-sus>. Acesso em: 20 de Junho de 2024.

<sup>17</sup> Há uma distinção no modelo federativo adotado pelos países. O modelo Federativo do Brasil se opõe ao modelo empreendido pelos Estados Unidos. Enquanto nos Estados Unidos o pacto federativo resultou da união de unidades autônomas, no Brasil, houve um processo de descentralização do poder partindo do centro para os estados. Apesar das diferenças históricas, há estruturas institucionais semelhantes como uma Constituição Federal, Senado Federal e Tribunal Superior. Todos a garantir o cumprimento do pacto fundante (Abrucio, Franzese, 2007).

autoridade jurisdicional sobre políticas e, de outro lado, do modo como as instituições federais interagem com as demais instituições do sistema político.

Porém, o que se caracteriza como comum ao modelo federativo é a distribuição de poderes autônomos no território. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) destacam que:

O princípio constitucional no qual se baseia o Estado federal é a pluralidade de centros de poder soberanos coordenados entre eles, de modo tal que ao Governo federal, que tem competência sobre o inteiro território da federação, seja conferida uma quantidade mínima de poderes, indispensável para garantir a unidade política e econômica, e aos Estados federais, que têm competência cada um sobre o próprio território, sejam assinalados os demais poderes (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 481).

Nesta conceituação se percebe uma distribuição de poder diretamente relacionado ao Governo federal e aos estados federados. Contudo, o federalismo brasileiro tem algo de peculiar: a existência do município como ente federativo que também dispõe de autonomia, competências e espaços políticos construídos para o exercício do legislativo e executivo. Mas, sem participação.

A princípio é necessário entender que as incumbências direcionadas aos municípios apenas se deram no período de redemocratização, em oposição ao governo militar em que o sistema dito federativo se caracterizava por um caráter autoritário com forte centralização do poder na União.

Oliveira (2018) afirma:

Nesse período, os municípios (principalmente as capitais, municípios de fronteiras e aqueles considerados como sendo de segurança nacional) passam a ter prefeitos nomeados pela União e há limitação das funções das câmaras municipais, que passam a ser regidas pelo Poder Executivo (Oliveira, 2018, p. 8).

Arretche (2012) ressalta que apesar da Constituição de 1988 lançar bases de uma federação que busca fortalecer estados e municípios na descentralização de recursos e expansão de decisões para as escalas subnacionais, a União apresenta extensas atribuições legislativas e regulatórias na alocação de recursos, o que corrobora sinais de um federalismo brasileiro centralizado. Entre a descentralização e centralização, a atual engenharia federativa brasileira, segundo Fonseca (2013), se ancorou nos interesses da sociedade brasileira pela redemocratização e participação em escala local com contato direto com os governos locais.

Diante disto, cabe trazermos ao debate as particularidades acerca do federalismo brasileiro e a importância dos municípios, considerando a distribuição de prerrogativas e autonomia na tomada de decisões em escala local.

A Constituição Federal de 1988 fez com que o Brasil se tornasse um caso peculiar de Federação com quatro entes considerados pactuantes originários: União, estados, municípios e o Distrito Federal. No caso brasileiro, o município se constitui como ente autônomo, fato que distingue o Brasil das outras federações da América Latina, em que a estrutura local possui caráter meramente administrativo (Rodrigues; Moscarelli, 2015).

Fato é que as atribuições municipais e a disposição de determinada autonomia aos municípios apontam para o caráter relevante que se transfigurou o papel dos municípios na engenharia federativa do Brasil. Regido por lei orgânica própria, a estrutura política dos municípios ante uma vinculação a ações coronelistas que impactavam as ações políticas nesta escala e o seu desenvolvimento (Oliveira, 2018) se torna relevante pós-1988 a partir da distribuição de poderes e recursos, o que faz com que o município adquira autonomia para lidar com questões particulares a sua escala de gestão.

Das competências legislativas, compete aos municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (Art. 30, Constituição Federal, 1988)

Assim, verifica-se uma maior atribuição de responsabilidades à escala local, com a participação dos municípios na arrecadação de impostos, distribuição de recursos fiscais e maior articulação com as esferas estadual e federal no que tange a aplicação de políticas públicas. Notadamente, associadas a um exercício do

executivo (prefeito) e legislativo (vereadores) nos espaços políticos municipais e frente a uma maior aproximação com as condições sociais, econômicas e territoriais deste recorte.

Castro (2005) nos fornece pontos importantes em torno do debate sobre o município do Brasil:

Em primeiro lugar, este é um recorte federativo, com importante grau de autonomia - que significa atribuições e recursos próprios; em segundo, trata-se de uma escala política, ou seja, um território político por excelência, e constitui um distrito eleitoral formal para vereadores e prefeitos e informal para todas as eleições, com consequências importantes para a sociedade local e para o território; em terceiro, é no município que todos habitamos e exercemos nossos direitos, e deveres, da cidadania, onde buscamos serviços a que temos direitos como cidadãos, onde votamos e candidatos são votados (Castro, 2005, p. 135).

As discussões em torno do papel do município no Brasil requerem ainda perceber a complexidade e variação em torno deste recorte federativo, compreendendo ainda as diferenças na organização social e territorial desses espaços que são múltiplos e distintos.

Quanto a estas distinções, Castro (2005) delinea que a disponibilidade e o uso dos espaços públicos nos municípios podem nos revelar traços e características da sociedade brasileira, assim como, o processo de organização do seu território, mostrando as condições do desenvolvimento do capital social do país e como estão organizadas nesta escala local as relações de poderes.

Ademais, é preciso depreender que nesta escala local, apesar do provimento de autonomia e recursos a ela destinados, tais atribuições não são vivenciadas de modo igual entre os municípios, principalmente em comparação aos municípios pequenos. Afinal, há no país 5570 municípios (IBGE, 2022). De acordo com os dados do REGIC 2018, há no país 4037 centros locais e a maioria encontra-se concentrada na Região Nordeste, onde possui o maior número de cidades neste nível hierárquico.

Pinto (2002) destaca que as dificuldades em gerir um município pequeno são muito maiores do que as enfrentadas pelos governantes dos municípios de médio e grande porte. Ressaltando que quando há a disposição de poucos recursos, estes pequenos municípios não conseguem atender adequadamente os anseios de sua população, fazendo com que esta se direcione para os municípios de porte maior. Na RMF podemos perceber esta migração de forma regular, ao pontuar que a

população dos municípios distantes da capital se direciona a Fortaleza pela obtenção de maior oferta de serviços.

Contudo, Klering, Krueel e Stranz (2012) corroboram que é nos pequenos municípios brasileiros que estão os melhores índices de gestão, apontando que a estratégia de descentralização da administração pública - vide a distribuição de competências pelo federalismo brasileiro - se torna benéfica para os índices de qualidade de vida e desenvolvimento de um país com grandes extensões territoriais.

A este fato podemos recorrer a Pinto (2002) que salienta que:

Há uma maior pressão por parte da população dos municípios de pequeno porte sobre os agentes políticos - prefeito, vice-prefeito e vereadores, uma vez que o contato e o acesso a eles é muito mais fácil do que em um município de grande porte, cobrando-lhes, de forma direta, o atendimento às suas necessidades (Pinto, 2002, p. 17)

Quanto a isto, Castro (2007) nos inteira de um debate importante a ser delineado em torno de um quadro municipal de extrema heterogeneidade: a questão da relação entre performance, tamanho da população e o problema da sobre-representação política nos municípios menos povoados.

Castro (2007) acentua que os municípios, sendo recortes territoriais que expressam a institucionalidade da política mais próxima do cidadão, devem ter seus significados analisados por uma contradição: como espaço da política e espaço social. O primeiro como base para o fortalecimento da democracia participativa e parte do processo de construção de uma ordem democrática; e o segundo como lugar do fortalecimento dos vínculos horizontais, de reforço da solidariedade social e do capital social, assim como espaço de controle e domínio político de oligarquias conservadoras.

É nítida a complexidade de análises que se subscrevem a essa escala da federação. Contudo, é preciso ter cautela ao trazer associações generalizantes em torno do tamanho do município e a qualidade de gestão participativa e democrática. Estas heterogeneidades devem atentar para os múltiplos cenários que se impõem aos municípios.

No que diz respeito a esta cautela, Castro (2007) arremata que:

Há um patente desequilíbrio na relação entre representante e representados nos municípios brasileiros, o que coloca a questão da sobre-representação política naqueles menos povoados e os seus efeitos sobre a institucionalidade e as características do espaço político nesta escala (...) é possível supor também que se a maior proximidade entre representante e

representados ajuda a reforçar os vínculos da sociedade civil com a sociedade política, esse reforço pode resultar em níveis mais elevados de controle da gestão pública ou, ao contrário, no fortalecimento dos vínculos verticais, tipo clientelistas, afetando a configuração de espaços políticos no país (Castro, 2007, p. 60).

O debate sobre os municípios, principalmente os pequenos municípios, devem ser constantemente analisados e revisados a depender de contextos específicos, vide suas diferenças territoriais e sociais. Estas configurações devem ainda ser exploradas conjuntamente à institucionalização e atuação de seus espaços políticos e a teia de relações de poderes estabelecidos.

Convém corroborar que os desafios acerca da gestão territorial compartilhada têm necessariamente como ponto de partida as implicações de nosso pacto federativo, que supõem negociações em arenas políticas que se configuram em diversas escalas (Rodrigues; Moscarelli, 2015).

O que podemos firmar quanto à legitimidade dos municípios é que esta escala de gestão é o espaço mais experienciado pela sociedade, onde políticas públicas são acessadas e sentidas e onde a população se vê mais próxima dos espaços políticos de gestão.

#### **4.2 Indícios de uma descoordenação federativa na pandemia da COVID-19**

Entender as especificidades do federalismo no Brasil oferece suporte para a análise e compreensão dos indicativos de uma crise federativa instaurada num contexto de calamidade pública, pois como bem aponta Rodrigues e Azevedo (2020), a pandemia da COVID-19 desnudou e acentuou entraves para a articulação entre os entes federativos, perceptíveis numa confusão de papéis.

Rocha e Azevedo (2021) apontam que a crise envolta do pacto federativo na pandemia de 2020 não revela um problema novo, mas evidencia necessidade de debate sobre mudanças institucionais no modelo federativo do Brasil.

Quanto a este modelo federativo, Castro (2005, p. 135) delinea que cada uma das escalas territoriais do Estado Brasileiro possui poder legislativo e extrativo, porém, “os limites de legislação sobre as atribuições federais são extremamente abrangentes, e as atribuições das escalas estadual e municipal são estabelecidas

como exceção ao que não é responsabilidade da União”, o que influi em uma confusão de responsabilidades.

A descoordenação político-territorial se manifesta segundo Rodrigues e Azevedo (2020) por três dimensões políticas:

i) dimensão institucional e da ordem do sistema político que, no Brasil, caracteriza-se por um pacto federativo bastante centralizado e pouco claro na definição dos limites de competências; ii) nos conflitos político-partidários que afetam a governabilidade e a governança do sistema; e iii) no desenho das ações e nas escolhas políticas adotadas (Rodrigues; Azevedo, 2020, p.3).

Como já mencionado no tópico anterior, o federalismo perpassou por fases de intensa centralização da União e de descentralização do poder. Contudo, a existente fragilidade no pacto federativo brasileiro se acentuou desde que Bolsonaro foi eleito, particularmente no cenário que seguiu a crise da COVID-19.

Abrucio et al (2020) denominam esta engenharia federativa como federalismo bolsonarista em que há uma concentração autocrática nas mãos da União de decisões que estavam afetando os entes subnacionais e que, diante disto, se apresentou um confronto intergovernamental nas relações entre os entes federados. Porém, cabe levar em consideração que apesar de prevalecer relações centralizadoras ao longo da gestão Bolsonaro (2019-2022), isto não é inerente ao seu governo, tendo em vista que o poder regulatório da União já se encontrava em curso no federalismo brasileiro.

De todo modo, o federalismo brasileiro a que iremos nos debruçar geograficamente, está envolto das relações federativas sob a gestão de Bolsonaro na pandemia, a fim de captar ações de des/coordenação e suas repercussões no território brasileiro frente às reorganizações das dinâmicas de fluxos perante as políticas de isolamento, transformações espaciais e códigos de postura.

Quanto a isto, Neto e Azevedo (2023) pontuam a não colaboração da União para com as medidas de restrições e distanciamento social, as desobrigações e omissões fiscais do Governo federal e o caráter descentralizado a que se sucedeu a aquisição de vacinas.

Estas reações conflituosas neste contexto do federalismo brasileiro puderam ser vistas a partir também de outra evidência: o federalismo fiscal, especificamente com o auxílio fiscal da União a prefeituras e Governos Estaduais. Simoni Junior, Lazzari, Fimiani (2022) ressaltam que o repasse de recursos aos

entes subnacionais na pandemia se deu por clivagens regionais e conflitos interestaduais entre o governo e o Legislativo, particularmente a Câmara dos Deputados, quanto entre as bancadas estaduais, dividindo os partidos e polarizando estados ricos e pobres.

A reposição de perdas arrecadatórias aos entes subnacionais (estadual e municipal), respectivamente o ICMS e o ISS, se deram por uma difícil tramitação, com manifestações de veto e problemas de coordenação do Governo Federal, implicando que se manifestassem explicitamente conflitos entre as bancadas estaduais (Simoni Junior; Lazzari; Fimiani, 2022).

Neste contexto da crise sanitária, a instabilidade das relações federativas se apresentou pelo problema de ausência de coordenação por parte do Governo Federal que, em alguns momentos, adotou medidas e proferiu discursos controversos no tocante a crise, assim deslocando o centro dos conflitos para os governos subnacionais (Neto, 2020).

Acerca disto, Abrucio et al. (2020, p. 672) ilustram que durante a pandemia a criação do Comitê de Crise da COVID-19, sem representação subnacional e o estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (LC 173/2020) como uma lei “que menciona impedimento ao auxílio pelo município ou estado que não renunciar à ação ajuizada contra a União solicitando auxílio financeiro relacionado ao coronavírus” corroboram conflitos intergovernamentais em que se percebe um federalismo centralizado nas ações delimitadas pela União, o que põe em xeque o modelo cooperativo de federalismo do Brasil.

Quanto a isto, Rodrigues e Azevedo (2020) exemplificam apontando a divergência entre o Presidente Jair Bolsonaro, o Governador Wilson Witzel e o Prefeito Marcelo Crivella no tocante à reabertura do comércio no município do Rio de Janeiro. Enquanto o Presidente declarava sua contrariedade quanto aos decretos estaduais, o Governador intervia a medida de reabertura já delimitada pelo Prefeito do Rio de Janeiro com a imposição de isolamento social. Esta evidência não se restringe apenas a este estado, afinal, há indicativos de que a crise federativa em curso se solidificou no contexto de calamidade pública e pôs em risco o delineamento de ações de enfrentamento à pandemia em todo o território nacional.

Ademais, outro indicativo da crise federativa na pandemia se deu com a política de vacinação, mais especificamente com o processo de aquisição de

vacinas em que prevaleceu omissões por parte do ex-presidente que descredibilizava a ciência e defendia medicamentos sem eficácia, assim como as demissões e substituições frequentes no Ministério da Saúde.

Sobre esta temática, Fleury e Fava (2022) salientam que a militarização do Ministério da Saúde mostrou líderes militares com total desconhecimento do SUS e das políticas de saúde do país. A ausência de respostas do Ministério da Saúde à compra de vacinas ofertadas pelo Butantan e Pfizer em 2020 e o redirecionamento de vendas de vacinas a governadores e prefeitos exemplificam o caos político, pandêmico e federativo em torno do atraso no início da imunização da população.

Ao atraso no início da vacinação somou-se à escassez de doses disponíveis, devido à aposta inicial do governo federal em apenas uma vacina: a AstraZeneca/Oxford, produzida e envasada pela Fiocruz, mas ainda dependente da importação do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA). A escassez poderia ser maior se não fosse pela iniciativa do governo do Estado de São Paulo para a produção da CoronaVac, incorporada ao Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19 somente após muita pressão de governadores. Porém, não impediu paralisações na distribuição de vacinas em fevereiro, reduções relevantes nas quantidades de doses a serem entregues em março e em abril de 2021 e suspensão temporária da produção de vacinas pelo Butantan devido ao adiamento da chegada de um carregamento de IFA da China. A escassez de doses dificultou a logística e aumentou os custos da distribuição das vacinas por todo o País (Fleury; Fava, 2022, p. 252).

Fato é que mesmo com a aquisição “tardia” de vacinas frente à falta de credibilidade do Presidente, outras questões foram postas, como a falta de um cronograma de vacinação, questão encaminhada ao STF e demandado frequentemente pelos governadores e a crise de oxigênio em Manaus-AM, em que a superlotação de UTI’s e a falta de cilindros de oxigênio na capital fez com que houvesse a necessidade de transferir os pacientes a outros estados (Fleury; Ouverney, 2022).

Nestas circunstâncias a crise na gestão federativa da saúde foi falha, visto que as ações da União frente ao Ministério da Saúde não foram suficientes para conter a crise no sistema de saúde, intensificando ainda mais os conflitos entre os entes federativos frente aos decretos, aquisição de vacinas e leitos hospitalares, concomitante ao negacionismo e omissão do ex-presidente.

A forma de lidar com a pandemia pela maior liderança do País, representada pelo Presidente Jair Bolsonaro, minou as capacidades institucionais e a confiança social, tanto por disputas simbólicas quanto por medidas de ação, como a militarização do MS e a inação na compra de

vacinas ofertadas pelos produtores. Fundamentalmente, o MS omitiu-se na coordenação federativa, eximindo-se quanto à utilização do poder de compra do MS para redução dos preços na importação de insumos e vacinas, à participação efetiva na demanda nacional ao consórcio criado pela OMS, às campanhas de esclarecimentos para a população, à agilidade na compra de diferentes vacinas oferecidas no mercado nacional, à coordenação da logística e definição de protocolos, à definição de um cronograma nacional de vacinação (Fleury; Fava, 2022, p. 257).

Entretanto, se considerarmos a autonomia dos entes subnacionais no desenho federativo em subsidiar Manaus com a distribuição de oxigênio, algo que não existiria caso não tivessem um poder autônomo, podemos afirmar que o federalismo possibilitou o salvamento de inúmeras pessoas.

Fato é que este confronto federativo na pandemia se seguiu por um contexto de crise política em que tensões e embates entre a União e os entes subnacionais estavam constantemente sendo pautadas na mídia.

Cartas públicas, criação de consórcios regionais, porta-vozes e declarações de repúdio aos pronunciamentos do Presidente da República se intensificaram no contexto pandêmico, escancarando, assim, a crise no “modelo cooperativo” a que se propõe o modelo federativo no Brasil.

Podemos verificar que a crise federativa se desdobrou não somente pela indefinição de papéis atribuídos e delimitados pela Constituição Federal de 1988 aos entes federativos, mas também esteve envolta de discursos ideológicos e confrontos políticos que fragilizaram ainda mais as cooperações e/ou solidariedades entre as escalas da federação.

A descoordenação de ações e centralização de poder revelaram uma crise política e pandêmica que dificultou a tomada de decisões e a aplicação de políticas públicas necessárias ao combate ao vírus. As evidências desta crise federativa no Brasil com a fragilidade cooperativa entre as escalas da federação revelaram também a necessidade de manutenção deste pacto por outros entes federativos, afinal, se considerarmos que neste modelo federativo houve cooperação entre estados na aquisição, por exemplo, de vacinas, podemos afirmar que estas ações coordenadas impediram que os efeitos da COVID-19 não se agravassem em outras partes do país.

O estabelecimento das políticas de isolamento, a restrição das atividades econômicas e o momento gradual de flexibilização destas atividades se configurou

como as fases em que houve intensas divergências de discursos e embates intergovernamentais.

Pautada neste fato, cabe direcionarmos análises em torno de evidências desta crise federativa que também se estabeleceu na Região Nordeste, visto que permite entender como se deram as políticas sanitárias no município de Cascavel-CE e seus impactos na Feira de São Bento. Diante disto, é fundamental trazer o enfoque para as atuações do Consórcio Nordeste e suas articulações frente ações e discursos contrários às medidas empreendidas pelo governo bolsonarista e, posteriormente, esmiuçar as tensões e/ou cooperações entre as escalas da federação (município, estado, União) particularmente entre o Prefeito de Cascavel, Tiago Ribeiro (PPS - CIDADANIA), o Governador do estado do Ceará, Camilo Santana (PT) e o Presidente Jair Bolsonaro (PL) no tocante às políticas de isolamento e medidas restritivas das atividades econômicas no Ceará.

Em linhas gerais, o Consórcio Nordeste foi criado em 2019 para ser o instrumento jurídico, político e econômico de integração dos nove estados da Região Nordeste do Brasil. O consórcio visa atrair investimentos e alavancar projetos de forma integrada, constituindo-se, ao mesmo tempo, como uma ferramenta de governança e articulação à disposição dos seus entes consorciados (Consórcio Nordeste, 2019).

De modo a especificar os discursos que orientam sua criação, o Consórcio Nordeste elenca os principais objetivos como a promoção da integração regional; articulação e implementação de políticas públicas integradas; a ampliação e modernização da infraestrutura de exploração dos recursos naturais da região; atração de investimentos internos e externos para a região Nordeste; modernização e gestão dos estados membros e a busca por parcerias com o setor privado; a realização de compras compartilhadas; promover o desenvolvimento sustentável com respeito ao meio ambiente e a democracia; fortalecimento a participação de micro e pequenas empresas na economia regional e a promoção do bem-estar social na região (Consórcio Nordeste, 2019).

No que se refere à pandemia da COVID-19, o Consórcio Nordeste adquiriu importância significativa tendo em vista que a deliberação de seus discursos e medidas de enfrentamento notabilizaram tensões com o Governo Federal em uma propalada crise federativa.

É válido pontuar que longe de associações político-partidárias<sup>18</sup> que possam ajudar a entender a oposição dos entes federativos consorciados ao Governo Federal, se busca depreender o cenário de crise pandêmica e política a que assentou os repúdios e medidas instituídas pelo consórcio.

Regulamentado pelo decreto federal n. 6.017 e pela lei federal 11.107, a criação do Consórcio Nordeste está associada ao Fórum dos Governadores. Embora os governadores tenham centralizado suas ações em questões de ordem administrativa e institucional, passaram a atuar de forma articulada após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e até as eleições presidenciais de 2018.

Esse contexto favoreceu uma intensa articulação entre os governadores dos estados do NE, não apenas no escopo institucional, mas sobretudo no âmbito político. Note-se que o Fórum de Governadores do Nordeste tornou público alguns de seus posicionamentos contrários ao Governo Federal. Apenas para citar dois exemplos: a Carta do Encontro dos Governadores do Nordeste, publicada em 06 de julho de 2019, rejeita parte da proposta de reforma da previdência do Governo Federal e a Carta do Encontro dos Governadores do Nordeste, publicada em 19 de julho de 2019, solicita explicações oficiais sobre declarações do presidente da República a respeito dos nordestinos, consideradas preconceituosas e pejorativas pelo Fórum. Esse contexto teria influenciado a formação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste), que teve seu protocolo de intenções assinado em 14 de março de 2019, ratificado em julho pelos 9 estados que compõe a região Nordeste (Rossi; Silva, 2020, p. 2).

As consideráveis divergências políticas entre os governadores da Região Nordeste e o Governo Federal acarretaram entraves nas relações federativas que se exacerbaram na pandemia. A descoordenação federativa pode ser verificada pelas atas das assembleias gerais realizadas pelo consórcio, nos boletins epidemiológicos onde continham orientações para o combate ao vírus, nas cartas públicas e notas de repúdios proferidas pelo Consórcio Nordeste direcionadas às atuações do ex-presidente da República na pandemia.

Nos primeiros dias da pandemia, especificamente em 25 de março de 2020, em carta elaborada pelos governadores, o Consórcio Nordeste assinala alguns pontos no que concerne a necessidade de cooperação entre os entes federativos e a União:

---

<sup>18</sup> Os Governadores Rui Costa (PT); Camilo Santana (PT), Flávio Dino (PCdoB); João Azevedo (PDT); Paulo Câmara (PSB); Wellington Dias (PT); Fátima Bezerra (PT); Belivaldo Chagas (PSD); Renan Filho (MDB) que integravam o Consórcio Nordeste nos anos de 2019-2022 faziam oposição ao Governo Federal.

4 – (...) A decisão prioritária é a de cuidar da vida das pessoas, não esquecendo da responsabilidade de administrar a economia dos estados. É um momento de união, de se esquecer diferenças políticas e partidárias. Acirramentos só farão prejudicar a gestão da crise;

5 – Entendemos que cabe ao Governo Federal ação urgente voltada aos trabalhadores informais e autônomos. Agressões e brigas não salvarão o País. O Brasil precisa de responsabilidade e serenidade para encontrar soluções equilibradas;

6 – Ao mesmo tempo, solicitamos a necessidade urgente de uma coordenação e cooperação nacional para proteger empregos e a sobrevivência dos mais pobres;

7 - Ficamos frustrados com o posicionamento agressivo da Presidência da República, que deveria exercer o seu papel de liderança e coalizão em nome do Brasil (Carta Dos Governadores Do Nordeste, 25/03/2020).

Nos expostos se observam divergências e repúdios do Consórcio quanto à atuação do Governo Federal em gerir a crise, ao mesmo tempo em que é percebida uma solução de enfrentamento ao vírus associada à prática do federalismo cooperativo.

À medida que a crise se prolifera, as tensões entre os entes federativos do Nordeste e União se avolumam. Essa tensão tem como causa a disputa por determinações de distanciamento social e medidas restritivas e o incentivo ao uso de hidroxiquina defendidos pelo presidente (Consórcio Nordeste, 2020)<sup>19</sup>. O Presidente Bolsonaro recomendava o uso do que ficou conhecido como “Kit preventivo”, um conjunto de medicamentos sem eficácia cientificamente comprovada no combate ao COVID-19. Além disso, usou recursos públicos para importar, produzir e distribuir cloroquina pelo Exército e disseminou a automedicação, influenciando prescrições médicas (Fleury; Fava, 2022).

Para além disto, o Consórcio corrobora que o avanço dos casos de COVID-19 na Região Nordeste esteve amplamente associado à total ausência e descoordenação do Governo Federal em gerir ações efetivas no combate ao vírus (Consórcio Nordeste, 2020).<sup>20</sup>

O conflito intergovernamental dificultou a tomada de decisões nacionais, como normas sobre isolamento social, distribuição de recursos e equipamentos médicos. Nessa situação, o Consórcio do Nordeste e estados como São Paulo e Maranhão tomaram decisões que geram competição horizontal e vertical por escassos insumos para o combate à COVID-19. Mesmo no que se refere a outras políticas, como a econômica e a

<sup>19</sup> Boletim 03. Consórcio Nordeste. Disponível em: [http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/boletim\\_03\\_comite\\_cientifico\\_nordeste\\_final\\_9\\_abr\\_20.pdf](http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/boletim_03_comite_cientifico_nordeste_final_9_abr_20.pdf). Acesso em: 10 de julho de 2023.

<sup>20</sup> Boletim 10. Consórcio Nordeste. Disponível em: [http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Boletim\\_10\\_Comite\\_Cientifico\\_11ago\\_2020.pdf](http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Boletim_10_Comite_Cientifico_11ago_2020.pdf). Acesso em: 10 de julho de 2023.

educacional, não ocorreram articulações federativas para atuar contra a pandemia (Abrucio et al., 2020, p. 672).

Em síntese, o Consórcio Nordeste aponta duas justificativas para este cenário: o primeiro seria a derrota do Presidente da República nas eleições de 2018 em todos os estados do Nordeste e o segundo se direciona à rejeição de governadores e prefeitos da região ao comportamento negacionista do presidente e seu governo (Consórcio Nordeste, 2021)<sup>21</sup>.

Este cenário de crises, com a desarticulação entre a União e os entes federativos juntamente com a inapetência do Governo Federal em direcionar recursos aos estados, impôs a necessidade de uma organização e coordenação entre os estados que compõem o Consórcio Nordeste a delimitarem medidas emergenciais de combate ao COVID-19.

Todos afirmaram que os investimentos empregados no combate ao coronavírus têm sido quase que na totalidade resultado de esforços de cada um dos Estados, sobretudo por considerarem a ausência de recursos federais, já prometidos, mas não recebidos. Após amplo debate, os governadores decidiram determinar a realização de aquisições, conjuntas ou compartilhadas, de bens e serviços voltados à estruturação da rede de urgência e emergência dos estados para o combate à pandemia (Consórcio Nordeste, 2020).<sup>22</sup>

Em Assembleia Geral Ordinária os governadores delimitaram especificações fundamentais que irão se circunscrever nas ações do consórcio na pandemia. A primeira está no compromisso em gerir ações de monitoramento e uniformização das medidas a serem adotadas pelos estados, sem desconsiderar suas particularidades. Este ponto aproxima a atuação do Consórcio Nordeste a um federalismo cooperativo em firmar acordos, protocolos e medidas a fim de mitigar os efeitos da COVID-19 em sua região. Junte-se a isto que os entes consorciados devem relatar suas práticas de governança a fim de dar conhecimento e subsídios das medidas eficientemente empregadas (Consórcio Nordeste, 2020).

O Consórcio ainda decide por contratar, fazer convênios e/ou desenvolver diferentes serviços, tais como aplicativos de telemedicina, assessoria de imprensa, contratação de serviço de *clippagem* e desenvolvimento de softwares e *hostsites*

---

<sup>21</sup> Boletim 20. Consórcio Nordeste. Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/10/2021-10-13-Boletim-20.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

<sup>22</sup> Ata da 2ª Reunião Ordinária - 31 de março de 2020. Consórcio Nordeste. Disponível em: [https://www.consorcionordeste.gov.br/wpcontent/uploads/2020/12/2\\_ata\\_reuniao\\_ordinaria\\_assembléia\\_geral\\_31\\_03\\_20.pdf](https://www.consorcionordeste.gov.br/wpcontent/uploads/2020/12/2_ata_reuniao_ordinaria_assembléia_geral_31_03_20.pdf). Acesso em: 10 de julho de 2023.

que visem potencializar as ações de combate à pandemia (Consórcio Nordeste, 2020). Para além do monitoramento dos estados, estas deliberações visam trazer orientações aos cidadãos e servir como aporte aos estados na adoção de medidas.

Outra ação cooperativa se deliberou pela instituição do Comitê Científico, tendo em vista a ausência de orientações técnicas e científicas do Governo Federal no combate ao vírus e o discurso anti-ciência incessantemente proferido pelo ex-presidente em atos públicos.

A institucionalização do Comitê Científico evidenciou ao longo da pandemia um mecanismo eficaz de coletividade entre os governadores em acompanhar a curva de ascendência do vírus, com base em pesquisas e dados, a subsidiar na delimitação de soluções para o enfrentamento da crise, como as políticas de isolamento social e a restrição/flexibilização das atividades econômicas.

Em outras assembleias realizadas ao longo da pandemia, podemos verificar que outras ações foram deliberadas como: a compra conjunta de 600 ventiladores pulmonares<sup>23</sup>, a institucionalização da Brigada Emergencial de Saúde<sup>24</sup>, o contato com os institutos para o fornecimento de vacinas<sup>25</sup> e a agenda integrada dos governadores para o processo de vacinação<sup>26</sup>. Tais iniciativas corroboram reflexos de atuações articuladas dos governadores no âmbito do Consórcio Nordeste.

O que podemos refletir é que a atuação do Consórcio Nordeste representou uma ambivalência (coordenação e descoordenação) em torno dos entes federativos consorciados e da União. Em outras palavras, as ações de combate ao vírus se deram de forma cooperativa/coordenada entre os entes consorciados e, de modo distinto, suas ações revelaram uma descoordenação frente ao que era estabelecido pelo Governo Federal.

---

<sup>23</sup> Ata da 2ª Reunião Ordinária realizada em 31 de março de 2020. Consórcio Nordeste. Disponível em: [https://www.consorcionordeste.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/2\\_ata\\_reuniao\\_ordinaria\\_assembleia\\_geral\\_31\\_03\\_20.pdf](https://www.consorcionordeste.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/2_ata_reuniao_ordinaria_assembleia_geral_31_03_20.pdf). Acesso em: 10 de Julho de 2023.

<sup>24</sup> A Brigada SUS/NE visa ampliar o contingente de profissionais de saúde no atendimento à população. In: Ata da 4ª Reunião Ordinária realizada em 17 de abril de 2020, CONSÓRCIO NORDESTE. Disponível em: [https://www.consorcionordeste.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ata\\_reuniao\\_ordinaria\\_17\\_04\\_2020.jpeg](https://www.consorcionordeste.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/ata_reuniao_ordinaria_17_04_2020.jpeg). Acesso em: 10 de Julho de 2023.

<sup>25</sup> O Consórcio Nordeste contratou o fornecimento de 37 milhões de doses da vacina Sputnik V, da Rússia (FLEURY; FAVA, 2022).

<sup>26</sup> Ata da 7ª Reunião Ordinária realizada em 28 de Dezembro de 2020. Consórcio Nordeste. Disponível em: [https://www.consorcionordeste.gov.br/wpcontent/uploads/2020/11/5%C2%AA\\_ata\\_AGO\\_31jul20\\_Reuni%C3%A3o-Ordin%C3%A1ria-CIDSNE.pdf](https://www.consorcionordeste.gov.br/wpcontent/uploads/2020/11/5%C2%AA_ata_AGO_31jul20_Reuni%C3%A3o-Ordin%C3%A1ria-CIDSNE.pdf). Acesso em: 10 de Julho de 2023.

### 4.3 Dissensos entre governos: expressões da crise federativa, pandêmica e política no Ceará

No escopo de continuidade em apresentar a crise federativa na Região Nordeste e os impactos a serem investigados no município de Cascavel, o presente subtópico se constrói a partir de indicativos quanto às tensões federativas em torno do Presidente da República, Jair Bolsonaro, e o Governador do estado do Ceará, Camilo Santana.

Em um panorama de pandemia, os expostos se encaminham em meio a atos oficiais realizados pelo Presidente da República no estado do Ceará, sob discursos públicos e repúdios, às medidas restritivas e decretos impostos pelo Governador do estado. Pontua-se que os enfoques irão se direcionar às medidas econômicas, considerando que os decretos estabelecidos pelo Governo do Ceará surtiram efeitos na referida unidade federativa, notadamente no município de Cascavel com a inviabilização das atividades econômicas, como a feira de São Bento, objeto de estudo desta pesquisa.

Pretende-se evidenciar a partir dos discursos entre ambos os gestores que a oposição política estabelecida também reverberou em relações conflituosas que dificultaram a tomada de decisões no Ceará, notadamente fragilizando as relações federativas. Entender como estas relações se deram no Governo Bolsonaro subsidia o entendimento de como as medidas aplicadas e refutadas impactaram as dinâmicas espaciais envoltas do estado do Ceará e do município de Cascavel.

Ao longo da pandemia, o Ceará adotou métodos rígidos de isolamento e restrições quanto às atividades econômicas. O próprio Consórcio Nordeste (2021)<sup>27</sup> destaca que apesar do considerável aumento de casos de COVID-19 na região, o Ceará se apresentou como exceção, resultado da aplicação de medidas de isolamento social com maior vigor pelo Governo Estadual.

Desde quando foi constatada a transmissão comunitária no País, em março de 2020, todos os estados passaram a adotar medidas de isolamento social, que, embora assimétricas em relação ao grau de restrição, basearam-se em critérios técnicos e na autonomia dos estados. Já a reação presidencial foi de negação da gravidade da enfermidade, contrariando as recomendações

---

<sup>27</sup> Boletim 16. Consórcio Nordeste, abril de 2021. Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2021/04/2021-04-14-Boletim-16.pdf>. Acesso em: 10 de julho, 2023.

da OMS, dos cientistas nacionais e das autoridades públicas (Fleury; Faya, 2022, p. 254).

Tais medidas de isolamento impactaram nas atividades econômicas, a exemplo, dos comércios e feiras livres, o que descontentou a população que provia seu sustento de tais atividades. A questão que se centraliza está no uso destes discursos pelo ex-presidente para criticar as medidas de enfrentamento à COVID delimitadas pelos governadores e prefeitos, em particular, a dos estados do Nordeste. Assim, tornando claro as tensões federativas entre ambos os gestores.

Durante atos oficiais realizados em municípios do Ceará, Jair Bolsonaro proferiu discursos contrários às medidas em vigor no estado e com ataques diretos à gestão de Camilo Santana.

Em ato oficial realizado em Tianguá, no dia 26 de fevereiro de 2021, em função da conclusão de obras no Ceará, Jair Bolsonaro repudia publicamente as medidas adotadas que paralisam as atividades econômicas apontando que:

*Esses que fecham tudo e destroem emprego estão na contramão daquilo que seu povo quer. O que eu mais ouvi por aqui, 'oh presidente, quero trabalhar'. O povo não consegue ficar mais dentro de casa, o povo quer trabalhar.<sup>28</sup>*

Tais declarações se reproduzem em meio a decretos instituídos pelo Governador Camilo Santana que exprime no Decreto 33.519 em seu Artigo 1º “proibição de feiras de qualquer natureza e da aglomeração e circulação de pessoas em espaços públicos ou privados”.<sup>29</sup> Em Juazeiro do Norte, em 13 de agosto de 2021, em ato oficial de entrega de moradias às famílias de baixa renda, Jair Bolsonaro mostra em discurso insatisfação direta com as medidas de fechamento das atividades econômicas impostas por Camilo Santana.

*Muitos governadores, como o desse estado simplesmente mandou fechar o comércio, decretou lockdown, confinamento e toque de recolher. Esses mais humildes que não tinham renda fixa e não eram servidores públicos, foram jogados na vala da quase miséria, não tinham como sobreviver, muitos trabalhavam de manhã para poder se alimentar à noite. E essas medidas por alguns governadores, entres eles desse estado foram, além de impensadas, foram muito mal recebidas pela população, mandar ficar em*

---

<sup>28</sup> Jair Bolsonaro discursa em Tianguá. Diário do Nordeste (Youtube), 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LIBOVI5uVw4&t=85s>. Acesso em: Agosto de 2023.

<sup>29</sup> Decreto nº 33.519, 19 de março de 2020, Assembleia Legislativa do Ceará. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/DECRETO-N%C2%BA33.519-de-19-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

*casa sem prover ganho para sua subsistência, isso é mais do que uma maldade, é um ato criminoso.*<sup>30</sup>

Em Quixadá, no ano de 2022, no lançamento do programa força-tarefa das águas, o presidente em discurso faz um balanço sobre a pandemia em anos anteriores e reitera seu posicionamento contrário às restrições empreendidas por alguns governadores.

*Lamentamos os anos 2020 e 2021, onde a pandemia se abateu sobre nós e a política equivocada e desastrosa de muitos governadores fez com que através do lema 'fique em casa, que a economia a gente vê depois' trouxe o desemprego e a perda de renda pra muita gente. O Governo Federal não fechou uma só casa de comércio.*<sup>31</sup>

Nota-se pelos discursos divergências políticas e econômicas quanto às restrições e flexibilizações das atividades econômicas no contexto pandêmico, notadamente associadas a abertura de comércios. Tais discursos corroboram a existência de embates entre o Governo Federal e o Governo Estadual do Ceará, em que se evidencia uma oposição da União para com a gestão de um ente subnacional em um contexto de crise.

Interessante pontuar que os discursos se manifestam em espaços voltados a atos políticos e sob presença da população. Os discursos nestes espaços acabam ganhando legitimidade, tendo em vista o caráter oficial do ato político. Os repúdios imprimem a descoordenação federativa em uma confusão sobre quem detinha o poder de restringir ou flexibilizar as atividades econômicas. Nesse sentido, assim como bem apontado por Rodrigues e Azevedo (2020, p. 3) “O caos político-institucional se instalou e a população não sabia não apenas a qual autoridade seguir, mas, tampouco, a qual instância caberia o poder de decisão”.

Tomando como base o modelo cooperativo a que se propunha o federalismo no Brasil, o Governador Camilo Santana, em resposta a postura do presidente, reitera em entrevista que:

*Há um desrespeito muito grande por parte do atual Governo Federal do chamado federalismo, nós vivemos num país, república federativa do Brasil, onde o presidente e os governadores mantêm uma relação de respeito institucional e o que tá em jogo não é o presidente, não é o governador, o*

---

<sup>30</sup> Bolsonaro entrega casas no Ceará e faz discurso. O Povo (Youtube), 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/6LZz6kk8d71?si=Zvl8DTxTI9oRIPL6>. Acesso em: Agosto de 2023.

<sup>31</sup> Discurso de Jair Bolsonaro em Quixadá/CE. Blog do Edison Silva (Youtube), 2022. Disponível: [https://www.youtube.com/watch?v=3Mt2FdO2CeU\\_](https://www.youtube.com/watch?v=3Mt2FdO2CeU_). Acesso em: Agosto de 2023.

*que tá em jogo é a população né? É uma relação desrespeitosa por parte do Governo Federal, nós nunca fomos chamados nenhuma vez pra/ nessa pandemia, nunca os governadores foram chamados pra discutir qualquer ação né? Ao contrário, nós vivemos muitas dificuldades nessa pandemia por faltar uma autoridade, a maior autoridade nesse país que é o presidente da república né, que negou a pandemia, que inicialmente disse que era uma gripezinha, que vitimou mais de 650 mil pessoas nesse país, que não acredita na vacina, né. Então, que mudou 4 vezes o ministro da saúde. Então, veja a delicadeza, a relação difícil, desrespeitosa com os estados brasileiros, eu lamento porque isso não é postura de um estadista, de um presidente da república que tem que manter o que a lei e o que a constituição diz, a relação institucional e federativa com os estados brasileiro<sup>32</sup>*

Observa-se uma instabilidade no pacto federativo que se engrandeceu no contexto de calamidade pública. No tocante à gravidade da crise federativa, Rodrigues e Azevedo (2020, p. 08) destacam que “são patentes a descoordenação no próprio âmbito federal e a inapetência do Governo Federal para unificar os princípios que devem nortear as ações nas escalas subnacionais”. Os autores ainda destacam a incongruência de discursos e ações associados a interesses político-partidários nas escalas de poderes como pontos à sombra do pacto federativo.

O arranjo federativo brasileiro chegou a ser questionado pelo Presidente da República, que recorreu ao STF para impedir que os governos subnacionais adotassem medidas de *lockdown*. Este órgão, no entanto, resguardou a autonomia dos estados e municípios para tomarem as medidas necessárias no combate à pandemia (Fleury; Fava, 2022). É notório que, por haver noções distintas, há uma constante tensão nesse pacto, cabendo aos arranjos institucionais organizar os interesses e controlar os conflitos.

#### **4.4 Alinhamento de ações entre o município e o estado: indicativos de um federalismo cooperativo?**

A respeito das ações de enfrentamento à COVID-19, o gestor Tiago Ribeiro (PPS), Prefeito de Cascavel adotou postura convergente ao Governador Camilo Santana a respeito da imposição de decretos em função da média de casos no estado e no município. Tais observações são corroboradas pela adoção da

---

<sup>32</sup> Entrevista com Camilo Santana, Governador do estado do Ceará. GCMAIS (Youtube), 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rC9PgRu3TZ0>. Acesso em: Agosto de 2023.

rigidez no isolamento social, inviabilização das atividades econômicas, a exemplo dos comércios e feiras livres, como também, da aplicação de políticas emergenciais à população local.

Importante destacar a pesquisa realizada por Carvalho et al. (2022) no que tange a análise de decretos impostos por 11 estados brasileiros, incluindo o Ceará, e corrobora ao identificar que:

A centralidade dos decretos estabeleceu-se, em grande medida, sobre a restrição de circulação, suspensão de atividades coletivas envolvendo atividades de lazer (cinemas, teatro, museu, zoológico, boates, entre outros), **atividades no comércio e feiras livres**, comércio de ambulantes, atividade religiosas, atendimento presencial em agências bancárias com exceção aos programas destinados aos beneficiários do auxílio emergencial e, em alguns estados, às pessoas com doenças graves (Carvalho et al., 2022, p.73, grifo nosso).

Em notáveis evidências, o estabelecimento de decretos municipais seguiu em conformidade com as orientações do Governo Estadual. No que concerne às atividades econômicas, sobretudo as feiras livres, tais indicativos podem ser vistos no quadro a seguir:

#### Quadro 2 - Decretos estaduais e municipais das feiras livres. Fortaleza, 2024.

Período pandêmico <sup>33</sup>	Decretos estaduais	Decretos municipais
Março/2020 - Julho/2020	DECRETO 33519 (Artigo 1 <sup>a</sup> “VII - Suspensão de feiras e exposições)	Decretos: 009/2020 010/2020 032/2020 035/2020 036/2020 037/2020 038/2020 (Suspensão de feiras livres)
Set/2020-fev/2021	DECRETO N°33.756 Artigo 8 <sup>a</sup> (VI - a operação de feiras em espaços abertos ao ar livre, desde que observadas as medidas de sanitárias estabelecidas para a segurança no desempenho da atividade)	Decretos: 065/2020 067/2020 095/2020 099/2020 101/2020 005/2021 006/2021  (Retomada da Feira de São Bento)
	DECRETO N°33.965 (proibição de realização de feiras em Fortaleza)	Decretos: 011/2021, 012/202 (artigo 8 <sup>a</sup> - suspensão da feira de São Bento)

<sup>33</sup> Privilegia-se o período tendo em vista que as fases de retomada da economia no Ceará se deram em meses distintos nos municípios cearenses.

Mar/2021 - Jun/2021	Nº34.043, Nº34.058, Nº34.067, Nº34.089, Nº34.103  (Artigo 1ª - VI - proibição de feiras de qualquer natureza e da aglomeração e circulação de pessoas em espaços públicos ou privados)	028/2021, 030/2021, 031/2021, 034/2021, 40/2021, 044/2021, 046/2021, 049/2021 (Artigo 1ª -proibição de feiras)
Jul/2021-Jan/2022	DECRETO Nº34.149, 34.173, Nº34.199, Nº34.222, Nº34.513,  II - o funcionamento de feiras livres, obedecidos o distanciamento mínimo, inclusive entre os box de venda, a capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento), além das medidas sanitárias previstas em protocolos;	Decretos: 057/2021, 068/2021, 070/2021, 072/2021, 074/2021, 076/2021, 001/2022  (artigo 6ª ou 7ª - funcionamento de feiras livres-capacidade de 50%)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.<sup>34</sup>

Os decretos municipais expõem o poder de autonomia e regulação que este ente federativo possui quanto à organização de seu território, afinal, os decretos imprimiam distintas sociabilidades em diferentes espaços. Para além do alinhamento de ações entre ambos os gestores, é válido ressaltar que os decretos revelaram importantes recursos utilizados pelas escalas de poderes para a gestão de seus territórios.

A análise dos decretos municipais e estaduais permite depreender que houve uma gestão compartilhada do território a partir do alinhamento de ações entre os entes federativos (governo e município) diferente aos discursos proferidos pelo ex-presidente acerca das medidas necessárias no combate à pandemia, particularmente ligadas à restrição, abertura e flexibilização da retomada das atividades econômicas no Ceará.

Importante pontuar que se percebeu uma equivalência das ações entre município, governo estadual e União no que se refere a políticas públicas emergenciais direcionadas aos feirantes, considerando a paralisação das atividades econômicas, o que pode ser verificado no quadro a seguir.

<sup>34</sup> Com base nas informações do site da Prefeitura Municipal de Cascavel (2020-2022). Disponível em: <https://www.cascavel.ce.gov.br/decretos.php>. Acesso em: Outubro de 2022.

**Quadro 3 - Políticas públicas que se direcionaram aos feirantes. Fortaleza, 2024.**

<b>Governo Federal</b>	Lei nº 13.982, de 02/04/ 2020 <sup>35</sup>	Auxílio Emergencial
<b>Governo Estadual</b>	Lei nº 17.443, 14/04/2021 <sup>36</sup>	Auxílio Cesta Básica para os trabalhadores do transporte alternativo e escolar, ambulantes e feirantes, mototaxistas, taxistas, motoristas de aplicativos a bugueiros, guias de turismo e despachantes documentalistas de trânsito
<b>Governo Municipal</b>	Lei 2.046 de 31/03/2021 <sup>37</sup>	BEM - Benefício Emergencial Municipal

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Da necessidade de uma atuação cooperativa entre a União e os entes federados em um contexto de crise, Carvalho et al. (2022, p. 63) reiteram que:

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabeleceu um modelo de federalismo cooperativo e integrado buscando criar bases institucionais para articular de maneira funcional a atuação da União, dos estados e dos municípios na construção de tais estratégias, em especial, em conjunturas críticas que exigem uma resposta rápida a partir da expressiva mobilização de recursos, atores e instituições.

Salienta-se que a legitimidade dos decretos ocorre em concomitância à sua reprodução em espaços voltados ao fazer político. Neste caso, o Governador do Ceará expunha as medidas determinadas através de “lives” pelas redes sociais nos usos dos espaços do Palácio da Abolição em Fortaleza, sede do Poder Executivo do estado; e o Prefeito de Cascavel utilizava o seu gabinete na Prefeitura Municipal como espaço de reprodução dos decretos impostos.

<sup>35</sup> Embora não haja na letra da lei especificidades quanto aos feirantes, o auxílio integrou e permitiu o benefício aos feirantes através de seu Art. 02º concedendo o benefício aos trabalhadores informais (empregado, autônomo ou desempregado). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm). Acesso em: Agosto de 2023.

<sup>36</sup> Lei nº 17.443. Diário Oficial do estado do Ceará. Fortaleza, 14 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2021/04/do20210414p01-LEI-No17.443-14-de-abril-de-2021..pdf>. Acesso em: Agosto de 2023.

<sup>37</sup> Lei Municipal nº 2.046/2021. Prefeitura Municipal de Cascavel, 2021. Disponível em: [https://www.cascavel.ce.gov.br/arquivos/390/LEIS%20MUNICIPAIS\\_2.046\\_2021\\_0000001.pdf](https://www.cascavel.ce.gov.br/arquivos/390/LEIS%20MUNICIPAIS_2.046_2021_0000001.pdf). Acesso em: Agosto de 2023.

É importante entender que a representatividade destes espaços no contexto de crise, impôs validade às determinações dos decretos a serem seguidos pela população, assim como reitera um uso simbólico destes espaços de representação que em momentos precisos, na alta dos casos de COVID-19, tiveram seus usos em suspensão.

## **5 IMPACTOS DAS TENSÕES FEDERATIVAS NA FEIRA DE SÃO BENTO**

Diante dos atributos da Feira de São Bento e sua relevância para o município se suscitam questionamentos em torno do desvelamento de uma calamidade pública que atingiu diferentes setores e públicos, pondo em xeque o poder de autonomia dos entes federativos na tomada de decisões relacionadas ao combate do vírus.

Nesse contexto, a situação dos feirantes e das feiras livres se apresentou sob um contexto de interrogações quanto às decisões delimitadas pela União e aos entes subnacionais, isto considerando a paralisação e flexibilização da feira, políticas públicas voltadas aos feirantes e ordenamento/organizações de um formato da feira pautado nos protocolos sanitários.

Importa ressaltar que as atividades da feira que aconteciam nas ruas - a céu aberto- foram paralisadas devido à impossibilidade de controlar o fluxo/aglomeração de pessoas e conseqüente dificuldade em pôr em prática medidas eficazes contra a disseminação do vírus; inserido nesta questão, o Mercado Público, voltado para o comércio de gêneros alimentícios (hortifrutí, carne e peixe), permaneceu em funcionamento em determinados momentos ao longo da pandemia devido ao caráter essencial de suas atividades; além de que, como ambiente fechado, pôde-se melhor controlar o fluxo de pessoas no interior de tal espaço, bem como seguir etiquetas sanitárias de distanciamento social, uso de máscaras, álcool em gel, etc.).

Conforme estas adversidades, o cenário a que se seguiu à pandemia da COVID-19 evidenciou crises de cooperação entre os entes federativos e impôs ao município a necessidade de gerir ações e soluções no tocante a uma feira que se maximiza em importância ao contexto local de uma população que tem suas atividades comerciais como intrínsecas a sua sobrevivência.

Considerando ainda a inexistência de uma Associação de feirantes, a ausência de políticas direcionadas à feira nos âmbitos federal e estadual e as atribuições do município como responsável pela dinâmica de sua feira, se faz necessário desvendar como a gestão municipal de Cascavel se sobressaiu perante a descoordenação federativa na pandemia e as formas de mitigar os impactos quanto a vulnerabilidade social e econômica dos feirantes acometidos neste contexto.

## 5.1 Impactos da COVID-19 na Feira de São Bento

Investigar o quadro de agravamento dos feirantes na pandemia, requer examinar o cenário da pandemia no município. De antemão, é necessário entender que a emergência de saúde pública se estabeleceu de forma desigual entre indivíduos e espaços, ao qual, a notificação dos primeiros casos e sua ascendência ao longo da pandemia culminou no delineamento de ações específicas a cada município, estado e região.

A notificação dos primeiros casos em Cascavel pôde ser notada a partir da interiorização e proliferação do vírus, que inicialmente se deu na capital do estado (Fortaleza) e posteriormente se seguiu a outros municípios. Quanto a este cenário no Ceará, Fernandes; Silva e Muniz (2021) ressaltam que:

Os primeiros casos foram registrados em bairros de classe média e alta de Fortaleza, como Aldeota e Meireles, com os contaminados sendo recém-chegados de viagens internacionais e que transmitiram o vírus aos seus contatos próximos. Passados alguns meses, os territórios populares de Fortaleza, com bairros de alta densidade demográfica e com graves problemas socioeconômicos, se destacavam como sendo os mais afetados pela crise sanitária, econômica e social. Nos municípios da região metropolitana e do interior do estado o vírus se espalhou rapidamente (Fernandes; Silva; Muniz, 2021, p. 7).

Fato é que o prenúncio de uma emergência de saúde pública acendeu um alerta, principalmente em estados e municípios, a estabelecerem decretos e políticas de contenção sobrepondo novas dinâmicas aos seus territórios. Em Cascavel, não muito diferente, o primeiro decreto já determinava a paralisação de inúmeros setores, inclusive o da Feira de São Bento.

O Decreto Municipal nº 009/2020 de 17 de Março de 2020 dispõe de suspensão em seu artigo 4º, parágrafo VI- “suspensão das atividades da feira livre de São Bento, em sua totalidade, abrangendo o segmento têxtil (roupas, modas, outros), alimentos, incluindo feira das frutas e de mais vegetais de produtos de origem animal para consumo humano e animal”.<sup>38</sup>

Imposta a suspensão da feira em apenas 15 dias, com o aumento dos casos, os decretos se tornaram constantes e inviabilizaram de forma permanente a atividade, tendo sua retomada dependente da diminuição do contágio do vírus no município.

---

<sup>38</sup> Decreto Municipal nº 009/2020 de 17 de Março de 2020. Prefeitura Municipal de Cascavel. Disponível em: [https://www.cascavel.ce.gov.br/arquivos/75/DECRETOS\\_009\\_2020\\_0000001.pdf](https://www.cascavel.ce.gov.br/arquivos/75/DECRETOS_009_2020_0000001.pdf). Acesso em: Outubro de 2022.

A suspensão imediata e duradoura da feira se deu sob o agravamento e contágio crescente dos casos no município. De acordo com dados do Sistema Único de Saúde - SUS<sup>39</sup>, em 2020 se tem registro em Cascavel de 1936 casos confirmados e 90 óbitos; em 2021 se tem um aumento para 6765 casos e 161 óbitos e em 2022 um acúmulo de 12 928 casos e 173 óbitos. Em 2023, os casos acumulados no município estão em torno de 13 212 casos e 174 óbitos. De acordo com os dados da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA), neste mesmo período, o município se encontrava em nível de risco altíssimo para a COVID-19. Ao comparar as Áreas Descentralizadas de Saúde (ADS), a SESA ressalta que:

As ADS de Fortaleza (43,5%), Caucaia (200,0%), Maracanaú (100,0%), Itapipoca (400,0%), Quixadá, Limoeiro do Norte, Tianguá (50,0%), Iguatu (20,0%), Crato (27,3%), Juazeiro do Norte (40,0%) e Cascavel (300,0%) apresentaram aumento de óbitos no mesmo período.<sup>40</sup>

Os dados permitem visualizar o cenário de gravidade da pandemia no município e justifica a rigidez na aplicação de políticas de isolamento social. Junto a isto, se depreende que a paralisação de setores econômicos, como o da Feira de São Bento, se assenta na base fundamental de combate ao vírus: evitar a circulação de pessoas, considerando ainda ser o espaço de maior fluxo do município.

Não muito distinta, os impactos sobre a feira de São Bento transcorreram não somente entre os feirantes, mas também acometeu os comerciantes localizados nos entornos da feira, tendo em vista que estes usufruem do público da feira para também encaminhar suas vendas.

Ademais, os impactos da restrição das atividades da feira perpassaram toda sociedade local que estabelece a feira como espaço de vivências e de encontro de diversos produtos, desde o ramo têxtil ao alimentício. A suspensão contínua e permanente desta efeméride local se desdobra pela observação de espaços a se tornarem vazios e desocupados na via urbana municipal.

Podemos observar estes impactos em outras feiras livres, como Corumbá-MS que indicou que os produtores tiveram grandes perdas financeiras dependendo de ações solidárias, soluções criativas individuais e de políticas públicas (Freitas; Barbosa; Soares, 2020). O mesmo ocorreu na feira livre de

---

<sup>39</sup> Com base em dados do Painel Interativo do Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: Agosto de 2023.

<sup>40</sup> Os dados se referem ao Boletim Epidemiológico divulgado em 24/12/2020. Disponível em: [https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/02/BOLETIM\\_COVID-19\\_24\\_12\\_20-1.pdf](https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/02/BOLETIM_COVID-19_24_12_20-1.pdf). Acesso em: Agosto de 2023.

Belém-PB, onde os feirantes indicaram em entrevistas enormes prejuízos em suas vendas, tendo que estocar as mercadorias em suas residências e fazendo com que os feirantes buscassem novas estratégias de vendas e novos produtos para que se atenuassem os impactos econômicos da pandemia (Santos, 2022).

Assim, como pode ser observado pelos decretos municipais e estaduais, a aplicação das políticas de isolamento, medidas rígidas como o *lockdown* e a flexibilização de diferentes setores econômicos se delinearam sob uma dualidade: ao mesmo tempo em que a restrição de circulação de pessoas era tida como solução para a diminuição dos casos de COVID-19, a medida emergencial sobrepuja uma situação de vulnerabilidade social e econômica aos feirantes ante a paralisação das relações de consumo na feira.

Esta afirmativa foi verificada em reportagem local<sup>41</sup> em que o quadro de instabilidade trazia incertezas aos feirantes que, perante a calamidade pública, tiveram que pensar em formas de manter sua subsistência diante da ausência de oferta de trabalho e a total dependência da feira.

Ao mesmo tempo, se desdobraram interrogações sobre quando se daria o funcionamento da feira e quais normas seriam impostas, visto que a abertura das atividades econômicas deveria estar orientada sob condições sanitárias; e como o poder público, particularmente o municipal, iria prover soluções à vulnerabilidade social e econômica acometida pela paralisação deste setor.

Este questionamento subsequente à pandemia se tornou pauta entre os feirantes. Ainda pela reportagem local, foi possível observar o tom confuso dos feirantes quanto à delimitação dos decretos municipais e estaduais, em contraposição aos discursos favoráveis do Presidente da República à abertura das atividades econômicas.

A confusão de discursos entre a União e os entes subnacionais pairava sobre o questionamento acerca de quem detinha o poder de restringir e flexibilizar as atividades econômicas. A reportagem local evidencia que em determinados momentos de flexibilização das atividades, os feirantes questionavam o motivo do porquê não poderem erguer suas bancas, enquanto alguns estabelecimentos comerciais estavam a funcionar sob horário e público reduzido. Além disso, apoiados no discurso do ex-presidente, alguns feirantes questionavam as medidas

---

<sup>41</sup> Feirantes de Cascavel CE pedem socorro ao poder público. TV Web Liberdade (*Youtube*), 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R57FguVNy20>. Acesso em: Agosto de 2023.

de paralisação da feira decretadas pelos Governos Estadual e Municipal, reivindicando a atuação do poder público e a falta de políticas públicas.

De antemão, foi possível verificar pelas entrevistas que uma das soluções empreendidas pelos feirantes seria a adaptação das vendas sob o uso de aplicativos e serviços de *delivery* na tentativa de superar a instabilidade deste cenário. Apesar de não suficiente, a técnica se configurou como medida para manter os fluxos de vendas da feira.

## **5.2 COVID-19 e transformações espaciais da Feira de São Bento**

Sob um cenário de campanhas eleitorais e crise pandêmica, a Feira de São Bento tem suas dinâmicas pautadas não somente pela sua suspensão, mas também por transformações espaciais e uma nova organização. Dar ênfase a esta reorganização da feira sob este cenário, ao mesmo tempo político e pandêmico, subsidia o delineamento de reflexões em torno das intenções acerca da nova espacialização da feira. Intenções sanitárias ou políticas, a conjuntura direta ou indiretamente favoreceu a vitória do atual prefeito nas eleições municipais.

A proposição de uma nova organização da feira pôde ser observada no período de campanha eleitoral nas eleições suplementares de 2019. Por meio de uma transmissão de live via *Facebook*, o Prefeito Municipal destacou que uma das propostas do seu plano de governo para Cascavel seria a revitalização da feira de São Bento a partir de um projeto urbanístico e paisagístico no centro comercial do município.

Em suas palavras, o atual prefeito apontou a necessidade de uma reestruturação e redistribuição da feira, indicando problemas quanto ao horário de montagem das bancas que se dava ao meio dia das sextas-feiras e paralisava o fluxo de pessoas e veículos no centro do município, destacando também a concentração da totalidade da feira em uma avenida única (Avenida Padre Valdevino Nogueira) o que comprimia as bancas e dificultava as vendas dos comércios no entorno, tendo em vista a dificuldade na mobilidade urbana no centro da cidade.

Fato é que esta nova organização apenas foi implementada no cenário de crise sanitária. De forma a clarificar, em 15 de setembro de 2020, particularmente nos primeiros meses de pandemia e em meio às campanhas eleitorais, a Prefeitura

Municipal estabeleceu o decreto 065/2020<sup>42</sup>, autorizando em seu artigo 8º a liberação das atividades da Feira de São Bento, sob novo formato, novos horários de montagem das bancas e seguindo os protocolos sanitários.

De acordo com o decreto, os novos horários de montagem e desmontagem das bancas se dariam respectivamente às 17 horas de cada sexta-feira e a partir das 12 horas de cada sábado. A justificativa seria não causar transtornos aos fluxos de pessoas e veículos nas avenidas onde se localizam a feira, visto que anteriormente a montagem das bancas acontecia em horário comercial, particularmente no início da tarde de sexta-feira

Quanto à reabertura da feira seguindo os protocolos sanitários, o decreto 065/2020 estabelece o novo formato da seguinte forma:

I- As atividades da feira livre de São Bento acontecerão no binário de trânsito abaixo descrito localizado no centro do distrito sede do município e em trânsito de veículos automotores.

A) Av. Chanceler Edson Queiroz, esquina com a Av. Pref. Vitoriano Antunes (ponto de referência - Câmara Municipal e Banco do Brasil);

B) Av. Chanceler Edson Queiroz, esquina com a Av. Padre Valdevino Nogueira (referência - ponto de taxistas e taxistas);

C) Av. Dr. Pedro de Queiroz Ferreira, esquina com Av. Pref. Vitoriano Antunes (ponto de referência Agência da Telemar);

D) Avenida Dr. Pedro de Queiroz Ferreira, esquina com a Av. Padre Valdevino Nogueira, (ponto de referência Bradesco).

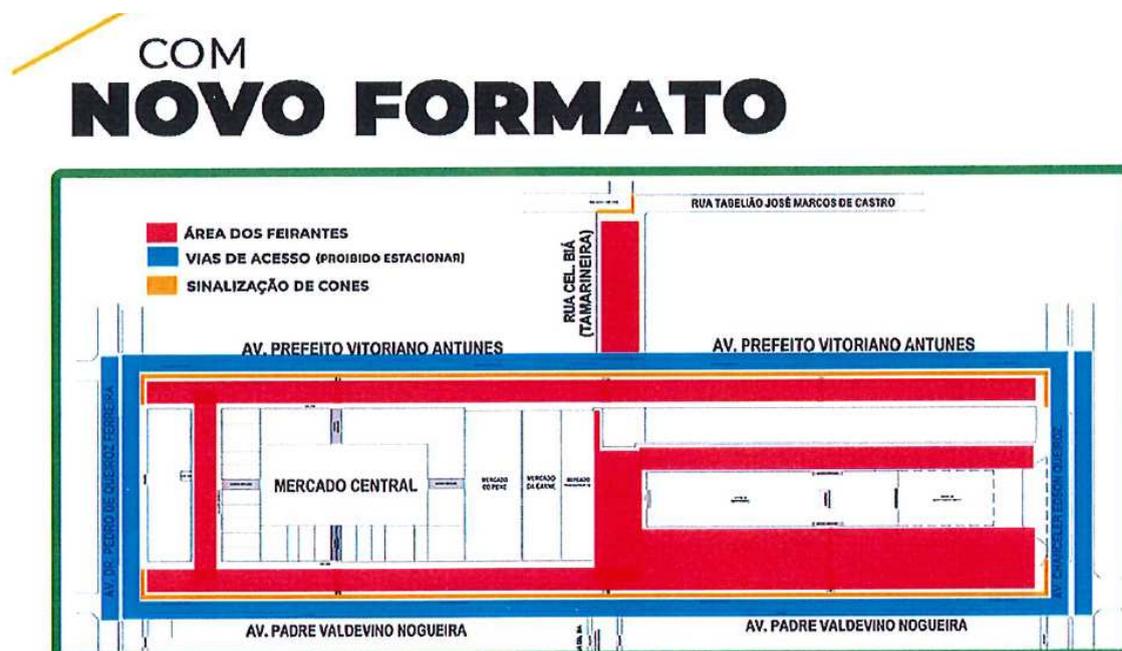
II- as atividades da feira livre de São Bento, referentes à feira das frutas passarão a ser realizadas no Largo da Tamarindeira, localizado ao lado do binário de trânsito, supra descrito, entre a Av. Pref. Vitoriano Antunes e a Rua Tabelaão José Marcos de Castro, sem trânsito de veículos automotores, e não mais na Rua Cel. Biá, no trecho entre a Av. Padre Valdevino Nogueira e a Rua Francisco Galdino de Souza.

VI- todas as pessoas que adentrem o perímetro da feira de São Bento, incluindo o espaço da feira das frutas, deverão usar máscaras de proteção facial na forma correta, protegendo a boca e nariz, sendo essa diretriz aplicável, em especial aos feirantes, os quais deverão dispor em suas bancas álcool 70% em gel ou líquido à disposição dos consumidores e feirantes, mantendo-se o distanciamento entre as pessoas e vedando-se as aglomerações, tudo nos termos da legislação de combate à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19, Sars- COV-2).

---

<sup>42</sup> Decreto 065/2020. Prefeitura Municipal de Cascavel. Disponível em: [https://www.cascavel.ce.gov.br/arquivos/148/DECRETOS\\_065\\_2020\\_0000001.pdf](https://www.cascavel.ce.gov.br/arquivos/148/DECRETOS_065_2020_0000001.pdf). Acesso em: Outubro de 2022

Figura 16 - Novo Formato da Feira de São Bento



- **ABERTURA DAS VIAS NA AV. PADRE VALDEVINO E NA AV. PREFEITO VITORIANO ANTUNES (TRÂNSITO LIVRE. PROIBIDO ESTACIONAR.)**

- **ALTERAÇÃO DO LOCAL DA FEIRA DAS VERDURAS (RUA CORONEL BIÁ) PARA RUA DA TAMARINEIRA**

Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel - CE, 2020

Como pode ser observado na figura 16, ao final do decreto, a Prefeitura Municipal redesenha através de um croqui o novo formato da Feira de São Bento, tendo sua dinâmica de comercialização a seguir as orientações dos protocolos sanitários.

As áreas em vermelho compreendem os espaços a serem ocupados pelos feirantes e as áreas em azul destinadas à livre circulação de trânsito. O novo formato evidencia o deslocamento de parte das bancas que estavam localizadas nas duas vias da Av. Prefeito Vitoriano Antunes para a Av. Padre Valdevino Nogueira. De modo particular, a feira se centralizou sob um perímetro e se expandiu nos entornos do centro comercial do município.

A reorganização da feira visível pelo croqui na figura 16 infere que o combate ao COVID-19 impôs a necessidade do poder público em pensar sobre os espaços destinados aos feirantes, levando-se em consideração as políticas sanitárias e a importância significativa da feira na economia local. Além disso, reflete

o poder de autonomia e governança do município diante de expressivos problemas locais.

A pandemia estabeleceu transformações espaciais na Feira de São Bento e de modo a refletir que neste cenário (ano de 2020) se seguiam as campanhas eleitorais, caberia ainda pensar que esta reorganização da feira também poderia estar associada a questões políticas, tendo em vista as evidências de que a feira é um espaço também destinado à prática política, vide o alcance de eleitores.

Junto a isto, ainda se circunscreve a promessa da volta da feira em face da situação de vulnerabilidade ao qual se encontravam os feirantes. Esta reabertura da feira não perdurou, tanto que nos decretos seguintes, houve novamente a restrição das atividades econômicas e a suspensão por tempo indeterminado da feira. O clímax da instabilidade social e econômica deste setor se deu no ano seguinte, 2021, com tensões e discussões na Câmara Municipal e evidências de manifestações de feirantes na busca por soluções, como veremos a seguir.

### **5.3 A feira em pauta no Espaço Político Exclusivo: repercussões na Câmara Municipal de Cascavel-CE**

No tocante ao quadro de vereadores, é notório pontuar que apesar da renovação do executivo nas eleições suplementares, houve a permanência dos legisladores eleitos em 2016 que tiveram ainda que lidar com o início da crise sanitária no fim de seus mandatos. Apesar disso, com a instabilidade da crise, a política de isolamento social e o fechamento dos espaços públicos, muitas das sessões deixaram de se realizar, visto que as atividades na câmara municipal também foram suspensas.

Esta legislatura (2017-2020) era composta pelos seguintes vereadores: Sebastião Uchôa (PDT); Ailton Dantas (PDT); Joaquim Filho (PP); Priscila Lima (PDT); Alberto do Pompeu (PP); Rodrigo Magazine (PSB); Alex do Zumbi (PT do B); Gleidson Bezerra (PEN); Luciedson (PR); Márcio do Brito (PEN).

Após as eleições de 2020, se apresentou uma renovação de vereadores e algumas reeleições, como veremos adiante; foram especificamente estes que se detiveram a discutir pautas e ações concernentes à pandemia e aos feirantes.

Dos candidatos, dez foram eleitos:<sup>43</sup> Thiago Rocha (PTB); Professor Adeildo (CIDADANIA); Erivan Bessa de Castro (PSD); Freitas (PDT), Novo Construção (PSD); Sebastião Uchôa (PDT); Augusto Filho (PSL) e Flávio Cascavelense (PTB); e como candidatos reeleitos tivemos Gleidson Bezerra (PL) e Priscila Lima (CIDADANIA).

A análise da atuação desses vereadores na Câmara Municipal corrobora a importância da institucionalização desse espaço para conter a pandemia e tornar legítimos os discursos e pautas deliberadas. Perante o exposto, analisar as pautas direcionadas à situação dos feirantes e da Feira de São Bento requer averiguar quais atores, discursos e medidas adquiriram centralidade neste espaço político.

A priori, não se pode desconsiderar dois aspectos nesta discussão. A primeira diz respeito à localização da Câmara Municipal na rua Prefeito Vitoriano Antunes, mesmo espaço de realização da Feira de São Bento (ver figura 15), o que pode depreender possíveis aproximações dos vereadores à problemática dos feirantes.

E um segundo aspecto a considerar se refere aos discursos político-partidários. Assim, podemos inferir aproximações e distanciamentos entre as pautas proferidas pelos vereadores e as delimitações impostas pelas esferas federal, estadual e municipal diante da situação dos feirantes. Tais delineamentos permitem observar afinidades de discursos partidários entre os vereadores e as três esferas de gestão.

A fim de delimitar os discursos, as medidas e os atores envolvidos nas pautas que se relacionavam com os feirantes, foram analisadas as atas municipais por ordem cronológica, particularmente dos anos de 2021 e 2022, tendo em vista que, como já salientado, no ano de 2020, apesar de poucas sessões realizadas, houve gradualmente a suspensão das atividades da Câmara Municipal.

Outro motivo seria o fato de que foi neste período, notadamente no ano de 2021, que a crise pandêmica se evidenciou com mais força perante as medidas emergenciais propostas pelas esferas de poder, novas variantes em ascensão, aumento do número de casos e óbitos, início do processo de vacinação e delimitação de planos de retomada para a economia.

---

<sup>43</sup> A Câmara Municipal de Cascavel aprovou na 30ª sessão ordinária (03/04/2023), o aumento do número de vagas no legislativo, de 10 para 13 vagas, a partir da próxima legislatura (2025 -2028).

A problemática em torno da Feira de São Bento e dos feirantes de Cascavel foram vistas, em sua grande maioria, em atas de sessões realizadas nestes anos, o que infere ter sido neste período da pandemia que as pautas direcionadas aos feirantes tiveram maior ênfase na Câmara Municipal.

Pautadas em 11 atas e 3 requerimentos oficiais se pode observar que dos 10 vereadores eleitos, apenas 3 adquirem um papel de centralidade frente às demandas e a vulnerabilidade dos feirantes na pandemia. Os vereadores Freitas (PDT); Augusto Filho (PSL) e Flávio Cascavelense (PTB) irão ser circunscritos nesta pesquisa pela ótica de seus discursos, propostas e ações no que tange aos feirantes e a feira do município. É válido ressaltar que há referência a outros vereadores, como Novo Construções (PSD), que em poucas vezes pautou suas falas em torno dos feirantes, porém, os três acima citados tiveram uma maior abrangência, como podemos observar no quadro a seguir.

**Quadro 4 - Produção Legislativa pautada na Feira de São Bento. Fortaleza, 2024.**

ATOR	POSICIONAMENTO	REQUERIMENTO
<b>Novo Construção (PSD)</b>	Informou que solicitou do Prefeito Municipal que isente os feirantes, por três meses, de pagarem a taxa cobrada semanalmente, devido esse período de pandemia e finalizou agradecendo pelo espaço. <b>(Ata da 3ª Sessão Plenária Ordinária 16/02/2021).</b>	Requerimento nº91/2021 <sup>44</sup> (solicitando a isenção das taxas pagas pelos feirantes do mercado do peixe, da carne e do frango, considerando o agravo da pandemia da COVID-19, o qual está afetando a saúde e a economia em nossa cidade).
<b>Flávio Cascavelense (PTB)</b>	“Mencionou o decreto do governador que determina o que é essencial e reduz o horário e o funcionamento do comércio e disse que tudo é essencial, tudo que envolver o sustento financeiro do cidadão é necessário. E que a segunda onda da pandemia está causando um maremoto na economia do estado e vai chegar ao município. Disse que o desemprego já era grande e com o decreto tende aumentar	

<sup>44</sup> Requerimento nº91/2021. Câmara Municipal de Cascavel. Disponível em: [https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/materialegislativa/2021/124/req\\_09117022021.pdf](https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/materialegislativa/2021/124/req_09117022021.pdf). Acesso em: Outubro de 2022.

	<p>ainda mais”. <b>(Ata da 2º Sessão Plenária Ordinária Virtual em 02/03/2021)</b></p> <p>Lamentou as dificuldades que estão passando os comerciantes, autônomos, feirantes e pediu união para que possam encontrar melhorias para amenizar essas dificuldades. Disse que não há incentivos para ajudar essas famílias que estão sendo diretamente afetadas pela pandemia. <b>(Ata da 5º Sessão Ordinária Virtual em 23/03/2021).</b></p> <p>“cita que as medidas adotadas pelo governo não são suficientes para atender a população. Falou da importância de apoiar o pequeno comerciante, impulsionando assim a economia local. Finalizou fazendo um apelo ao Senhor Prefeito Municipal para que possa buscar juntos aos bancos, meios que suspendam nesse período de pandemia, a cobrança de empréstimos realizados por esses pequenos comerciantes”. <b>(Ata da 7º Sessão Ordinária Virtual 06/04/2021).</b></p> <p>Mencionou o decreto estadual e municipal que flexibiliza as atividades comerciais, sendo uma vitória dos feirantes e ambulantes. Agradeceu ao Prefeito Municipal por ter se sensibilizado com a situação dos feirantes do município e finalizou agradecendo pelo espaço. <b>(Ata da 8º Sessão Ordinária Virtual de 13/04/2021).</b><sup>45</sup></p>	<p>Requerimento nº 169/2021<sup>46</sup> (solicita isenção de IPTU, ISS ou qualquer tributo a proprietários de “boxes de feiras que sofreram impactos pelos decretos estaduais e municipais (02/03/2021)</p>
<p><b>Freitas (PDT)</b></p>	<p>“Falou também sobre a situação da obra do Mercado</p>	

<sup>45</sup> O comércio retornava gradualmente com horário reduzido, entretanto, a feira de São Bento ainda continuava suspensa.

<sup>46</sup> Requerimento nº 169/2021. Câmara Municipal de Cascavel-CE. Disponível em: [https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/materialegislativa/2021/211/req\\_0169.pdf](https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/materialegislativa/2021/211/req_0169.pdf). Acesso em: Outubro de 2022.

	<p>Público, causando prejuízo aos feirantes que estão trabalhando em tendas improvisadas e citou algumas reivindicações de populares”. <b>(Ata da 2º Sessão Plenária Ordinária Virtual de 02/03/2021).</b></p> <p>“Mencionou a situação dos feirantes inativos e pequenos comerciantes que estão passando por dificuldades, dizendo que entende as reivindicações deles, mas não concorda com as aglomerações, acreditando existir outros meios de resolver esse problema. Sugeriu ao Prefeito Municipal e ao Secretário de Finanças que encontrem mecanismos que possam diminuir o impacto dessa pandemia para os comerciantes. Finalizou dizendo que é da oposição mas sabe separar as diferenças para conseguir o bem maior para o povo de Cascavel”. <b>(Ata da 5º Sessão Ordinária Virtual de 23/03/2021).</b></p> <p>“Mencionou Projeto do Executivo sobre o auxílio emergencial, dizendo que essa medida trará uma esperança para população carente, mas observou alguns pontos preocupantes no referido projeto”. <b>(Ata da 6º Sessão Ordinária Virtual de 30/03/2021).</b></p>	
<p><b>Augusto Filho (PSL)</b></p>	<p>“Mencionou a obra do Mercado Público que ainda foi concluída causando transtornos aos feirantes. Falou ainda sobre o decreto de redução do horário dos estabelecimentos comerciais alertando sobre a falta de emprego”. <b>(Ata da 2º Sessão Plenária Ordinária Virtual de 02/03/2021).</b></p>	<p>Requerimento nº 207/2021<sup>47</sup></p> <p>(Solicita a possibilidade de um Auxílio Emergencial entre R\$ 150,00 e R\$ 250,00 com uma cesta básica aos feirantes e ambulantes do município enquanto durar a pandemia da COVID-19)</p>

<sup>47</sup> Requerimento nº 207/2021. Câmara Municipal de Cascavel. Disponível em: [https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/materialegislativa/2021/255/req\\_207.pdf](https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/materialegislativa/2021/255/req_207.pdf). Acesso em: Outubro de 2022.

	<p>“Falou do decreto que restringe algumas atividades comerciais e disse ser favorável ao retorno das atividades pelos feirantes. Finalizou dizendo ser favorável à abertura do comércio com medidas preventivas”. <b>(Ata da 5ª Sessão Ordinária Virtual de 23/03/2021).</b></p> <p>“Relatou conversa com o senhor Prefeito Municipal que tentará amenizar essas dificuldades por meio de um auxílio emergencial. Explicou como funcionará o auxílio e que, conseqüentemente, ajudará o comércio local”. <b>(Ata da 6ª Sessão Ordinária Virtual de 30/03/2021).</b></p> <p>Mencionou a volta aos trabalhos dos feirantes e ambulantes de Cascavel. Disse que toda atividade é essencial (desde que traga o sustento) e relatou reclamação de populares (principalmente dos feirantes) que não estão recebendo o auxílio emergencial. <b>(Ata da 8ª Sessão Ordinária Virtual de 13/04/2021).</b></p> <p>“Critica o aumento abusivo que é cobrado aos feirantes”. <b>(Ata da 7ª Sessão Plenária Ordinária de 22/03/2022).</b></p>	
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

O quadro 04 permite depreender através da análise de atas, discursos e requerimentos, o importante papel do Espaço Político Exclusivo Municipal no encaminhamento de demandas e sugestões direcionadas à situação dos feirantes em Cascavel-CE. Tornar visível questões que afligem a sociedade evidencia que a prática do poder político neste espaço político irá impactar diretamente os cidadãos que vivem no recorte territorial de sua jurisdição em escala (visibilidade das deliberações políticas) e métrica amplas (alcance de ações a nível municipal) (Silva et al., 2022).

Em Cascavel a escala e métrica se circunscrevem à situação dos feirantes locais diante das adversidades da calamidade pública. Podemos corroborar

esta justificativa através da convergência de discursos e ações no que tange ao dito e delimitado pelos vereadores nas sessões realizadas na Câmara.

Pelo exposto no quadro, a análise de atas e requerimentos permitiu perceber que os vereadores, apesar de entenderem a importância dos decretos como forma de mitigação de circulação do vírus da COVID-19 se mostram preocupados com os efeitos colaterais sobre a economia local, enfatizando a necessidade de medidas emergenciais em prol dos feirantes.

As atas permitem ainda inferir que houve neste período apelos direcionados ao executivo municipal em isentar impostos e taxas de bancas aos feirantes<sup>48</sup>. Entre os meses de fevereiro e março de 2021, foi constatado nas sessões da câmara legislativa a solicitação de 3 requerimentos associados ao quadro de vulnerabilidade dos feirantes.

Em 2022, ano posterior aos requerimentos de isenção, os feirantes realizaram protestos em frente a Prefeitura Municipal de Cascavel reclamando do aumento do valor da taxa mensal das bancas e boxes de mercadorias, de R\$ 36,00 para R\$ 140,00 (Bessa; Barros, 2023).

Fato é que em 29 de março de 2021 foi delimitado pelo Prefeito Municipal o projeto de lei 027/2021 que propôs um auxílio emergencial municipal-AEM, voltado às famílias e trabalhadores que estavam em situação de vulnerabilidade por conta da pandemia da COVID-19. O projeto foi submetido à casa legislativa no dia seguinte, em 30 de março de 2021, e em sessão plenária extraordinária por meio de votação entre os vereadores, o projeto foi aprovado por unanimidade.

Das principais especificações da lei do auxílio emergencial e fornecimento de cesta básica:

Art. 93 - O Auxílio financeiro consistirá em benefício de complementação de renda no valor de R\$100,00 (cem reais) por trabalhador especificado nesta Lei.

§ 1º - O benefício será pago por 2 (dois) meses, com periodicidade mensal.

Art. 4º - Farão jus ao auxílio financeiro às seguintes categorias:

I — Artesãos e Trabalhadores do Turismo cadastrados ou não junto às Secretarias da Fazenda (SEFAZ) e Desenvolvimento Econômico e Turismo;

---

<sup>48</sup> Silva (2011) destaca que a cobrança da taxa aos feirantes tem amparo legal na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 1014/2000); PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cascavel (Lei nº 1012/2000) e Código Tributário Municipal (Lei nº 1203/2005) e reitera que o pagamento da taxa confere ao município o aproveitamento econômico da área de domínio público ocupada pela feira livre, e aos feirantes, no que tange o direito de comercialização

II — Feirantes e trabalhadores ambulantes cadastrados ou não junto às Secretarias da Fazenda (SEFAZ) e Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET); e

I — Outras famílias, cadastradas ou não junto à Secretaria de Assistência Social não beneficiárias de Programas de Auxílios dos governos estadual e federal e municipal, e que se enquadrem na situação de vulnerabilidade a que alude esta Lei.

Art. 79 - A cesta básica consistirá em benefício de complementação da demanda alimentícia, por trabalhador especificado nesta Lei.

§ 1º - O benefício será pago por 2 (dois) meses, com periodicidade mensal.

Art. 89 - Farão jus à cesta básica:

1- Profissionais autônomos das seguintes categorias: mototaxistas, taxistas, motoristas de aplicativos e motoristas de transporte escolar, desde que legalizados e com cadastro ativo junto aos órgãos responsáveis da Prefeitura Municipal de Cascavel;

II — Catadores de material reciclável e trabalhadores assemelhados cadastrados ou não na Secretaria de Agricultura, Pesca, Meio Ambiente e Defesa Civil do Município (SAMPED); e

I — Outras famílias e trabalhadores, a exemplo das pessoas em situação de rua, cadastradas ou não junto à Secretaria de Assistência Social, beneficiárias ou não de Programas de Auxílios dos governos estadual e federal e municipal, e que se enquadrem na situação de vulnerabilidade a que alude esta Lei.

Art. 12 - O Programa do Auxílio Emergencial instituído na forma desta Lei poderá ser prorrogado pelo Poder Executivo, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, reconhecido para o Município de Cascavel no Decreto Legislativo no 557, de 18 de fevereiro de 2021, ou outro que venha a alterá-lo, observada a disponibilidade financeira.

A aprovação de um auxílio emergencial fundamenta a legitimidade das pautas circunscritas ao espaço político exclusivo em uma interação entre parlamentares na proposição de demandas e o gestor municipal em aplicar medidas. Porém, os vereadores não são os únicos agentes políticos presentes neste espaço, visto que o fazer político nos Espaços Políticos Exclusivos pode requerer a participação popular, seja no momento das sessões ou em formato de manifestações e protestos que afetam o funcionamento do Parlamento (Silva et al., 2022; Machado Filho, 2018).

Como estamos a tratar do contexto de isolamento social, as sessões neste contexto se deram sem a presença do público, porém, perante as pautas proferidas pelos vereadores, foi observado nas atas que durante este período houve manifestações de feirantes e comerciantes no município a ensejar medidas emergenciais, o que carece investigar se houve articulação entre vereadores e feirantes. O que podemos afirmar diante das atas é que as manifestações destes feirantes foram pautas legitimadas em sessões da Câmara Municipal.

Quanto a estes, se tornou evidente pelas atas municipais e os discursos dos vereadores que houve manifestações de feirantes e comerciantes no município.

Esse ato faz pensar sobre o uso dos espaços públicos como espaços transfigurados a um fazer político e investigar como se deu a organização destes grupos neste contexto de crise.

#### **5.4 “A culpa não é nossa” - metamorfoses de ruas em Espaços Políticos Abertos em Cascavel - CE**

Com base em vídeos coletados<sup>49</sup> via *Facebook* foi possível destacar algumas características desta pequena manifestação, os discursos empreendidos e as aproximações destes discursos com as relações federativas em curso.

De início cabe destacar algumas características desta manifestação como visibilidade (reconhecimento), abrangência (alcance) e efetividade (efeitos desejados). Quanto a isto, Castro (2018a) salienta que os espaços políticos abertos possuem escala e métrica variáveis e instáveis, porém, sua substância (efeitos) pode afetar a longo prazo algumas decisões políticas.

A manifestação em prol da abertura das atividades econômicas no município se deu com uma pequena quantidade de feirantes e comerciantes locais, a pé, em motocicletas e em carros, os manifestantes se deslocavam do centro histórico e comercial do município indo em direção à Prefeitura Municipal de Cascavel (Figuras 17 e 18).

**Figura 17 - Pequena manifestação de feirantes e comerciantes em Cascavel.**



Fonte: Rede Social Facebook, 2021.

<sup>49</sup> Manifestação de feirantes e comerciantes em Cascavel-CE. Altaite Dias (*Facebook*). Disponível em: <https://www.facebook.com/ADXIMOVEIS/videos/2649858595304956>. Acesso em: Junho de 2024.

**Figura 18 - Manifestação de comerciantes em Cascavel, 2021**



Fonte: Bessa, Barros, 2023

Dentre as estratégias utilizadas foi possível observar o uso de megafones e faixas em que frases como: “Queremos trabalhar”; “A culpa não é nossa”, o “Comércio pede socorro” e a “Fome mata” eram ecoadas sob gritos nos espaços do cotidiano local transfigurados em percursos do espaço político aberto.

Ainda foi possível verificar as principais pautas, como o direito de trabalhar em oposição à lei dos decretos estabelecidos pelos entes federados; o questionamento em torno da abertura das atividades econômicas, em que supermercados, por exemplo, continuavam funcionando com horário e público reduzido, enquanto os comércios e a feira local tiveram suas atividades restritas em totalidade e; os discursos em torno de um pró-bolsonarismo, tornando evidente que a manifestação, para além de uma pauta local, também se configurava como uma pauta política e federativa nacional.

Podemos observar que alguns dos discursos proferidos pelos manifestantes questionavam o poder de atuação do Prefeito Municipal e do Governador do estado do Ceará no que tange a suas medidas restritivas e seus posicionamentos políticos. Através do vídeo ainda foi possível verificar narrativas como a necessidade de abolir o poder dos governadores e a interferência do

Governo Federal no estabelecimento de decretos e na política de restrição das atividades econômicas.

É importante assinalar que a caracterização desta manifestação de um espaço político aberto no município nos mostra um cruzamento de ideologias políticas a demandas locais, isto considerando a possibilidade de alinhamento político dos feirantes com as ideias do ex-presidente, contrários aos decretos naquele contexto. Isto, foi possível corroborar com a entrevista feita a um dos organizadores do movimento.

Pelo vídeo é possível observar que a pequena quantidade de manifestantes ecoava discursos contrários aos decretos em função de suas necessidades econômicas e sociais, ao mesmo tempo que no contexto da pandemia o ex-presidente proferia constantemente discursos em favor da abertura das atividades econômicas em cenários de alta letalidade do vírus, como pudemos verificar no capítulo 4.

A crítica à Gestão Municipal e Estadual quanto ao modo como estava sendo estabelecida a restrição das atividades econômicas incomodava e confundia estes comerciantes e feirantes, visto que alguns estabelecimentos, como os supermercados, eram considerados como atividades essenciais em contraposição aos seus comércios e a feira.

Evidenciamos que a metamorfose das ruas em espaços políticos abertos tornou possível a discussão quanto à visibilidade e abrangência da situação social, econômica e política no município. Para além de uma visibilidade local, os manifestantes ecoavam suas necessidades querendo um alcance legítimo de sua manifestação para a escala federal, através de críticas e questionamentos à lei dos decretos estaduais e municipais.

Deste modo, pelos indícios e a tipologia dos espaços políticos, podemos verificar a mobilização dos espaços nas discussões sobre a pandemia em dois tipos: o Espaço Político Exclusivo, com o papel da Câmara Municipal como espaço voltado à discussão de decisões concernentes aos feirantes; e os Espaços Políticos Abertos, na ocupação de ruas do município metamorfoseados por manifestações.

Para arrematar tais mudanças, a figura 19 mostra uma linha do tempo de como se deu os impactos das tensões federativas e da pandemia na Feira de São Bento, reveladas sob decretos, discursos e políticas públicas. Podemos verificar que no ano de 2020 houve uma suspensão na totalidade da feira que apenas reabre em

setembro de 2020, com um novo formato e às vésperas das eleições municipais que ocorreriam em novembro. No ano de 2021, as vindas de Bolsonaro ao Ceará corroboram através de seus discursos sua contrariedade às medidas que estavam sendo aplicadas no Ceará, incluindo Cascavel e sua feira, com o fechamento de comércios e feiras livres como a política de isolamento social. Neste mesmo ano, se observa ainda aprovação do Benefício Emergencial Municipal (BEM)/Auxílio Emergencial Municipal (AEM) e abertura gradual da Feira de São Bento. Estas últimas medidas, como já salientado, se deram mediante os usos de espaços políticos em Cascavel, como discussões na Câmara Municipal e manifestações nas ruas do município em que a situação dos feirantes e da Feira de São Bento estiveram em pauta.

**Figura 19 - Decretos e seus impactos na Feira de São Bento.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

## 5.5 Indo ao encontro das lideranças políticas

Esta etapa final se configura como o trabalho de campo, mais especificamente direcionada à aplicação de entrevistas com as lideranças políticas e locais de Cascavel. O uso das entrevistas se justifica em corroborar como se deram as relações entre os feirantes da Feira de São Bento e a mobilização de espaços políticos na pandemia. Desta forma, será possível evidenciar possíveis articulações entre os espaços políticos mobilizados nesse contexto. Para isto, se optou por

selecionar apenas as lideranças locais que estiveram associadas às pautas relacionadas à Feira de São Bento durante a pandemia nos espaços políticos analisados.

Na Câmara Municipal, as entrevistas foram direcionadas aos vereadores Augusto Filho (PSL), Flávio Cascavelense (PTB) e Freitas (PDT)<sup>50</sup> que tiveram nas sessões realizadas na pandemia falas pautadas na situação dos feirantes da Feira de São Bento (ver quadro 04); e quanto aos espaços políticos abertos, a entrevista foi encaminhada a um dos organizadores que esteve à frente da organização, liderança e atuação nas manifestações de comerciantes e feirantes no município.

Os vereadores do PSL e do PDT salientaram em entrevista que as atividades da Câmara Municipal se deram de forma virtual, o que corrobora que a restrição das atividades neste espaço político não interferiu por completo nas sessões realizadas na pandemia. Apesar de que há evidências de que a implementação de reuniões virtuais e a suspensão temporária das atividades afetou a qualidade democrática das decisões tomadas nesses espaços (Azevedo, 2023).

Ambos ainda salientaram que a restrição imposta pelos decretos na pandemia dificultou o contato e o diálogo com a população na verificação de demandas no município. Porém, ressaltaram que em determinados momentos, obtiveram contato com alguns feirantes que se direcionaram até a Câmara para relatar sua situação no cenário pandêmico, destacando ainda que a manifestação de feirantes se deu pelas redes sociais e nas ruas do município.

No que se refere às demandas reivindicadas pelos feirantes, o vereador do PDT destacou que as medidas restritivas de paralisação das atividades foram elaboradas pela gestão municipal e que apesar do pouco contato que os vereadores tiveram com os feirantes, o município em grande maioria não atendia às reivindicações e ainda pontua:

*Com relação ao executivo, nem resposta o poder legislativo obtém das reivindicações feitas. O município pecou muito no auxílio aos feirantes. Foi pedida a suspensão dos impostos municipais na Câmara. Tem coisas que (nós) vereadores não podemos responder, porque ficou a cargo da gestão municipal. Na realidade foi feito muito pouco aos feirantes (na pandemia). O que teve de apoio foi o auxílio emergencial.*

---

<sup>50</sup> Foram encaminhadas entrevistas aos 3 vereadores. Porém, apenas os vereadores Augusto Filho (PSL) e Freitas (PDT) responderam integralmente às questões.

Corroborando o que foi debruçado nas atas, a política pública aplicada aos feirantes na pandemia estão envoltas no auxílio emergencial municipal. Quanto a isto, o vereador do PSL afirma que:

*Fiz um projeto de indicação para majoritar o que foi apreciado e aprovado por toda a casa (legislativa) com a ajuda de uma cesta básica e um auxílio emergencial para os feirantes locais. Foi aprovado por unanimidade e conseqüentemente, o prefeito veio a fazer um projeto no mesmo sentido. Foi executado no município, apesar de que teve um problema que muitos feirantes não receberam, grande parte não recebeu este auxílio.*

Em entrevista, uma das feirantes da Feira de São Bento ressaltou que a entrega das cestas básicas se deu em um período de pré-campanha eleitoral e que apenas uma minoria de um total de 1000 feirantes em atividade tinha recebido o benefício. A feirante ainda destaca a importância das medidas tomadas pelo Governo Federal e pela Gestão Municipal, salientando que:

*Nos primeiros anos de pandemia a prefeitura não realizou a cobrança de mensalidades das bancas. Em alguns dias só poderia ficar funcionando os produtos perecíveis do (Mercado de Frutas). Foi um momento difícil e desafiador, por conta dos comércios fechados. Mas o governo federal chegou junto, dando o auxílio para as pessoas se manterem. Teve comerciantes que foi o melhor tempo para ganhar dinheiro. Algumas pessoas (feirantes e comerciantes) venderam muito online e com a ajuda do governo melhorou bastante.*

O relato mostra que a concessão de auxílios emergenciais e cestas básicas foram fundamentais à subsistência dos feirantes e mostra ainda a necessidade que tiveram de adaptar a realização de suas vendas, que no cenário de pandemia se deu de forma remota e com serviço de *delivery*.

Cabe salientar que estas medidas se deram sob reivindicações de feirantes e comerciantes no município. Para tanto, as entrevistas também foram direcionadas a um dos líderes dos movimentos a fim de delinear como se deu o processo de organização e por quais motivos estas reivindicações foram realizadas.

O entrevistado ressaltou que é corretor de imóveis e que se uniu à causa dos comerciantes e feirantes devido à contrariedade quanto aos decretos estaduais e municipais que impunham, naquele cenário, medidas de paralisação em distintos setores econômicos, inclusive no setor imobiliário.

No que se refere à organização das manifestações, o entrevistado destacou que se deu pelas redes sociais, especificamente pelo *Facebook* e

*Whatsapp* e que no cenário pandêmico no município ocorreram duas manifestações, uma apenas de feirantes e outra em que reunia lojistas, comerciantes, feirantes e empresários. Esta última se deu com um total de 200 pessoas, mas que, segundo o entrevistado, devido às políticas de isolamento a gestão municipal e a polícia tiveram que intervir, o que dispersou grande maioria dos manifestantes.

Interessante pontuar que apesar do entrevistado destacar que a manifestação não estava envolta de uma defesa do Bolsonaro, os discursos de que “foi uma ditadura que vivemos” e “A culpa não é do Bolsonaro, é dos governadores e prefeitos” vão de encontro aos discursos defendidos pelo ex-presidente no contexto, como foi visto no tópico 4.3. Ademais, válido pontuar que um dos organizadores se vinculou a uma pré-candidatura ao cargo de Prefeito de Cascavel, o que permite depreender que a participação em estar à frente das manifestações de feirantes e comerciantes poderiam também estar ancoradas em interesses políticos.

Cabe ainda destacar o percurso de ambas as manifestações: enquanto a dos feirantes se encaminhou pelo centro municipal em ruas paralelas à Feira de São Bento e com concentração final na praça da matriz no município, a manifestação de grupos distintos se deu em espaços da feira, pela Avenida Chanceler Edson Queiroz e com a parada final em frente a Prefeitura Municipal de Cascavel-CE. A delimitação do trajeto pelo entrevistado reforça que os espaços na/da feira se configuram como espaços políticos abertos no município voltados a manifestações.

Aos vereadores também foram levantados questionamentos acerca do viés político da Feira de São Bento, o que ajuda a dar respaldo às associações realizadas nesta pesquisa que afirma que os usos dos espaços da feira também estão envoltos de práticas políticas.

Ao tratar sobre a relação entre política e a feira, o vereador do PSL, de forma implícita, salienta que os políticos utilizam a feira de São Bento para dar uma visibilidade maior às pessoas de sua presença e de suas ações, ou seja, para que a população perceba os políticos como indivíduos acessíveis às demandas e também como cidadãos.

*Normalmente as pessoas veem os políticos como pessoas que tem o ar de superioridade, acredito que muitos dos políticos vão para a feira para transparecer que são pessoas normais como qualquer cidadão. As pessoas não devem evitar o político por achar que ele é uma autoridade, que não quer conversa, devem sempre procurar o político e mostrar suas*

*reivindicações. Este contato reforça que o político pode ter um contato comum e frequente com o cidadão.*

De forma mais enfática, o vereador do PDT trouxe pontos importantes quanto a esta associação entre a feira e a política.

*Os feirantes são de fundamental importância para a economia do município e também para a questão política, porque nossa feira atrai pessoas de todo o município e até de municípios vizinhos. A prova disso são as visitas por parte de políticos em períodos eleitorais na nossa feira. Acredito que os políticos se aproveitam demais da feira e fazem pouco pelos feirantes. Na realidade, os feirantes apenas são lembrados praticamente pela maioria dos políticos em época de eleições. Deveriam ser mais valorizados pelos políticos e mais percebidos pelos gestores.*

Nota-se que a predominância do uso da Feira de São Bento para a prática política se dá especificamente em períodos eleitorais, o que nos encaminhou a indagá-lo quanto às estratégias políticas utilizadas e quais espaços da feira são mais utilizados para a realização destas ações.

*Quanto às campanhas eleitorais, tem muitos políticos, a exemplo do ex e atual prefeito, que tradicionalmente fazem comícios na feira, mobilizam as pessoas, o seu grupo político, fazem caminhada e finalizam com o comício na praça da tamarineira. No período da pandemia, a feira quase não foi utilizada. Mas esse ano (2024) já está bem intenso (as campanhas eleitorais). Na pré-campanha de 2024, a feira já foi visitada por mais de uma vez por todos os pré-candidatos a prefeito e alguns pré-candidatos a vereadores.*

Verifica-se a presença da centralidade política da feira, não apenas direcionada a sua localização central e paralela à Câmara Municipal (como vimos no capítulo 03), mas também é um espaço utilizado pelos políticos locais para ouvir demandas e angariar votos, o que já pode ser visto nas eleições de 2024. Quanto a isto, o vereador pontuou em quais locais pretende realizar suas campanhas eleitorais, ressaltando a feira como ponto estratégico.

*Eu gosto de uma política diferente, eu acho que a feira dia de sábado, não aproveita bem a conversa com o feirante, a conversa com aquelas pessoas realmente de Cascavel no meio da feira que vira um movimento muito grande e não tem como conversar com as pessoas. Eu irei fazer a minha campanha no município todo e irei também visitar os feirantes, mas eu prefiro na semana em que há apenas os feirantes de Cascavel. Mas com certeza irei realizar caminhadas na feira, porque eu acho que o melhor que se pode fazer na feira realmente é a caminhada, não tem como você*

*conversar, parar, vai acabar prejudicando os feirantes em suas vendas e seu lucro.*

Diante disto, as entrevistas com as lideranças locais reforçam que no cenário pandêmico houve contato entre feirantes e vereadores, o que revela uma articulação entre os espaços políticos (abertos e exclusivos) no município. As pautas das sessões realizadas na Câmara Municipal em torno das manifestações de feirantes e suas demandas e a aplicação de políticas públicas corroboram esta aproximação. Além disso, os espaços políticos abertos são notáveis não somente pelas manifestações em ruas e praças do município, mas nos espaços da feira e em períodos eleitorais. Por fim, observou-se que os discursos que se ecoam nas manifestações realizadas delineiam que a manifestação também estava envolta de um pró-bolsonarismo.

## 6 CONCLUSÃO

As sínteses conclusivas desta pesquisa se assentaram nas análises da relação entre uma crise federativa em curso no país notabilizada na pandemia e os impactos sentidos na escala local a partir da paralisação de uma feira livre.

Diante disto, foi possível verificar perante o estabelecimento de medidas restritivas, distintas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e espaciais que foram se particularizando neste cenário pandêmico e revelaram a mobilização de diferentes espaços políticos, legitimados no modelo federativo de Estado.

Podemos desdobrar caracterizações acerca das tensões e relações de poderes envolvidos no modelo federativo de estado e suas particularidades no federalismo brasileiro com as incumbências direcionadas aos municípios.

Apesar de teóricos como Abrucio et al. (2020) defenderem a existência de um federalismo bolsonarista na pandemia, foi possível clarificar através de uma discussão entre as relações de poderes no pacto federativo brasileiro que desde o período de redemocratização há evidências de uma descoordenação/confusão de papéis em curso, ao qual se verificou um centralismo e aumento do poder regulatório da União.

Quanto a isto, podemos revelar que a pandemia exacerbou e notabilizou uma descoordenação de responsabilidades entre os entes federativos a partir de posicionamentos, políticas de isolamento, restrições de atividades econômicas e políticas de vacinação. Logo, o que verificamos foi uma concomitância de “crises”, federativa, política e pandêmica.

As evidências dessas crises puderam ser sentidas e verificadas no município de Cascavel-CE a partir da inviabilização das atividades da Feira de São Bento, atividade econômica de relevância local.

Podemos inferir pela paralisação de suas atividades que o estabelecimento de decretos e políticas de isolamento se deram sob faces de um contexto de divergências intergovernamentais em que o Governo Federal se mostrava avesso às políticas restritivas econômicas e o Governo Estadual do Ceará e a Prefeitura Municipal de Cascavel seguiam um alinhamento de ações de enfrentamento e mitigação dos impactos da pandemia.

Os delineamentos destas ações salientaram a importância de refletirmos quanto ao papel dos espaços políticos na pandemia, inicialmente pensando nos espaços políticos exclusivos, espaços em que foram delimitadas e discutidas as medidas de enfrentamento e políticas públicas a serem aplicadas neste contexto, para posteriormente trazemos ao debate a investigação de outros espaços políticos (abertos) que foram mobilizados em detrimento das ações dos sujeitos.

A paralisação da Feira de São Bento revelou como o município se desdobrou na gestão de ações. Sob aplicação de decretos pelo executivo e debates deliberados pelos vereadores na Câmara Municipal de Cascavel-CE (Espaço Político Exclusivo) se viabilizaram ações a serem aplicadas aos feirantes no município, como a aprovação do auxílio emergencial municipal (AEM) e um novo formato da Feira de São Bento, proposta sob um modelo de distanciamento social e uso de álcool em gel, o que corrobora que as ações de combate ao COVID-19 geraram transformações espaciais na dinâmica da feira na pandemia.

As discussões envoltas dos feirantes da Feira de São Bento na Câmara Municipal de Cascavel revelaram a existência de manifestações de feirantes no município, o que depreendeu uma situação de confusão no estabelecimento de medidas de restrições e flexibilizações das atividades econômicas pelos entes federados. Essa falta de orientação explícita confundiu os feirantes, fazendo com que estes se organizassem em manifestações pelas ruas do município. Aqui, salientamos a notoriedade de um espaço político aberto, espaço de mobilização do coletivo.

Junte-se a isto, o recorte temporal de análise perpassou o período de eleições municipais, o que inculcou reflexões de que as medidas a serem aplicadas aos feirantes e a Feira de São Bento talvez estivessem circunscritas a interesses políticos. Nisto ainda se carece de investigações a serem debruçadas em outras pesquisas, todavia, o que se verificou foi que o uso da Feira de São Bento para fins econômicos transcendeu e ainda transcende, especificamente em anos eleitorais, para um local de prática política, em que candidatos usam os espaços da feira em prol de ações para angariar votos.

O estabelecimento de comitês eleitorais nas proximidades da Feira de São Bento, a localização da Câmara Municipal de Cascavel paralela à feira e a ocorrência de comícios na rua da Tamarineira apresenta não somente uma centralidade econômica local, mas representa também um espaço estratégico de

fazer política. Afinal, a feira possui uma característica simbólica associada à sua importância no município, onde há um grande fluxo de eleitores.

Assim, as investigações em torno de uma feira que se circunscreve a contornos políticos, mais especificamente voltada ao uso dos espaços pelos candidatos para atrair eleitores, direcionou apontamentos em torno de uma metamorfose da feira enquanto espaço político aberto.

Como discutimos ao longo do trabalho, os espaços políticos abertos demandam transformações de espaços públicos para espaços em que há deliberações de ações coletivas. Tradicionalmente, ruas e praças têm sido destacadas como espaços públicos preferenciais para as demandas de ações políticas.

Contudo, salientamos nesta pesquisa que os espaços políticos abertos podem se apresentar sob outros contextos e formas. Logo, analisar os impactos das relações federativas na Feira de São Bento na pandemia e os usos dos espaços políticos em período eleitoral permitiu aguçar olhares quanto às possibilidades de funções estratégicas deste espaço público para também um espaço político aberto.

Logo, para algo que transcende o recorte temporal desta pesquisa, a feira enquanto espaço político aberto já é vislumbrada neste ano de 2024, ano de eleições municipais, com ações de encontro dos candidatos com os feirantes e com o público que ali transita nos entornos desta centralidade econômica no município. As entrevistas com os políticos locais reforçam suas intenções em torno da feira como um espaço de encontro com o eleitorado e que se desdobra de modo mais intenso nos períodos de campanha eleitoral.

Importante salientar que a feira de São Bento para além de uma efemeridade e temporalidade em que há a expressão do político, também permite reflexões acerca de seu papel enquanto prática espacial e cotidiana no município. Afinal, a manifestação da feira se dá todos os sábados e está ligada às atividades cotidianas do Mercado Público. Pensar a feira enquanto espaço político aberto requer ir além das amarras do conceito, permitindo pensar esse tipo de espaço político também associado à manifestação cotidiana de uma feira. Isso necessita de novas pesquisas e reflexões a serem delimitadas.

Porquanto, o que convém adicionar é que a Feira de São Bento adquire uma importância de prática espacial na centralidade do município; manifestação não

apenas econômica, mas social, cultural e política, como aqui se demonstra na pesquisa.

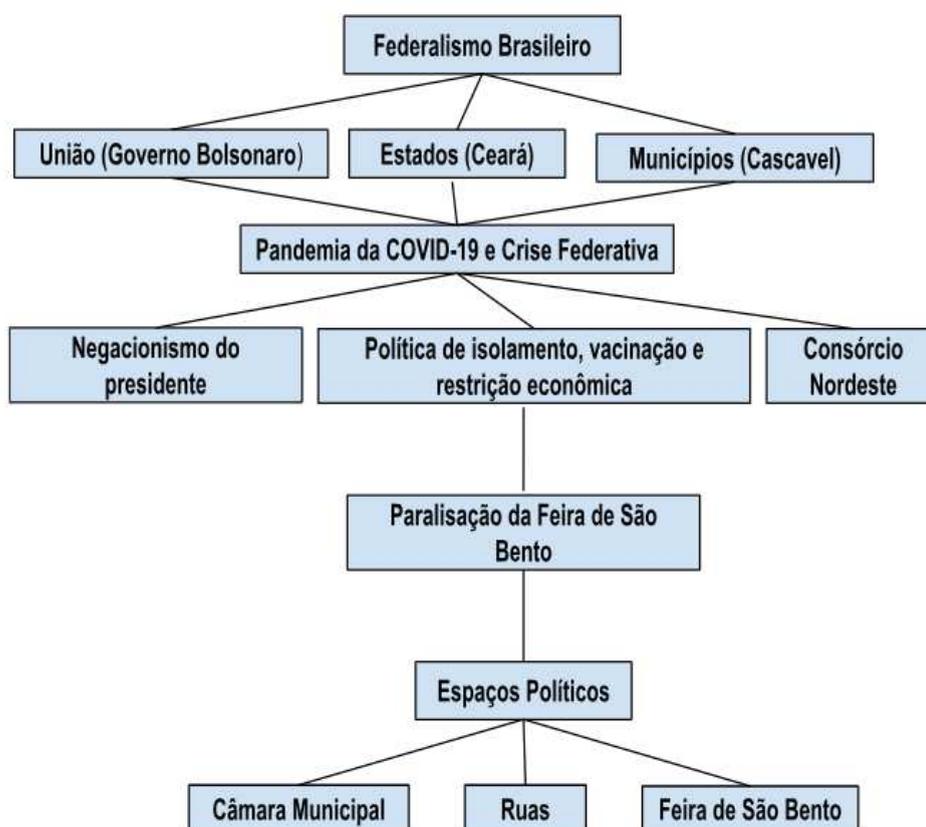
Por fim, cabe aqui trazeremos uma amarração conclusiva (figura 20) quanto aos conceitos e temas norteadores desta pesquisa (crise federativa; pandemia; espaços políticos e Feira de São Bento). A Pandemia da COVID-19 desmascarou uma crise federativa em curso no país, não apenas inerente ao Governo Bolsonaro, mas que a forma de lidar e aplicar medidas para conter a calamidade pública revelou uma descoordenação de poderes entre as esferas federativas.

Estes conflitos intergovernamentais tiveram nítida expressividade nos espaços políticos com a tomada de discussões em torno da crise pandêmica e onde as principais pautas, medidas, decretos e políticas de isolamento e flexibilização foram delimitadas.

De modo específico, é no município que as pautas políticas e a aplicação de medidas envoltas em tensões federativas são sentidas, isto porque é a esfera mais experienciada pela sociedade. Tendo como base a paralisação de uma feira municipal, foi possível analisar que a sobreposição de poderes sobre quem detinha o direito de abrir/fechar as atividades econômicas revelou um desalinhamento de responsabilidades entre as esferas federativas.

Diante disto, a mobilização local dos espaços políticos permitiu aos atores políticos a inflamação de debates acerca da mitigação dos impactos da pandemia, notadamente também da situação econômica e social dos feirantes da Feira de São Bento. Espaços políticos como a Câmara Municipal e a Feira de São Bento se tornam legítimos de um fazer político no município de Cascavel-CE, tendo em vista serem os espaços em que atuam as lideranças municipais na tomada de decisões e conquista de eleitorado.

**Figura 20 - Síntese conclusiva.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Importante finalizar com as contribuições desta pesquisa para a ciência geográfica, especificamente para os estudos de uma Geografia Política, ainda tímida no meio acadêmico, porém, que se amplifica a partir das relações que se estabelecem entre espaço e política.

Sobre este viés se debruça esta pesquisa, mais especificamente em entender o federalismo e sua caracterização no território brasileiro diante da compreensão de como as relações estabelecidas entre os entes federativos se reproduzem nos distintos espaços, neste estudo, sob um contexto pandêmico e ótica municipal, a partir de uma reorganização espacial e política diante de metamorfoses que transcendem os espaços econômicos na/da feira.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. *Tópicos de economia paulista para gestores públicos*, v. 1, p. 13-31, 2007.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; GRIN, Eduardo José; FRANZESE, Cibele; SEGATTO, Catarina Lanni; COUTO, Cláudio Gonçalves. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 663-677, 2020.
- ARENDT, H. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993
- ARRETCHE, Marta. *Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora. Editora Fiocruz, 2012.
- AZEVEDO, Daniel Abreu de. Modelos de democracia e espaços políticos: o caso da democracia participativa. *Geografares*, n. 26, 2018.
- AZEVEDO, Daniel Abreu. Espaços políticos em suspensão: impacto da pandemia de COVID-19 na democracia do Distrito Federal (DF). *GEOgraphia*, v. 25, n. 54, 2023.
- AZEVEDO, Daniel Abreu de; BEZERRA, Juscelino Eudâminas; XAVIER, Vitor Boaventura. Novas estratégias político-espaciais em um Brasil polarizado: o estudo de caso da Feira Agroecológica da Ponta Norte de Brasília (DF-Brasil). *REVISTA NERA*, v. 25, n. 64, 2022.
- BESSA, Evânio Reis; Barros Kyko. *Cronologia Cascavelense*. Fortaleza: SL Editora, 2023.
- BESSA, Evânio Reis; SOUSA, Antônio (Barão) Manuel de; MAIA, José Nélon Bessa; SAMPAIO, Osvaldo Benício. *Cascavel: Ceará 326 anos*. Fortaleza: Premium Gráfica e Editora, 2021.
- BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; SILVA, Carlos Eduardo Menezes da; SOARES, Fernando Ramalho Gameleira; SILVA, José Alexandre Menezes da. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2411-2421, 2020.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL. *Atas das sessões plenárias de 2020 a 2022*. Disponível: <https://cmcascavel.ce.gov.br/atividade-legislativa/sesoes/>. Acesso em: Outubro de 2022.
- CARVALHO, André Luís Bonifácio; ROCHA, Edjavane; SAMPAIO, Roberta Fonseca; OUVENEY, Assis Luiz Mafort. *Os governos estaduais no enfrentamento da*

Covid-19: um novo protagonismo no federalismo brasileiro?. *Saúde em Debate*, v. 46, p. 62-77, 2022

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

CASTRO, Iná Elias de. Espaço político. *GEOgraphia*, v. 20, n. 42, p. 120-126, 2018a.

CASTRO, Iná Elias de. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer?/Public spaces as political spaces: what does it mean?. *Geografares*, n. 26, p. 12-33, 2018b.

CASTRO, Iná Elias de. Do espaço político ao capital social. O problema da sobre-representação legislativa nos municípios pequenos. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 12, n. 2, p. 56-72, 2007.

CATAIA, Márcio. Território usado e federação: articulações possíveis. *Educação & Sociedade*, v. 34, p. 1135-1151, 2013.

CERVI, Emerson Urizzi; BORBA, Felipe. Quem se abstém no Brasil? Competição local e efeito da Covid-19 na participação do eleitor no primeiro turno da eleição municipal de 2020. *Sociedade e Estado*, v. 37, p. 599-619, 2022.

COÊLHO, Jackson Dantas. *Feiras livres de Cascavel e de Ocara: caracterização, análise da renda e das formas de governança dos feirantes*. 2008.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

CONSÓRCIO NORDESTE. *Atas de 2020 e 2021*. Disponível em: <https://www.consorciordeste.gov.br/p/institucional>. Acesso em: Julho de 2023.

CONSÓRCIO NORDESTE. *Boletins do Comitê Científico do Nordeste*. Disponível: <https://www.consorciordeste.gov.br/p/compras-conjuntas-combate-a-pandemia>. Acesso em: Julho de 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. 3° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Maria Regiane da; SANTOS, Dionys Morais dos. Feiras livres: dinâmicas espaciais e relações de consumo. *Geosaberes*, v. 6, p. 653-665, 2016.

COSTA, Maria Regiane da; *Dinâmica espacial da feira livre de São Bento em Cascavel - CE*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2016.

CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Traduzido por Luciana de Oliveira Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras no nordeste. Mercator-Revista de Geografia da UFC, v. 7, n. 13, p. 87-101, 2008.

Decreto Municipal nº 009/2020, de 17 de março de 2020. In: Prefeitura Municipal de Cascavel-CE. Disponível em: [https://www.cascavel.ce.gov.br/arquivos/75/DECRETOS\\_009\\_2020\\_0000001.pdf](https://www.cascavel.ce.gov.br/arquivos/75/DECRETOS_009_2020_0000001.pdf)  
Acesso em: 06 de abril de 2020.

FERNANDES, Jefferson Santos; SILVA, José Borzacchiello da; MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. Pandemia além da metrópole: análise da interiorização da Covid-19 no estado do Ceará. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 52, 2021.

FERNANDES, Jeferson Santos; SILVA, José Borzacchiello da; MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. Ceará e pandemia de COVID-19: novos (velhos) desafios das redes dos serviços de saúde. In: Revista Ensaios de Geografia, Niterói, vol. 5, nº 9, p. 87-93, maio de 2020

FONSECA, Antonio Angelo Martins da *et al.* Federalismo, descentralização e emergência de localismos no Brasil. In: FONSECA, Antonio Angelo Martins da; PERTILE, Noeli; CALDAS, Alcides dos Santos; BRITO, Cristovão. Estado, Território e a dinâmica das fronteiras: reflexões e novos desafios. Salvador: Jm Gráfica Editora Ltda, p. 159-186, 2013.

FLEURY, Sonia; OUVÉRY, Assis Mafort. Federalismo de Confrontação: Tensões, inovações e limites da estratégia de enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP), p. 1-41, 2022.

FLEURY, Sonia; FAVA, Virgínia Maria Dalfior. Vacina contra Covid-19: arena da disputa federativa brasileira. Saúde em Debate, v. 46, p. 248-264, 2022.

FREITAS, Elisa Pinheiro; BARBOSA, Andressa Ferreira; DA SILVA SOARES, Orlando Messias. O Impacto da Pandemia sobre as Feiras Livres: Caso Corumbá-MS. Espaço E Tempo Midiáticos, v. 3, n. 2, p. 12-12, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Regiões de influência de cidades - 2018*. Rio de Janeiro. IBGE, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/cascavel.html>. Acesso em: 01 de Dez. de 2023.

KLERING, Luis Roque; KRUEL, Alexandra Jochims; STRANZ, Eduardo. Os pequenos municípios do Brasil—uma análise a partir de índices de gestão. Análise—Revista de Administração da PUCRS, v. 23, n. 1, p. 31-44, 2012.

MACHADO FILHO, Guilherme Felix. Dos espaços da sociabilidade aos espaços da ação política: transfiguração de ruas e praças em espaços políticos. Geografares, n. 26, 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZON, Jose Afonso. Análise do programa de alimentação do trabalhador sob o conceito de marketing social. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1981.

NETO, João Mendes da Rocha. As fragilidades do federalismo cooperativo na crise do Covid-19. 2020.

NETO, José Del Ben; DE AZEVEDO, Graziela Donário. COVID-19 e as reações ao federalismo bolsonarista. RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, v. 1, 2023.

OLIVEIRA, Bruno Carneiro. Federalismo e Municipalismo na trajetória política do Brasil. Mercator (Fortaleza), v. 17, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL. Decretos Municipais de 2020 à 2023. Disponível em: <https://www.cascavel.ce.gov.br/decretos.php>. Acesso em: Outubro de 2022.

PINTO, Georges José et al. Município, descentralização e democratização do governo. Caminhos de Geografia, v. 3, n. 6, p. 1, 2002.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In Marafon et al (org). Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ROCHA, Vinícius Yann Gomes; DE ABREU AZEVEDO, Daniel. Conflitos no pacto federativo e a disseminação do COVID-19 pelo interior dos estados. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 48, n. 1/2, p. 12-32, 2021.

RODRIGUES, Juliana Nunes; AZEVEDO, Daniel Abreu de. Pandemia do Coronavírus e (des) coordenação federativa: evidências de um conflito político-territorial. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 18, 2020.

RODRIGUES, Juliana Nunes; MOSCARELLI, Fernanda. Os desafios do pacto federativo e da gestão territorial compartilhada na condução das políticas públicas brasileiras. GeoTextos, 2015.

ROSSI, Rinaldo de Castilho; SILVA, Simone Affonso da. O Consórcio do Nordeste e o federalismo brasileiro em tempos de Covid-19. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 18, 2020.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Maria Liliene Ferreira dos. O impacto da pandemia da Covid-19 na feira livre de Belém-PB. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 2 ed. São Paulo: Cortez editora, 2017.

SILVA, Marcela Antonieta Souza da; PAULINO, Julia; RIBEIRO, Thiago Lopes; AZEVEDO, Daniel A. de. Democracia e Espaço Político Exclusivo: o Caso do Município de Cavalcante (GO) na Pandemia da COVID-19. Espaço Aberto, v. 12, n. 2, p. 331-353, 2022.

SILVA, Maria das Graças da. Feira de São Bento em Cascavel-CE (festa a céu aberto). 2008.

SILVA, Cleiton Pereira da. Feira de São Bento de Cascavel do Ceará: uma benção para cascavel, um patrimônio dos cascavelenses. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2011.

SILVA, Francisca Eliana Santos da. A "Pedagogia" da Feira Livre de São Bento: narrativas, saberes e práticas educativas na cidade de Cascavel-CE. 2014.

SIMONI JUNIOR, Sergio; LAZZARI, Eduardo Alves; FIMIANI, Heloísa. Federalismo fiscal na pandemia da Covid-19: do federalismo cooperativo ao bolsonarista. Cadernos gestão pública e cidadania. São Paulo, SP. Vol. 27, n. 87 (maio/ago. 2022), p. 1-22, 2022.

SOUZA, Celina. Federalismo: teorias e conceitos revisitados. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 65, p. 27-48, 2008.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS FEIRANTES**

- 01)** Como vê a importância da Feira de São Bento para o município de Cascavel?
- 02)** Como reagiram os feirantes diante da paralisação da Feira de São Bento?
- 03)** Houve reuniões, organizações e reivindicações entre os feirantes nesse contexto? Onde? E como se deu?
- 04)** Diante da proximidade da Feira com a Câmara Municipal, houve reivindicações junto ao poder legislativo nesse contexto? Se sim, como se deram e quais reivindicações?
- 05)** O novo formato da Feira de São Bento na pandemia esteve relacionada apenas às medidas de contenção ao vírus na pandemia? Acredita que há uma questão política envolvida, visto a proximidade com as eleições municipais de 2020 naquele período de abertura?
- 06)** Qual era o posicionamento dos feirantes quanto aos decretos e as divergências políticas do Governo do Estado do Ceará e do Presidente da República?
- 07)** Como o período de eleições municipais, estaduais e federais impacta os espaços da Feira de São Bento?

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO ORGANIZADOR DA MANIFESTAÇÃO DE FEIRANTES**

- 01)** Qual era o objetivo da manifestação destes feirantes e comerciantes na pandemia?
- 02)** Como vocês se organizaram? Foi pela internet ou outro local?
- 03)** Eram a favor dos decretos estaduais e municipais que paralisaram o comércio e a feira?
- 04)** A manifestação teve participação de algum vereador?
- 05)** Você sabe me informar se os manifestantes eram a favor ou contra o ex-presidente Bolsonaro?
- 06)** Quantas manifestações vocês realizaram e onde aconteceram?

## **APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS POLÍTICOS LOCAIS**

**01)** Durante a pandemia os decretos paralisaram inúmeros setores, inclusive a Feira de São Bento. Vossa senhoria ofereceu apoio aos feirantes? Que medidas foram delimitadas? Houve contato com os feirantes neste período?

**02)** Diante disto com as propostas de medidas, requerimentos e projetos de leis relacionados aos feirantes, como se deram as relações com o executivo neste período?

**03)** Para além de questões econômicas, como você vê a importância da feira para a política de Cascavel, especificamente no período de eleições?

**04)** Acredita que a proximidade da Câmara Municipal de Cascavel paralela à Feira de São Bento pode ajudar os candidatos nas campanhas eleitorais? Por quê?  
(Acredita ser um ponto estratégico no município para conseguir votos? Se sim, de que forma isto é feito?)

**05)** Com a proximidade das eleições municipais de 2024 acredita que a movimentação política neste espaço tende a se repetir?

**06)** Onde pretende realizar as campanhas eleitorais nas eleições deste ano (2024)? Pretende realizar na feira?